



ESTADO DO PARANÁ

M E N S A G E M

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

PELO

SENHOR JAYME CANET JUNIOR

GOVERNADOR DO ESTADO

CURITIBA — PARANÁ

1 9 7 9



INTRODUÇÃO



Senhores Deputados.

Cumprindo dispositivo constitucional, venho a esta Casa relatar a situação geral do Estado, já agora com o alcance de visão permitido por quatro anos à frente da administração pública paranaense.

Desejo, da mesma maneira franca e leal com que dialogamos durante este Governo, agradecer ao Poder Legislativo a cooperação patriótica que ofereceu aos projetos oriundos do Executivo.

O clima de harmonia que presidiu o relacionamento dos Poderes foi fundamental para que o Paraná, neste período em que tive a honra de ocupar o Governo do Estado, alcançasse importantes vitórias no que se refere ao desenvolvimento econômico e social. Vivemos um período em que os homens públicos, imbuidos da responsabilidade de sua missão, souberam corresponder à expectativa da comunidade estadual.

O Paraná deve um agradecimento muito especial ao Presidente Ernesto Geisel pela ajuda que recebeu nestes anos. A preocupação do Presidente da República com a gente e as coisas paranaenses, principalmente nos momentos de crise, como foi a geada de 1975 e a estiagem de 1978, traduziu-se, sempre, em medidas rápidas e objetivas de apoio e estímulo. Graças a elas pudemos nos recuperar mais rapidamente e retribuir ao Brasil com safras maiores e um desenvolvimento sem distorções.

Feitas estas considerações preliminares, voltamos à análise da conjuntura paranaense que, como já disse anteriormente, está marcada pelo dinamismo e pela vulnerabilidade de sua economia. À grande velocidade e agilidade dos ciclos econômicos opuseram-se, sempre, problemas de-

correntes da flexibilidade da produção a fatores meteorológicos e, mais recentemente, de mercado externo.

O atual governo procurou consolidar o dinamismo e diminuir a vulnerabilidade, através do elenco de medidas exposto no documento «Objetivos e Metas do Desenvolvimento». E hoje, como os senhores verão, podemos afirmar que grande parte das propostas contidas no OMD foram transformadas em realidade. E os compromissos, sem exceção, foram cumpridos à risca.

Procuramos assegurar a transposição de uma etapa agropecuária para a agroindústria e as indústrias de ponta pelo fortalecimento da infra-estrutura de transporte, energia e comunicações.

Até 1975 a rede de estradas pavimentadas do Paraná era de 3.146 quilômetros, dos quais 1.021 de rodovias estaduais. Menos de 4% das estradas eram pavimentadas e só 93 dos 288 municípios tinham acesso por estrada asfaltada.

As exigências de mais transporte decorriam principalmente do crescimento da produção agrícola que se elevou de 11 milhões de toneladas, em 1965, para 16 milhões, em 1974, considerando apenas os 12 principais produtos. Mas também houve o incremento industrial, grandes obras de infra-estrutura, como as hidrelétricas de Itaipu, Foz do Areia e Salto Santiago, além da dinamização das cidades do interior, rapidamente transformadas em pólos de desenvolvimento.

A estratégia global de transportes foi elaborada e executada durante o atual governo de acordo com as seguintes prioridades:

- implantação e pavimentação de rodovias-tronco e de rodovias alimentadoras;
- apoio às prefeituras para manutenção e melhoria das estradas municipais ou intermunicipais;
- conclusão da Estrada de Ferro Central do Paraná;
- modernização dos equipamentos portuários e aeroportuários.

Hoje, podemos avaliar os resultados deste programa de trabalho, que são os mais positivos.

De março de 1975 a março de 1979 fizemos 4.119 quilômetros de rodovias pavimentadas, já entregues aos usuários, inclusive 191,8 Km de rodovias federais construídas pelo DER. Outros 1.293,5 quilômetros não concluídos até esta data vão ser liberados ao tráfego nos próximos 18 meses. Além disso, a Secretaria dos Transportes contratou e executou projetos para a construção de mais 2.512,9 quilômetros.

Contra os 93 municípios servidos pelo asfalto de 1974, temos hoje 238. Mais 22 ligações ficarão prontas nos próximos meses, totalizando 260 municípios que se beneficiam da malha de estradas pavimentadas.

Do total asfaltado, 1.251,3 quilômetros são rodovias-tronco, que cumprem importantes funções regionais e atendem o Estado em todos os seus limites. São capazes de suportar grande densidade de tráfego e foram construídas dentro dos mais exigentes padrões de engenharia. Estas rodovias liberam as zonas de produção da dependência exclusiva de estradas federais.

Outros 2.676,1 quilômetros de estradas asfaltadas pertencem ao programa de rodovias alimentadoras, que resultou de novos padrões de projeto e tecnologia de pavimentação. São estradas perfeitamente adequadas às funções a que se destinam, isto é, permitir um escoamento constante, seguro e confortável da produção e das pessoas. O programa contou com recursos financeiros de entidades como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, a meu ver, teve importância decisiva no esforço estadual para alcançar novos recordes de produção.

Completando o esforço no setor rodoviário fizemos acessos em mais de 100 localidades, num total de 240 quilômetros, e também mais de dez mil metros de pontes e viadutos, já entregues ao tráfego.

Para manter as vias existentes em bom estado de conservação e melhorar a malha de rodovias municipais foi instituído o Prosafr, programa de auxílio às Prefeituras. Nestes quatro anos, 23.824 quilômetros de estradas deste tipo, graças ao apoio financeiro e técnico do DER, recebe-

ram revestimento primário permitindo o tráfego permanente.

Outra preocupação bem sucedida do governo foi com o equipamento e reequipamento de aeroportos. Em 15 de março de 1975 apenas seis cidades do Paraná tinham aeroportos asfaltados; hoje há aeroportos asfaltados em 22 cidades. A triplicação dos aeroportos permitiu a extensão de serviços a cidades como Cascavel e Guaíra, agora integradas às linhas de aviação de terceiro nível.

Outra cidade beneficiada sob este aspecto foi Londrina, que, com a ampliação do aeroporto, ganhou condições de receber jatos de maior porte.

Se procuramos fazer com que a rede viária crescesse no ritmo do resto da economia, não poderíamos esquecer o Porto de Paranaguá, do qual o Brasil esperava uma participação maior nas exportações. Hoje, Paranaguá é o maior porto graneleiro do país. A área portuária foi drenada e pavimentada; há um novo centro administrativo; canalizou-se o Rio Sabiá; os serviços do porto melhoraram com a chegada de novos tratores, carretas, guindastes, empilhadeiras e mais um armazém de carga geral, com seis mil metros quadrados.

E, com recursos repassados pela agência paranaense do BRDE, a Central de Cooperativas Iguazu investiu 100 milhões de cruzeiros na construção de um terminal de embarque de grãos que elevou a capacidade atual do Porto de Paranaguá a 5.200 toneladas/hora.

No plano ferroviário tivemos a satisfação de concluir uma obra iniciada em 1948: a ligação entre Apucarana e Ponta Grossa. A ferrovia foi entregue ao tráfego após entendimentos com a Rede Ferroviária Federal, encarregada de operar este trecho.

Desde o início do planejamento para este Governo, atribuímos papel fundamental ao setor de energia elétrica. O programa estabelecido visou aumentar a potência instalada pelo sistema de geração da Copel e incorporar amplos contingentes populacionais ao mercado, tanto em áreas urbanas como rurais.

O próprio aumento do consumo de eletricidade, entre 1974 e 1978, evidencia a crescente vinculação da energia elétrica aos objetivos de industrialização e desenvolvimento econômico do Paraná. O consumo individual cresceu à razão de 10% ao ano, estando agora bem mais próximo da média nacional. O consumo total de energia elétrica, entretanto, tem superado o do conjunto do país.

Um dado a salientar é o crescimento do consumo industrial entre 1974 e 1978: aumentou em 86%, crescendo à taxa média anual cumulativa de 16,7%.

O número de ligações industriais, comerciais e residenciais elevou-se de 576 mil em 1974 para 850 mil em 1978.

Foram integrados ao sistema de distribuição de energia, entre 1974 e 1978, 139 distritos e povoados. Isso eleva para 843 o total de comunidades servidas com eletricidade e atesta que, nos últimos quatro anos, foi particularmente intensificado o processo de interiorização da energia elétrica em nosso Estado.

A eletricidade está chegando ao campo, onde foi construída uma rede de 4.400 quilômetros e foram ligadas 20.722 propriedades rurais ao sistema existente. Com isso, elevou-se para 37.770 o número de propriedades rurais servidas por energia elétrica.

Com a entrada em operação da Usina de Foz do Areia, o Paraná deixará de comprar energia para abastecer suas cidades e áreas rurais. O início da operação está previsto para o segundo semestre do próximo ano, quando começará a fornecer 1.255 MW de potência que, na segunda etapa, subirá para 2.511 MW. Para conseguir isso dentro das prazos previstos, os paranaenses investiram através do governo, apenas em 1978, um bilhão e 800 milhões de cruzeiros em Foz do Areia.

A expansão do sistema de telecomunicação foi uma consequência natural do desenvolvimento que ele conseguiu nos anos anteriores. Apenas a velocidade de crescimento aumentou neste período administrativo.

Em 15 de março de 1975 a Telepar atendia 200 localidades do Estado; hoje atende 415.



Se, no início de 1975, apenas 44 cidades eram beneficiadas pelo sistema de Discagem Direta à Distância, agora 139 cidades estão integradas ao DDD.

Em 1975 eram ativadas as primeiras centrais de Discagem Direta Internacional, em Curitiba e Maringá; neste momento, 91 cidades contam com este serviço.

O aumento do número de terminais foi grande: de ... 75.745, em 1975, para 230.178, em 1979.

Foram ainda implantadas redes de microondas de ... 1.800 canais nos trechos de Foz do Iguaçu-Cascavel-Curitiba e Maringá-Londrina-Santo Antonio da Platina.

Dentro da filosofia de nosso governo, os benefícios decorrentes do crescimento das telecomunicações foram igualmente distribuídos por todo o Estado, com ênfase no interior. Através de convênios com prefeituras foram levados postos de serviço, ligados à rede monocanal, a 176 localidades.

Para o conjunto de obras executadas na capital e no interior do Estado a Telepar aplicou 6,5 bilhões de cruzeiros, cumprindo desta forma o previsto no OMD.

Todo o investimento em infra-estrutura foi feito com o objetivo de assegurar o desenvolvimento econômico e social.

Na agricultura, tivemos um crescimento acelerado a partir de 1974, quando o Paraná despontou como grande produtor de trigo e soja, além de participar com grande expressão em 13 dos 15 maiores produtos agrícolas brasileiros.

A diversificação resolveu vários e criou novos problemas que procuramos resolver. Continuamos vulneráveis ao clima e às oscilações dos mercados internacionais de grãos. Enfrentamos um sério problema de desmatamento que já reduziu a cobertura vegetal do Estado, num espaço de 20 anos, de 63% para menos de 6%. Lutamos para combater a erosão rural, latente em um terço do território, que carrega para os rios a fertilidade do nosso solo. E temos que criar empregos nos setores secundário e terciário da economia para a mão-de-obra liberada pela mecanização das lavouras.

Diante deste quadro, mais do que nunca fez-se necessária a coordenação do Governo do Estado, que se tornou mais eficiente com a reforma da estrutura da Secretaria da Agricultura. A reforma administrativa eliminou a duplicidade de ações e órgãos paralelos. Além de descentralizar as atividades, definiu para a Administração Direta o papel de coordenação e delegou às entidades vinculadas a execução dos programas estabelecidos.

A criação de 15 núcleos regionais garantiu contato mais direto com o produtor. E o contato foi de maior rendimento porque os órgãos encarregados da pesquisa, fomento e ensino receberam substancial reforço de pessoal técnico. É o caso do IAPAR, que possuía 38 especialistas de nível superior em 1974 e hoje tem 171. O pessoal da Acarpa, hoje Emater-Pr., evoluiu de 700 para 1.713. O volume de recursos destinado ao Sistema Estadual de Agricultura pulou de 199 milhões para um bilhão e 225 milhões.

A Companhia Paranaense de Silos e Armazéns teve a capacidade de armazenagem ampliada de 186 mil para 440 mil toneladas.

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, CAFE DO PARANÁ — teve seu capital quase quintuplicado.

A Centrais de Abastecimento do Paraná colocou sua primeira unidade em operação em 1976. De lá para cá, triplicou o movimento de comercialização, que possuiu de 116 mil toneladas para 325 mil toneladas, em 1978. Além disso foi implantada uma unidade em Foz do Iguaçu e incorporada a de Maringá, estando em construção a CEASA-Cascavel e a Feira Coberta de Curitiba.

O Serviço do Acordo de Classificação foi transformado na Empresa Paranaense de Classificação de Produtos e ampliou significativamente a tonelagem classificada.

A Fundação Instituto de Terras e Cartografia foi remodelada para incluir em suas atividades, além da expedição de títulos de domínio pleno, a defesa do patrimônio ambiental. Um dos resultados de seu trabalho foi a criação do Parque do Marumbi, que deverá solucionar, em parte, o problema do assoreamento da baía de Paranaguá e das

ameaças que pesavam sobre os mananciais que abastecem Curitiba.

Os bons resultados alcançados no setor agrícola podem ser melhor destacados através dos concursos de produtividade, iniciados na safra 76/77, com resultados classificados como impressionantes.

Na mesma linha concluiu-se, ano passado, o programa de melhoramento do rebanho leiteiro, com a importação de 1.600 bezerros de raça holandesa, provenientes do Canadá.

No setor pecuário, além do controle da febre aftosa, realizado em 90% do rebanho, o Governo do Estado promoveu campanha de combate à brucelose.

Desejo destacar, também, a realização anual das Feiras Regionais de Bezerros e o Programa de Distribuição de Reprodutores Leiteiros, em fase de implementação.

Sob o aspecto sócio-econômico, considero da maior importância o Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor, que presta assistência técnica e social a 42 mil produtores de baixa renda e suas famílias, garantindo-lhes acesso não só à política de preços mínimos mas também a crédito e melhor comercialização, eliminando boa parte da faixa de intermediação.

O cooperativismo foi outro setor que mereceu atenção do sistema estadual de agricultura. As 72 cooperativas agropecuárias do Estado são responsáveis por 25 por cento do valor bruto da produção agropecuária do Estado. O governo deu decidido apoio aos projetos Norcoop, Sulcoop e Iguazu, dos quais resultou o surgimento de quatro grandes cooperativas centrais.

Apesar dos padecimentos em virtude da geada, em 1975, e da estiagem, no ano passado e agora, a agricultura paranaense afirmou-se neste período como da maior importância para a sustentação do desenvolvimento estadual. Acredito que conseguimos resultados inéditos no que se refere a níveis de assistência, de modo a contribuir para a superação das dificuldades e tornar ainda mais rápida a recuperação do setor primário.

Foi o crescimento agrícola continuado que possibilitou o desenvolvimento industrial nos anos recentes. Certos de-

sequilíbrios, entretanto, demonstraram a conveniência de o Estado fortalecer sua condição de coordenador do desenvolvimento do setor secundário. Foi este pensamento que inspirou a implantação da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o objetivo estratégico de tirar partido de uma orientação federal — a de descongestionar os já saturados pólos industriais tradicionais do país.

A partir do momento em que foram traçadas as diretrizes do II Plano Nacional do Desenvolvimento, em favor da desconcentração industrial, ficou claro que seria mais beneficiado pela nova orientação o Estado que mais rapidamente se preparasse para receber as indústrias em fase de mudança.

A Secretaria da Indústria e do Comércio teve, como uma das primeiras missões, de identificar e promover novas oportunidades industriais e comerciais, sensibilizando investidores locais, nacionais e internacionais para as vantagens do Paraná como pólo industrial alternativo.

Em apenas um ano, esta política atraiu cinco empresas cujos investimentos conjuntos somam 552 milhões de cruzeiros. Outros onze projetos estão em fase de negociação, significando um total de 9 bilhões e 900 milhões de cruzeiros.

Simultaneamente ao trabalho de atração de novos investimentos, a SEIC atua no mercado de mão-de-obra através da execução de programas de formação de novos trabalhadores. Neste campo, criou também o Programa Paranaense de Emprego, que instalou agência de colocação de mão-de-obra em Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina, Paranaguá e União da Vitória, cadastrando e atendendo a mais de 120 mil trabalhadores, com um índice de colocação de 40%.

Ainda na área de mão-de-obra, ressalta-se a construção e instalação das Unidades de Preparação de Mão-de-Obra de Maringá, Francisco Beltrão, Araçongas e Curitiba, em condições de treinar 4.500 pessoas anualmente.

Ao mesmo tempo foram instituídos programas de assistência gerencial a empresas comerciais e industriais. Perto de dois mil empregados, representando cerca de 900 uni-



dades fabris ou comerciais, foram treinados por esses programas.

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas foi transformado em empresa pública com a denominação de Instituto de Tecnologia do Paraná. Hoje, ele é a principal entidade de suporte tecnológico no setor industrial e responsável pela aceleração do Programa Paranaense de Controle de Qualidade, um atestado de garantia tanto para o produtor como para o consumidor.

Criamos o Programa de Cooperação Técnica com o Japão que tem o objetivo de instalar um Centro de Mecânica e Eletro-Eletrônica na Cidade Industrial de Curitiba, a partir de 1981.

Dentro das grandes linhas do OMD foi criada a Mineropar — Minerais do Paraná S. A. — para avaliar os recursos minerais do Estado.

Entre os programas em execução na área, chamo atenção para o que cuida da expansão da agroindústria do álcool. Já conta com 19 projetos de implantação de destilarias no Paraná, dos quais 12 foram enquadrados pela Comissão Nacional do Alcool, três encontram-se em operação, 4 em implantação e 5 em fase de análise.

Igualmente importante é o programa paranaense de industrialização da cevada, a análise da produção, comercialização e industrialização do milho, o projeto sobre produção e abastecimento de trigo — que permitiu aumentar as cotas de moagem do Paraná — e o plano estadual de comercialização, que objetiva a criação de Bolsa de Mercadorias e Caixa de Liquidação.

Merecem ainda destaque o levantamento do perfil do setor secundário, que proporcionará indicadores para a formulação de políticas de ação técnica, econômica e financeira, e o programa Distrito Florestal do Paraná, cujo objetivo é definir limites geográficos do Estado para a utilização em florestamento e reflorestamento.

Na área do turismo foi executada a primeira fase do plano diretor de Vila Velha, bem como a do plano diretor do Litoral. O projeto de recuperação da Praia Mansa, em Caiobá, mereceu atenção especial da Paranatur.

O desenvolvimento econômico tem como complemento necessário, dentro da filosofia que presidiu esta gestão, a promoção do homem e a distribuição dos frutos do enriquecimento da sociedade. Isto ocorreu em todos os setores, mas muito particularmente na educação, onde, de 1975 para cá, o Estado, com apoio do FAS, construiu 1.600 prédios escolares.

De acordo com os projetos da Fundepar, estes prédios obedecem arquitetonicamente à orientação emanada do MEC. Eles representam 6.106 novas salas de aula e vagas para 600 mil alunos. Estes números configuram um recorde em toda a história da expansão do ensino no Estado do Paraná. Significam, também, que houve, nestes quatro anos, um acréscimo superior a 50% na oferta de oportunidades educacionais, nas instalações estaduais em relação à oferta existente em março de 1975.

O número de alunos matriculados nas escolas paranaenses cresceu de 1.617.537, em 1974, para 1.855.853, em 1978. O governo aplicou no quadriênio 39,1 milhões de cruzeiros na compra de vagas da rede particular de ensino de primeiro e segundo graus e supletivo.

A nível de primeiro grau, 838.108 alunos são atendidos pelo Estado, 585.004 pelos municípios, 95.983 freqüentam as escolas particulares e 482 freqüentam a rede escolar federal.

Além da preocupação em aumentar o número de escolas, cuidou o Estado da elevação da qualidade do ensino. Isso aparece já no momento da construção de um novo prédio escolar, cujo projeto obedece a mais moderna orientação pedagógica. Além disso, o ensino pré-escolar foi grandemente expandido; implantou-se um sistema de informações educacionais na Fundepar, responsável pelo fortalecimento de informações ao planejamento e à tomada de decisões.

Implantou-se o Estatuto do Magistério. Foram abertas 6.200 vagas para professores de primeira à quarta série do primeiro grau e 6.700 vagas para professores da quinta à oitava série. Promoveram-se concursos para o preenchimento destas vagas.

Durante este quadriênio o Cetepar habilitou a nível superior 654 professores. Em fase de habilitação para o segundo grau há 8 mil professores. Outros 31 mil professores estaduais e municipais receberam cursos de aperfeiçoamento.

Para dar escola à criança sem retirá-la do seu meio-ambiente, o governo distribuiu aos municípios 100 microônibus e cem veículos utilitários.

Entre 1975 e 1978 foram aplicados 142 milhões de cruzeiros na prestação de auxílio financeiro aos municípios para a contratação de professores.

Para o atendimento de crianças excepcionais foram treinados 1.109 professores. O ensino superior ganhou expressão através da rede estadual composta de 14 estabelecimentos. Em 1977, dos 55.655 universitários aqui matriculados, 18.935 eram atendidos diretamente pela rede estadual, 14.205 pela Universidade Federal do Paraná, 18.568 pela rede particular e 3.947 pela rede municipal.

Para fomento do esporte foram construídas 340 canchas de esportes em 274 municípios, além de dez piscinas. Os Jogos Abertos do Paraná tiveram neste ano que possuiu a participação recorde de 282 municípios com perto de 12 mil atletas. Os Jogos Estudantis Brasileiros tiveram a participação expressiva de 579 atletas paranaenses. O primeiro Campeonato Escolar Brasileiro de Atletismo teve participação de 18 Estados e o Paraná foi representado por 337 atletas.

Os vários programas culturais realizados em 74 municípios atingiram um público estimado em 500 mil pessoas. Deu-se prosseguimento a atividades já incorporadas à tradição estadual, como o Concurso de Contos. O Curso Internacional de Música do Paraná e o Festival de Música de Curitiba reuniram 53 mil espectadores.

No setor de saúde pública foram construídas 87 obras totalizando uma área de 29.853 metros quadrados, compreendendo 69 unidades sanitárias, cinco centros de saúde, quatro centros sociais urbanos, três centros de atendimento para o IAM, um pronto-socorro psiquiátrico, um serviço de eletroencefalografia, a ala infantil do Hospital do Câncer e a Casa do Paraplégico.

Estão ainda em fase de construção mais dois hospitais e um albergue noturno, com 14.800 metros quadrados de área. Quando concluído, o Hospital Regional de Cascavel reforçará a capacidade hospitalar da região Oeste com mais 150 leitos.

O número de unidades sanitárias cresceu de 280, em 1974, para 455, em 1978 — um acréscimo de 63%, graças ao entrosamento do Governo do Estado com os municípios. Nelas foram efetuadas quatro milhões e 900 mil consultas médicas.

Para a prevenção de doenças transmissíveis foram aplicadas 21.853.663 doses de vacinas. Os resultados desta e de outras providências podem ser medidos pelo coeficiente de mortalidade infantil: em 1971, para cada mil crianças nascidas vivas, 101 faleciam antes de completar um ano de idade. Este coeficiente baixou para 69 em 1976.

Com o objetivo de suplementar a alimentação do grupo materno-infantil foram distribuídas, entre 1975 e 1978, 11.046 toneladas de alimentos para 471 mil gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos.

Foram concluídos Centros Sociais Urbanos em Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Toledo e São José dos Pinhais para propiciar a integração social nas cidades.

Através do Instituto de Assistência ao Menor, o governo desenvolveu um programa de apoio ao menor carente, com duas grandes linhas de ação:

- a primeira, terapêutica, materializa-se no atendimento ao menor carente em regime de internato;
- a segunda, essencialmente preventiva, atende o menor no local de origem, junto à família, antecipando-se ao abandono e à marginalização.

Em 1975, 7.840 menores eram assistidos pela instituição pública em aliança com a comunidade. Hoje, este número chega perto de 40 mil atendidos diretamente, além de outros quase seis mil que recebem assistência pública em entidades comunitárias.

A rede física de assistência foi acrescida de 155 novas obras construídas diretamente pelo Governo ou em convênio. Hoje, 16 unidades oficiais e 172 particulares em convênio com

o Governo, cobrem boa parte das microrregiões paranaenses, permitindo solucionar os problemas em sua origem.

Como a capital do Estado é o local onde se concentram em maior número os menores carentes, adotaram-se várias medidas para prevenir a marginalização. Entre estas, ressaltamos a criação do Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento, destinado a menores de ambos os sexos.

No ano passado, concluíram-se novas instalações para o Centro de Reabilitação de Audição e da Fala, com capacidade para 140 menores portadores de deficiências, na faixa entre três e nove anos.

Foram ainda construídos dois centros de atendimento ao pré-escolar para crianças entre zero e seis anos de idade, além de oito novos centros sociais em núcleos de desfavorecimento de Curitiba. Estes Centros atendem 1.115 menores.

Um grande esforço deste governo foi dirigido para o programa de saneamento básico, dentro das diretrizes do Plano Nacional de Saneamento. Os resultados podem ser medidos por alguns números.

Em 1975, a rede de água atendia 1.055.720 habitantes em 209 localidades, sendo 87 operadas pela Sanepar. Hoje, 2.379.050 paranaenses servem-se de água em 242 sedes municipais (e 27 distritos). Destes, 155 sistemas são atendidos pelo governo.

A rede de distribuição de água tratada tinha 3.500 quilômetros em 1975. Hoje, tem uma extensão de 9.244 quilômetros, o que representa um acréscimo de 164%.

Entre as obras executadas deve-se ressaltar a construção de barragens nos rios Piraquara, Miringuava e Passaúna. A barragem do Piraquara, em fase de conclusão, vai permitir reservar 22,6 bilhões de litros de água, regularizando, ainda, a vazão do Rio Iguaçu. As duas últimas estão com seus projetos concluídos.

O programa de implantação de redes de esgoto possibilitou elevar em 40% o número de cidades atendidas e aumentar de 342 mil, em 1975, para 633 mil, em 1978, o número de economias ligadas à rede de esgotos, cuja extensão foi ampliada de 890 mil metros para 1.952 mil metros.

Curitiba, que abriga 26% do total da população urbana estadual, ganha neste mês sua Estação de Tratamento de Esgotos, construída pela Sanepar com apoio do BNH, para atender 500.000 pessoas.

A segurança pública teve seus níveis ampliados durante estes quatro anos, período em que foram entregues 139 novas delegacias e cadeias públicas em 132 cidades. A Polícia Militar recebeu mais cinco quartéis e instalações especializadas. Dez Circunscrições Regionais de Trânsito ganharam novas instalações.

Ao lado do programa de construções foram reparados 268 prédios. O governo investiu, também, em construção e equipamento de obras especiais. Um exemplo é o nova sede do Instituto de Polícia Técnica, em Curitiba, e a nova sede do Detran.

Cidades como Cianorte, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa ganharam seus sistemas de rádio-patrolha.

O aumento de eficiência da polícia civil foi conseguido, igualmente, através de uma ampliação dos quadros: de ... 2.318 funcionários, em 1975, passou para 4.650. Com o mesmo objetivo, expandiu-se o efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Com a conclusão da Escola de Polícia, tornou-se possível aumentar os programas de aperfeiçoamento para os recursos humanos do setor. Também a Academia Policial Militar do Guatupê recebeu novos investimentos.

A expansão dos serviços de bombeiros foi realizada com apoio das comunidades. Quatorze municípios participam, juntamente com a Polícia Militar, na organização e funcionamento dos novos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros.

Em Curitiba, estas atividades foram descentralizadas, com postos de bombeiros em três áreas da cidade: Mercês, Portão e Bacacheri.

No setor penitenciário, a estratégia adotada orientou-se em dois sentidos confluentes:

— aprimorar e ampliar as condições materiais e de serviços das unidades do sistema;

— possibilitar melhor tratamento e melhor relacionamento com os apenados.

Em relação ao primeiro aspecto foram realizadas obras como a conclusão do pavilhão da Colônia Agrícola; ampliação do prédio da Penitenciária Feminina; construção do Pavilhão para Jovens Adultos, oficina-escola, parque agrícola, teatro, centro de classificação e triagem e ala administrativa da Prisão Provisória de Curitiba.

A humanização do tratamento penitenciário foi feita através de inovações como a prisão-albergue, o projeto-indulto e a operação-liberdade. Através deles procura-se reduzir o choque da reintegração do ex-presidiário à vida na comunidade.

Em 1976 criou-se o Instituto de Orientação Social Professor Laertes Munhoz, que desenvolveu iniciativas como o Programa Themis, de atendimento a egressos, através de patronatos e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional. Os resultados do programa são medidos pelo baixo nível de reincidência criminal.

Na área do Ministério Público o governo enfatizou a ampliação dos quadros, através de concursos para a nomeação de promotores.

E, atendendo antiga reivindicação, enviou à Assembléia Legislativa e foi sancionada lei fixando novos valores de vencimentos dos membros do Ministério Público, equiparados com os membros da Magistratura de igual hierarquia.

Também respondendo a velha reivindicação, o quadro de advogados da Procuradoria Geral do Estado foi reformulado e reestruturado.

A transformação da Junta Comercial do Paraná em autarquia permitiu substancial melhoria dos serviços prestados à comunidade pela instituição.

A população urbana do Paraná era 25% do total em 1950, subiu para 36% em 1970 e representará 43% em 1980. Para evitar uma perigosa ampliação das pressões de novos contingentes populacionais sobre a infra-estrutura, cuidou-se de preparar as cidades de porte médio para reter boa parte dos migrantes, assegurando, também, que a Capital não ficasse sem sua capacidade de investir fortalecida.

As cidades pequenas mereceram, também, a atenção do governo, uma vez que estavam sujeitas a um processo de esvaziamento por falta dos mais elementares equipamentos urbanos.

Na região de Curitiba fizeram-se sentir os efeitos da implantação da COMEC — Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — formalmente criada em 1974. Nos últimos 24 meses foram investidos nas cidades da região, excluída a Capital, 245 milhões de cruzeiros. Estas aplicações correspondem a 122% do orçamento de despesas de capital dos municípios da região metropolitana.

A cidade de Curitiba teve expressivos investimentos no sistema viário, em especial no complexo Mariano Torres-Avenida das Torres.

A Cidade Industrial de Curitiba recebeu recursos no valor de 599 milhões de cruzeiros a preços de 1978 no quadriênio. Estas aplicações viabilizaram financeiramente o projeto e permitiram sua consolidação.

Em 1975, 28 empresas demonstravam intenção de se instalar na CIC. No fim do ano passado este número era de 134. Dos 16.300 empregos diretos já gerados na CIC, mais da metade o foram durante os últimos quatro anos.

Para reforçar a infra-estrutura das cidades de porte médio, o Governo aplicou sete bilhões e 500 milhões de cruzeiros nas 13 cidades mais importantes do Estado, com exceção de Curitiba. Estes recursos destinaram-se a obras de transportes, energia elétrica, habitação popular, saneamento básico e controle da erosão.

As cidades de pequeno porte receberam realizações levadas a efeito com recursos da cota-parte estadual do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano. Nos dois últimos anos, 157 cidades de pequeno porte receberam hospitais, abastecimento de água, pavimentação, centros comunitários e praças públicas. Ainda no âmbito das pequenas cidades, merece destaque o Programa Estiagem que abriu mais de 1.000 frentes de trabalho nessas cidades para reduzir o desemprego provocado pela seca de 1978.

O programa de controle da erosão urbana permitiu a realização de obras avaliadas em um bilhão e 694 milhões de cruzeiros em 100 cidades do Paraná.

Os grandes objetivos estratégicos e metas setoriais do Paraná requeriam elevado grau de desempenho de seus organismos governamentais. Daí a necessidade de uma reforma administrativa, realizada a partir de um modelo empresarial de gestão, que configura o planejamento prévio como norma básica de toda ação. A mobilização dos meios é um capítulo importante, que nasceu do planejamento sistematizado através da criação de uma Secretaria do Planejamento.

A ação integrada dos órgãos de planejamento foi responsável pelo sucesso na captação de recursos federais e internacionais destinados a programas de grande significação para o Estado. Um exemplo disso é o já citado Programa de Rodovias Alimentadoras ou o Programa Especial do Oeste do Paraná. Sem descer a minúcias, nem repetir outros dados mencionados em vários pontos desta mensagem, deixo apenas afirmar minha convicção de que sem o sistema estadual de planejamento, tal como foi idealizado neste governo, não teríamos alcançado os níveis de qualidade de vida, crescimento econômico, organização do espaço e modernização administrativa de que hoje desfrutamos.

Outra preocupação do Governo foi que os recursos humanos acompanhassem a nova proposta de gestão. Com esse fim nasceu a Secretaria dos Recursos Humanos. Sua missão foi revalorizar a função pública e reciclá-la frente à filosofia de administração adotada pelo governo.

Aqui, cabe outro reconhecimento: todo o conjunto de planos e obras que se anunciava poderia esbarrar em obstáculos intransponíveis se o funcionalismo público estadual não participasse ativa e eficientemente do tempo novo que se anunciava.

Outra secretaria implantada — a de Administração — trouxe um impulso decisivo para a programação do setor de administração geral. Entre as importantes obras realizadas pela nova Secretaria estão o Edifício Marechal Humberto Castello Branco, com 28 mil metros quadrados, e dois no-

vos prédios para Secretarias de Estado, com 24 mil metros quadrados, além de remanejamento paisagístico e a incorporação de áreas verdes no Centro Cívico de Curitiba.

O Arquivo Público ganhou sua nova sede e o Departamento Estadual de Administração de Materiais pôde construir sua própria unidade de armazenamento.

O Programa Especial de Reparos, já mencionado, beneficiou todos os municípios paranaenses, através de 840 convênios.

O Sistema Financeiro Estadual, sob a liderança da Secretaria das Finanças, ofereceu o indispensável suporte financeiro aos empreendimentos privados industriais, agrícolas, de serviços e à multiplicidade de obras do governo.

Atestado desse apoio são os valores das operações contratadas pelo Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná e pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

O total consolidado no período 1975/78 atingiu 31,2 bilhões de cruzeiros, contra 11,4 bilhões no período 1971/74, a preços constantes de 78, o que representa um crescimento de 172%.

Some-se a este indicador o crescimento expressivo na área de operações do Banestado, cujo volume total de empréstimos atingiu 11,8 bilhões no final do quadriênio 1975/78, contra 7,2 bilhões no período 1971/74, com aumento de 60% em termos reais.

O Banco do Estado do Paraná afirmou seu caráter de agente creditício estadual, remanejando para dentro dos limites do Paraná 10 agências que possuía em outras unidades da Federação e instalando 66 novas dependências pioneiras.

Detentor de 210 agências, das quais 192 dentro do Paraná, o Banestado encerrou o período 1975/78 com a responsabilidade de mais de um terço de todos os empréstimos concedidos pela rede bancária do Estado e mais de um quarto de todos os depósitos, excluídas, apenas as operações do Banco do Brasil.

O volume total dos recursos financeiros aplicados pela administração estadual no período 1975/78 foi de 67,6 bilhões de cruzeiros, dos quais 51% captados pelo Tesouro. É indispensável observar que a reforma tributária nacional, em 1967, ocasionou, de um lado, excessiva centralização de poder decisório na União e o alargamento de sua competência tributária; de outro, estabeleceu maior participação dos Estados nos tributos federais, através de transferência de recursos com aplicação vinculada.

Todavia, o Fundo de Participação dos Estados — principal mecanismo de recebimento de tais recursos — foi reduzido pela Emenda Complementar 1/69 e esta participação somente foi restabelecida, gradativamente, pela Emenda Complementar 5/75.

Durante este período de tempo ocorreu uma forte redução na capacidade financeira própria dos Estados que passou a depender principalmente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

No Paraná, o ICM permaneceu primordialmente vinculado ao produto primário, que é responsável por 39,5% de sua arrecadação no quadriênio.

O resultado é que num ano de conjuntura internacional adversa para a comercialização do café e da soja, como 1977, ou num ano de prolongada estiagem, como 1978, toda a arrecadação estadual foi comprometida.

Aqui, é importante observar que a receita de ICM do Paraná foi crescente em 1975 e 1976. Analisando esta evolução, vemos, que, em 1974, a participação relativa do Paraná no total brasileiro foi de 6,67%. Em 1975, passou para 6,82%, crescendo 7,1%, enquanto a taxa nacional foi de 4,8%. Em 1976, a participação relativa passou a 7,42%, resultando numa taxa de crescimento real para o Paraná de 9,6%, contra 1,5% do total brasileiro.

As medidas adotadas pelo governo para recuperar-se das perdas motivadas pela quebra das safras compreenderam, inclusive, uma captação adicional de recursos superior à inicialmente programada, com o fim de manter ativas as frentes de trabalho e o consumo de bens e serviços.

Quanto à administração indireta, o quadro é inteiramente inverso. Ela exerce expressivo papel na captação de recursos para o cumprimento da programação global do governo. Pondo de lado os organismos integrantes do Sistema Financeiro, já anteriormente citados, a administração indireta procedeu à captação de um montante de 33,6 bilhões de cruzeiros.

Os mecanismos de planejamento, gerência e controle ofereceram suporte à política de racionalização de gastos e captação de recursos adicionais. Sem prejudicar o desempenho da administração, as despesas de custeio e os investimentos de caráter administrativo foram mantidos sob controle.

Solidificou-se, no período, a aplicação do princípio de caixa única para os recursos do Tesouro. E foram desenvolvidos instrumentos gerenciais que possibilitaram evitar a manutenção de saldos ociosos. Tudo isso contribuiu para o Tesouro manter um elevado índice de aplicações, mesmo em 1977 e 1978.

Os empréstimos contratados foram aplicados principalmente em infra-estrutura rodoviária, abastecimento de água, educação de primeiro e segundo graus e fomento industrial. Vale destacar que, do total de investimentos realizados pelo Estado no período, considerados a preços constantes, apenas 22,4% foram cobertos por operações de crédito.

Tal captação só foi possível devido à qualidade técnica dos projetos apresentados a entidades como o BIRD, BID, BNDE e BNH.

Foi preocupação do governo realizar os empréstimos de tal forma que a sua amortização e encargos obedecessem a um escalonamento que não comprometesse a capacidade de pagamento e de realização de novos investimentos dos próximos governos. Assim, os compromissos a serem atendidos no exercício de 1979 representam 8,7% da receita total estimada para este ano, excluídas receitas de operação de crédito ainda não contratadas. Para os anos seguintes o percentual é decrescente, mesmo supondo que a receita permaneça constante em seu valor real de 1979.

Uma evidência da posição favorável desfrutada pelo Estado, neste momento, é o fato de que o ano de 1979 se

inicia com a utilização de apenas 17% do limite legal operável em termos de dívida interna, computados todos os empréstimos tomados neste e em exercícios anteriores.

Senhores Deputados:

Era meu dever relatar o quadro paranaense de maneira mais minuciosa possível para evitar tanto a crítica imoderada como o elogio imerecido. Se o relato, além de extenso, tornou-se árido, há de ser pela própria natureza da matéria de que trata. Creio que cumprimos nossa obrigação e tivemos possibilidade de verificar que o período 1975/78 foi um dos mais positivos que o Paraná viveu, em que pesem as dificuldades de todos conhecidas. E isso aconteceu graças ao trabalho, à coragem e à união de todos os brasileiros do Paraná.

Creio, sinceramente, que as conquistas destes quatro anos serão multiplicadas no próximo período e, ainda mais, nos seguintes.

Todos nós, que descremos da estagnação e do imobilismo, todos os que acreditamos numa sociedade livre, de oportunidades, de ordem, de desenvolvimento, de estabilidade, de igualdade e de justiça — todos temos o dever de olhar firme em frente e descobrir que os contornos do amanhã são o reflexo de nossa audácia e de nossas esperanças.

Curitiba, 1º de março de 1979

JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

I - CAMPO SOCIAL

EDUCAÇÃO E CULTURA

1. ATIVIDADES EDUCACIONAIS

1.1. Ensino de 1.º Grau

A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, através de seu Departamento de Ensino de 1.º Grau, desenvolveu, no ano de 1978, cinco projetos, resultantes da compatibilização de metas correlatas ou complementares, convertidas em subprojetos e detalhados em etapas.

1.1.1 — Ajustamento e Adequação do Fluxo Escolar

a) Chamada Escolar

— Realização da Chamada Escolar em 290 Municípios do Estado.

b) Novas Metodologias

— Aceleração de aprendizagem da 1.ª para a 3.ª série do 1.º grau, envolvendo 211 turmas e 5.700 alunos, aproximadamente.

c) Recuperação Paralela

— Promoção de estudos de recuperação paralela a 295 turmas de 1.ª série do 1.º grau, atingindo aproximadamente 8.300 alunos.

1.1.2 — Implantação da Reforma do Ensino

a) Preparação da Implantação da Reforma

— Preparação da Implantação da Reforma do Ensino de 1.º grau em 36 Distritos.

b) Reformulação de Currículos

- . Impressão do documento "Métodos de Alfabetização".
- . Avaliação do documento "Elementos para o Planejamento Curricular nas 1.ª e 2.ª séries", abrangendo 28 escolas (Capital e Interior), 137 turmas.
- . Foram aplicados 50.000 testes de avaliação do aluno.
- . Avaliação das Diretrizes Curriculares para zona rural (Escolas Consolidadas).

- . Realizados 3 seminários de acompanhamento, controle e avaliação.
- . Impressão das revistas de Comunicação e Expressão, Matemática, Estudos Sociais e Iniciação para o Trabalho (2.000 volumes).
- . Elaboração de material de apoio para operacionalização das Diretrizes Curriculares de Estudos Sociais — 6.ª série.
- . Elaboração de Diretrizes Curriculares para o Pré-Escolar.

c) Supervisão

- . Acompanhamento e operacionalização dos subprojetos do DEPG.
- . Assistência técnico-pedagógica ao ensino de 1.º grau.
- . Atualização profissional dos elementos que compõem a Equipe de Supervisão.

d) Orientação Educacional

- Implantação do Serviço de Orientação Educacional em mais 40 escolas de 1.º grau e prestação de assistência aos serviços já em funcionamento em 1978.
- Implantação da Reforma do Ensino de 1.º Grau, a nível de sala de aula:
 - . nas 7.ªs. séries da Expansão III;
 - . nas 3.ªs., 4.ªs. e 6.ªs. séries da Expansão IV;
 - . nas 1.ªs., 2.ªs. e 5.ªs. séries da Expansão V;
 - . nas 1.ªs., 2.ªs. e 5.ªs. séries de 31 Distritos.

e) Análise de Aprovação dos Planos de Implantação e Regimentos Escolares

- . Análise preliminar de 151 Planos de Implantação.
- . Análise de 98 Reformulações.
- . Aprovação de 77 Planos de Implantação.
- . Análise Preliminar de Regimentos Escolares.
- . Análise de 60 Reformulações.
- . Aprovação de 19 Regimentos Escolares.

f) Reorganização de Estabelecimentos de Ensino

- . Reorganização da rede física de 71 estabelecimentos de ensino da rede estadual, 20 da rede municipal e 23 da rede particular.
- . Elaboração do documento contendo Modelo de Organização Escolar.

1.1.3 — Melhoria Qualitativa do Ensino de 1.º Grau

a) Atendimento ao Pré-Escolar

- . Assistência técnica a 60 classes que ofertam educação pré-escolar, através da elaboração e distribuição de apostilas.

- . Distribuição de material de ensino-aprendizagem e material de consumo para 60 classes atingindo 1.250 alunos.
- Assistência técnica a 100 classes de 1.ª série do 1.º grau, através da distribuição de documentos, treinamento de pessoal, acompanhamento e controle de classes.

1.1.4 — Avaliação da Implantação da Reforma do Ensino

a) Perfil da Implantação da Reforma

- Estabelecimento do perfil da situação da Implantação da Reforma do Ensino de 1.º Grau, atingindo 184 estabelecimentos de ensino e aproximadamente 3.000 professores.

b) Diagnóstico da Produtividade Escolar no Ensino de 1.º Grau

- Elaboração do diagnóstico da produtividade escolar no ensino de 1.º grau, por amostragem a ser definida, nos Municípios das Expansões I e II.

1.1.5 — Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal

- . Assistência técnica aos órgãos municipais de educação de 100 Municípios, para elaboração e implantação de planos, programas e projetos na área do ensino de 1.º grau.
- . Expansão da rede municipal de ensino de 1.º grau.
- . Construção de 20 escolas em 20 Municípios.
- . Equipamento de 12 unidades escolares do Município de Terra Rica.
- . Atualização de 42 técnicos dos órgãos municipais, dos Municípios envolvidos nas ações do PROMUNICÍPIO.
- . Acompanhamento, controle e avaliação de planos, programas e projetos dos 100 Municípios.

Transferência de recursos a 100 Municípios para implementação de seus planos, programas e projetos.

- . Cr\$ 10.000.000,00 — SE/QE — a 70 Municípios;
- . Cr\$ 13.000.000,00 — SE/QE — a 100 Municípios;
- . Cr\$ 1.639.000,00 — T.E. — a 2 Municípios.

1.2. Ensino de 2.º Grau

1.2.1 Projeto: Execução, Supervisão e Controle do Ensino de 2.º Grau.

a) Meta do Plano de Ação 7.02.04: Preparação da Implantação da Reforma de Ensino de 2.º Grau nos Municípios da Expansão IV:

- Planejamento e execução do Seminário para a Implantação da Reforma do Ensino de 2.º Grau em 26 Municípios da Expansão IV, previstos pelo Plano Estadual de Educação.



— Planejamento e execução do Curso de Treinamento para os Docentes de Educação Geral e Formação Especial para montagem do Plano de Implantação do 2.º Grau nos Municípios da Expansão IV; contou com a participação de 145 elementos.

b) **Meta 7.2.08: Restabelecimento do Sistema de Supervisão na Rede de Ensino de 2.º Grau.**

- Planejamento, execução e avaliação do Treinamento de Docentes Habilitados em Supervisão com a participação dos Inspectores Regionais de Ensino, para o exercício da Supervisão nos Estabelecimentos de 2.º Grau localizados nos Municípios da Expansão I e II.
- Planejamento e convocação dos 34 participantes para o Treinamento de Supervisão a nível de Escola.

c) **Meta 7.2.10: Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2.º Grau.**

- Planejamento e execução dos seguintes cursos:
 - . Atualização de 58 Diretores de Estabelecimentos de Ensino de 2.º Grau (Expansão III).
 - . Atualização de 70 Secretários (Expansão IV).
 - . Atualização de 75 Docentes (Expansão III), na utilização de Laboratórios de Física, Química e Biologia.

d) **Meta 7.2.05: Reformulação de Currículos do Ensino de 2.º Grau.**

— Elaboração das Diretrizes Curriculares Gerais e Específicas para as **Habilitações Plenas** em:

- . Contabilidade
- . Secretariado
- . Assistente de Administração
- . Publicidade
- . Estatística
- . Comercialização e Mercadologia
- . Serviços Bancários
- . Hotelaria
- . Edificações
- . Química
- . Agropecuária
- . Enfermagem
- . Magistério

Habilitações Parciais

- . Auxiliar de Contabilidade
- . Auxiliar de Escritório
- . Auxiliar de Processamento de Dados

- . Promotor de Vendas
- . Corretor de Imóveis
- . Desenhista de Publicidade
- . Auxiliar de Enfermagem
- . Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas
- . Desenhista de Arquitetura
- . Desenhista de Estruturas.

Habilitações Básicas

- . Agropecuária
- . Química
- . Administração
- . Saúde.

e) Meta 7.2.06: Desenvolvimento de Atividades de Integração Escola/Empresa/Governo

- Implantado em oito municípios o Sistema de Integração Escola/Empresa/Governo.
- Realizado durante o mês de dezembro o I Encontro Regional de Avaliação do Projeto de Integração Escola/Empresa/Governo.

f) Meta 7.2.07: Expansão e Melhoria da Rede Física de Ensino de 2.º Grau

- Equipados 41 estabelecimentos (Expansão IV e antecipadores) de 2.º grau com laboratórios de ciências.
- Equipados 28 estabelecimentos de 2.º grau (Expansão III) com escritórios-modelo.
- Equipados:
 - 2 Municípios com laboratórios de eletricidade
 - 3 Municípios com laboratórios de química
 - 4 Municípios com salas de desenho.
- Participação do DESG em programas do Ministério e CENAFOR, de âmbito nacional.

1.2.2 Projeto: Execução, Supervisão e Controle do Ensino de 2.º Grau — Técnico Agrícola

a) Meta 7.2.01: Implementação da execução de Projetos de culturas para otimizar a utilização das áreas agrícolas dos Colégios Agrícolas da Rede Estadual de Ensino.

- Projetos de culturas:
 - . **Cultura do Soja:** Colégios de Ponta Grossa, Castro, Palmeira, Santa Mariana, Guarapuava, Foz do Iguaçu e Clevelândia.
 - . **Cultura do Trigo:** Idem.
 - . **Horticultura:** Em todas as escolas.

Milho: Castro, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Apucarana, Santa Mariana, Irati, Rio Negro, Clevelândia e Palmeira.
Financiados pelo Convênio MEC/DEM/COAGRI/SEEC.

b) Meta 7.2.02: Desenvolvimento de Projetos de Pecuária

— Projetos Agrostológicos:

- Colégio Lysímaco Ferreira da Costa, de Rio Negro; Manoel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu; Fernando Costa, de Santa Mariana.
- Conclusão das construções de instalações rurais:
Aviários: Palmeira e Foz do Iguaçu
Pocilga: Clevelândia
Estábulos: Clevelândia e Santa Mariana.

— Projetos de Construção para Refeitórios e Dormitórios:

- Colégio Costa e Silva, de Irati
- Colégio Olegário Macedo, de Castro
- Colégio Manoel Ribas, de Apucarana.

Conclusão de Laboratórios de Física e Química

Construção: Colégio Costa e Silva, de Irati.

Manutenção de 198 bolsas de estudos.

— Projetos de Suinocultura:

Financiados pelo Convênio MEC/DEM/COAGRI/SEEC

Colégios: Manoel Ribas, de Apucarana; Fernando Costa, de Santa Mariana; Assis Brasil, de Clevelândia; e Arlindo Ribeiro, de Guarapuava.

— Projetos de Avicultura:

Financiados pelo Convênio MEC/DEM/COAGRI/SEEC

Colégios: Lysímaco Ferreira da Costa, de Rio Negro; Getúlio Vargas, de Palmeira; Augusto Ribas, de Ponta Grossa; e Manoel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu.

Trabalhos para publicação:

Diretrizes Curriculares — Habilitação Técnica em Agropecuária.

Salas — Ambiente para as Habilitações do Setor Primário.

1.3. Ensino Superior

A oportunização da reformulação curricular e administrativa das instituições de ensino superior do Estado do Paraná, sem nenhum caráter impositivo, em face da autonomia didática e administrativa das fundações de direito público (Universidades e Faculdades Estaduais), com vistas, inclusive, ao atendimento das necessidades dos demais graus de ensino existentes no Sistema Estadual, foi sugerida através de dados e informações coletados pelo grupo de trabalho instituído pela SEEC junto ao Departamento de Assun-

tos Universitários, em razão de convênio assinado com o Ministério do Trabalho. Este convênio, na verdade, visou atualizar programas de ensino e pesquisas curriculares com vistas à sua harmonização com o desenvolvimento dos mercados regionais de trabalho, objetivo do projeto "Integração Escola/Empresa/Governo", utilizando dados que permitissem um diagnóstico da conjuntura sócio-cultural e econômica do Paraná. A reformulação curricular junto às referidas instituições, dessa forma, poderá ser desenvolvida satisfatoriamente, no ano letivo em curso, com base no mencionado diagnóstico.

No concernente ao projeto de Assistência Financeira ao Aluno de 3.º Grau, visando dar condições de estudos a alunos carentes, o Governo do Estado investiu, através da SEEC, cerca de Cr\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil cruzeiros), atribuindo bolsas de estudos em todo o Estado do Paraná. Praticamente todos os estudantes que requereram o benefício foram atendidos, com bolsas no valor unitário de Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros).

Ainda dentro do projeto de Revitalização do Processo de Integração do Ensino Superior com os demais Graus de Ensino, o DAU designou comissão de alto nível para examinar a situação dos vestibulares nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual, em face da introdução da prova obrigatória de redação.

1.4. Ensino Supletivo

O Departamento de Ensino Supletivo, órgão de execução programática da SEEC, desenvolveu atividades previstas no Plano de Ação — 1978, conforme o que segue:

1.4.1 **Meta 8.2.01:** Implementação e Expansão do Ensino Supletivo de 1.º e 2.º Graus, em 290 municípios do Estado, atingindo 160.000 alunos no decorrer de 1978, através de cursos que atendem à Suplência de Educação Geral e Suplência Profissionalizante.

a) **Implementação de Classes de Alfabetização — Convênio SEEC/MOBRAL**

- Reuniões com a Coordenação Estadual do MOBRAL, visando o treinamento de 160 professores alfabetizadores para 50 municípios do Estado.
- Acompanhamento, controle e avaliação de 126 unidades escolares que mantêm classes de alfabetização, dando atendimento a 4.700 alunos.

b) **Implementação e Expansão de Classes de Educação Integrada — Convênio SEEC/MOBRAL**

- Execução de Cursos de Educação Integrada, dando atendimento a aproximadamente 15.000 alunos em 50 municípios do Estado.

c) Implementação de Cursos Supletivos de 1.º Grau — Fase II — Rede de Ensino Oficial

- Realização de exames de equivalência, a nível das quatro primeiras séries do 1.º Grau, possibilitando o ingresso da clientela na Fase II do Ensino Supletivo de 1.º Grau.
- Execução de Cursos Supletivos de 1.º Grau — Fase II, atendendo aproximadamente 16.000 alunos, em 40 escolas da Rede Oficial, situadas em 24 municípios.

d) Implementação e Expansão de Cursos Supletivos de 1.º e 2.º Graus — Rede de Ensino Particular

- Execução de Cursos Supletivos de 1.º e/ou 2.º Graus em 82 municípios, atendendo aproximadamente 36.000 alunos na função Suplência de Educação Geral e Suplência com Habilitação Profissional.

e) Implementação do Curso Supletivo de 1.º Grau — Fase II — Projeto Mínerva, através de Recepção Organizada, Controlada e Isolada, atendendo a 5.000 alunos

- Contatos com Prefeituras de 26 municípios, visando celebração de convênios.

1.4.2 Meta 8.2.02: Dar continuidade à realização dos Exames Supletivos — Suplência de Educação Geral e Suplência Profissionalizante, atendendo 35.000 candidatos/prova em todo o Estado.

- Realização dos Exames Supletivos da função Suplência de Educação Geral a nível de 1.º e 2.º Graus nos meses de julho a dezembro, dando atendimento a 25.000 candidatos/prova em todo o Estado.
- Elaboração de Projeto de Exames de Suplência Profissionalizante a ser executado em 1979, propondo repasse de recursos financeiros pelo DSU/MEC.
- Contatos com entidades comerciais e educacionais, com vistas à realização dos Exames de Suplência Profissionalizante.
- Encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação de Relatório sobre a realização de Exames de Suplência Profissionalizante, em duas modalidades técnicas, realizados em 1977.

1.4.3 Meta 8.2.03: Promoção de Cursos Profissionalizantes, através de convênios com empresas, agências especializadas e/ou entidades particulares do Ensino Profissional, dando atendimento a 5.000 alunos — Função Aprendizagem-Qualificação.

- Convênio de Assistência Técnica da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré, firmado com o DESU/SEEC, para dar orientação às Escolas de Saúde.
- Assistência Técnica a 10 Escolas de Ensino Supletivo que desenvolvem cursos na área da saúde.

- Elaboração do Documento n.º 01 — Subsídios para desenvolvimento de Cursos de Auxiliar de Enfermagem no Estado — Convênio DESU/SEEC/ETECLA.
 - Execução de Cursos de Aprendizagem Industrial, em seis Centros de Formação Profissional do SENAI, atendendo 2.000 alunos aproximadamente.
 - Compilação de Legislação Básica para o ensino de Enfermagem no Estado (Documento n.º 03) e distribuição às escolas de Enfermagem.
 - Contato com a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, visando execução de cursos, através de convênios.
- 1.4.4 **Meta 8.2.04:** Estruturação e Implementação de Cursos Profissionalizantes Livres, Função Suprimento, de aproximadamente 600 Unidades de Ensino Profissionalizante.
- Estudo de nova resolução de regulamentação de funcionamento de cursos livres.
 - Montagem de novo questionário de verificação prévia para os cursos livres.
- 1.4.5 **Meta 8.2.05:** Capacitação de Recursos Humanos de 60 municípios — Função Suprimento.
- Execução de cursos de treinamento, atendendo 73 participantes através do Projeto 9.4 — DSU/MEC, abrangendo as metas:
 - Aperfeiçoamento de Pessoal Docente para Suplência.
 - Aperfeiçoamento da Equipe-Base.
 - Aperfeiçoamento de Pessoal para atuar no Centro de Estudos Supletivos.
 - Aperfeiçoamento de Pessoal para Qualificação e Habilitação Profissional.
 - Treinamento de 22 Supervisores para o Projeto Minerva.
- 1.4.6 **Meta 8.2.06:** Atualização de Pessoal Administrativo, Técnico e Docente de 71 municípios.
- Elaboração de Módulos Didáticos sobre Filosofia e Estrutura do Ensino Supletivo, para treinamento de pessoal administrativo, técnico e docente, visando atingir 2.500 participantes; distribuição de módulos às Unidades Escolares.
- 1.4.7 **Meta 8.2.07:** Inovações Metodológicas no processo ensino-aprendizagem, do Ensino Supletivo.
- Elaboração do Projeto e Regimento para implantação do Centro de Estudos Supletivos de Curitiba e encaminhamento do mesmo ao Conselho Estadual de Educação.

- Elaboração de Diretrizes Curriculares, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem dos Cursos Supletivos de 1.º Grau — Função Suplência de Educação Geral.
- Estudo, elaboração e apresentação de novas grades curriculares do ensino supletivo de 2.º grau, função Suplência com Habilitação Profissional, para aprovação pelo CEE, referentes ao setor terciário da economia, visando a uniformização dos cursos técnicos de Secretariado, Contabilidade, Propaganda e Assistente de Administração.
- Estudo e elaboração de novas grades para adoção no curso supletivo de 2.º grau — Função Suplência de Educação Geral, visando a uniformização desse curso.
- Estudo comparativo dos conteúdos do Telecurso de 2.º Grau — Fundação Roberto Marinho — e do Programa de Ensino Supletivo de 2.º Grau dos Exames Supletivos.
- Elaboração do Projeto de Assistência Técnica ao Ensino Supletivo nos municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo — Projeto Multinacional.

1.4.8 Meta 8.2.08: Supervisão do Ensino Supletivo em 266 Unidades da Rede Oficial e Particular de 71 municípios.

- Implantação do Serviço de Supervisão do DESU através de convênio com o DSU/MEC.
- Acompanhamento e controle dos Cursos Supletivos pelo Serviço de Supervisão.
- Encaminhamento de relatório parcial do Serviço de Supervisão ao DSU/MEC em julho próximo passado.
- Fornecimento de dados à Equipe Base do DESU, para efeito de avaliação do processo ensino-aprendizagem, nas escolas de ensino supletivo.

1.4.9 Meta 8.2.09: Avaliação dos Projetos e Atividades desenvolvidas pelo DESU/SEEC.

- Reformulação do organograma existente, visando melhor desenvolvimento dos trabalhos.
- Elaboração do Projeto de Pesquisa sobre produtividade de alunos egressos do Ensino Supletivo e matriculados nos cursos universitários.
- Participação da chefia do DESU/SEEC e técnicos do departamento em reuniões e encontros estaduais e interestaduais.
- Retrospectiva das atividades do departamento, desde 1973, para o Grupo de Planejamento Setorial.
- Elaboração de novo formulário de verificação prévia, com vistas à renovação de autorização de funcionamento das escolas particulares que mantêm o Ensino Supletivo.

- Contatos com o CEE, visando melhoria qualitativa dos Cursos Supletivos em execução, em atendimento à Estratégia Nacional do Ensino Supletivo.
- Elaboração do Projeto de Cooperação Técnica e Financeira do DSU/MEC ao DESU/SEEC — Equipe Básica de 1978.
- Participação da Chefia do DESU em reuniões presididas pela Direção Geral da SEEC.
- Elaboração do Projeto de Cooperação Técnica e Financeira do DSU/MEC ao DESU/SEEC, para acompanhamento e controle do Ensino Supletivo — 1979.
- Encaminhamento de dados estatísticos sobre o Ensino Supletivo do Estado para o Departamento de Ensino Supletivo do MEC.
- Em elaboração, documento sobre “O Ensino Supletivo no Estado do Paraná após a Implantação da Lei 5692/71”.
- Avaliação do Projeto de Supervisão desenvolvido pelo Departamento, através do preenchimento de formulários próprios a serem encaminhados ao DSU/MEC.
- Elaboração do relatório de atividades do DESU/SEEC, conforme Programação 1977-1979 do DSU/MEC — exercício de 1977 e encaminhamento ao DSU/MEC.

1.4.10 Meta 8.2.10: Atendimento aos Serviços Administrativos do Departamento de Ensino Supletivo.

- Emissão de pareceres em diversos processos.
- Elaboração de minutas de convênios e de termos aditivos a convênios e acompanhamento dos mesmos junto aos setores competentes.
- Elaboração da Programação Orçamentária para 1979.
- Controle da despesa orçamentária do Departamento de Ensino Supletivo da SEEC - Recursos do Tesouro do Estado e do DSU/MEC.
- Atendimento a serviços administrativos em geral.

1.4.11 Conclusões:

Em conformidade com as metas prioritárias definidas no Plano Estadual de Educação 1976/1979, Plano de Ação 1978 da SEEC e programação 1977/1979 do DSU/MEC, o Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Estado do Paraná conseguiu atingir, quase na totalidade, os objetivos propostos.

1.5. Ensino Especial

O Departamento de Educação Especial, em função das metas previstas no Plano de Ação da Secretaria da Educação e da Cultura, desenvolveu as seguintes atividades:

1.5.1 **Meta 9.2.02:** Criação de Programas Especiais

a) **Triagem e Avaliação**

No decorrer de 1978, o Departamento de Educação Especial realizou triagem e avaliação psicopedagógica em 3.511 educandos, na Capital e em cidades do Interior do Estado, assim distribuídos por área de atendimento:

· **Area Deficiente Mental:** 3.424 casos

No interior foram atendidas solicitações de triagem e avaliação nas seguintes cidades: Pato Branco, Paulo Frontin, Mandaguari, Paranavaí, Paranaguá, Umuarama, Marechal Cândido Rondon, Jataizinho, Maringá, São José dos Pinhais, Guaraniçu, Céu Azul, Toledo, Guaíra, Foz do Iguacu, Ourizona, Ivaiporã, Arapongas, Cianorte e Campo Mourão.

· **Area de Deficientes da Audição:** 86 casos

Atendidas solicitações de triagem e avaliação nas seguintes cidades: Maringá, Jataizinho, Irati, Medianeira e Assis Chateaubriand.

· **Area de Deficientes da Visão:** 61 casos

Atendida solicitação de: Londrina e Maringá.

Todos os casos foram orientados e encaminhados para o atendimento adequado, quer nas escolas especiais, classes especiais, escolas comuns, clínicas, habilitação profissional e outros, conforme as necessidades específicas constatadas na avaliação.

Classes Especiais

Criação de 8 classes para educandos portadores de deficiência mental em estabelecimentos de ensino regular.

Criação de Escolas Especiais

Com a filosofia de trabalho de conjugação de esforços de recursos oficiais e da iniciativa particular, em 1978 foram criadas seis escolas especiais para o atendimento da criança excepcional portadora de deficiência mental.

Programas Especiais

Reestruturação do Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser.

b) **Projeto de Qualificação Profissional do Excepcional**

— **Area de Deficiência Visual**

- Curso de Telefonista — Convênio CENESP/DEE/SENAC
- Período de realização: 06/11 a 30/11
- Participantes: 5

- . Curso de Datilografia — Convênio DEE/APADEVI/PIPMO
Período de realização: 08/11 a 19/12
Participantes: 12
- . Curso de Artesanato e Macramê — Convênio DEE/IPC/PIPMO
Período de realização: 10/11 a 20/01/79
Participantes: 32

— **Area de Deficiência Auditiva**

- . Curso de Cabeleireiro e Manicure — Convênio DEE/CENESP/ Escola Linda de Cabeleireiros
Período de realização: 18/09 a 30/12
Participantes: 9
- . Curso de Desenho Básico — Convênio CENESP/DEE/SENAC
Período de realização: 08/09 a 20/09
Participantes: 4
- . Curso de Cartazismo — Convênio DEE/CENESP/SENAC
Período de realização: 25/09 a 06/10
Participantes: 4

— **Area de Deficiência Mental**

- . Curso de Datilografia — Convênio DEE/CENESP/SENAC
Período de realização: 29/08 a 08/10
Participante: 1
- . Curso de Desenho Básico — Convênio DEE/CENESP/SENAC
Período de realização: 08/09 a 20/09
Participante: 1
- . Curso de Ajudante de Costura — Convênio DEE/CENESP/PIPMO
Período de realização: 23/10 a 24/11
Participantes: 11
- . Curso de Marceneiro Auxiliar — Convênio DEE/CENESP/PIPMO
Período de realização: 23/10 a 24/11
Participantes: 14

— **Area de Deficientes Físicos não Sensoriais**

- . Curso de Iniciação em Serviços de Escritórios — Convênio DEE/CENESP/SENAC
Período de realização: 01/08 a 29/09
Participantes: 3
- . Curso de Secretário Auxiliar — Convênio DEE/CENESP/SENAC
Período de realização: 12/09 a 21/10
Participante: 1
- . Curso de Caixa de Supermercado — Convênio DEE/CENESP/ SENAC
Período de realização: 15/08 a 06/09
Participante: 1
- . Curso de Datilografia — Convênio DEE/CENESP/SENAC
Período de realização: 29/08 a 08/12
Participantes: 2

- . Curso de Auxiliar de Contabilidade — Convênio DEE/CENESP/SENAC
Período de realização: 04/09 a 17/10
Participante: 1
- . Curso de Eletricista — Convênio DEE/CENESP/INSTITUTO TÉCNICO CURITIBANO
Período de realização: 01/08 a 30/09
Participante: 1
- . Curso de Eletrônica — Convênio DEE/CENESP/INSTITUTO TÉCNICO CURITIBANO
Período de realização: 01/10 a 31/12
Participante: 1

c) Salas de Recurso

Com a finalidade de atender os educandos portadores de distúrbios de aprendizagem, foram criadas sete salas de recurso.

— **Area de Deficiência Visual**

- . Centro de Reabilitação Luís Braille (Projeto Reformulação de Currículo — CENESP-DEE) — 15 alunos.

d) Projeto “Novas Metodologias”

Além das metas do DEE, este Departamento colaborou com o Departamento de Ensino de 1.º Grau no Projeto de Novas Metodologias, avaliando as fichas de referência aplicadas nas 1.ªs. séries do ensino de 1.º grau.

Em função deste Projeto, o DEE, através do seu Serviço de Triagem, Diagnóstico e Encaminhamento, avaliou 4.284 fichas de educandos do ensino regular.

e) Programas de Estimulação Precoce

Objetivando atender a criança considerada de alto risco e, conseqüentemente, minorando as causas de possíveis distúrbios de desenvolvimento em tais crianças, o DEE implantou programas nas seguintes instituições:

- . Creche Santa Bertília Boscardin
- . Escola Ecumênica.

f) Total de Alunos Atendidos em 1978

. Em Escolas e Programas Especiais	— 4.157
. Em Classes Especiais	— 799
. Em Salas de Recurso	— 411
. Em Ensino Itinerante:	
. Deficientes Visuais	— 43
. Deficientes Físicos não Sensoriais	— 35
. No Serviço de Educação de Deficiente da Audição ..	— 34
 TOTAL:	 — 5.479

1.6. Assistência ao Educando

Objetivando o maior amparo possível ao estudante carente e desprovido de recursos financeiros, a SEEC desenvolveu essas atividades por meio da Coordenação de Assistência ao Educando:

1.6.1 Bolsa de Estudo

a) Convênio MEC/SEEC

1.º Grau	—	564 Bolsas	Cr\$	479.400,00
Ensino Especial	—	2.121 Bolsas	Cr\$	4.749.600,00

b) Verba do Tesouro do Estado

1.º Grau	—	1.813 Bolsas	Cr\$	906.500,00
2.º Grau	—	1.251 Bolsas	Cr\$	813.150,00
2.º Grau Particular	—	287 Bolsas	Cr\$	229.600,00

c) Convênio MEC/SEEC/INPS

Total de Bolsistas — 178, em 5 Colégios da Capital e Interior.

1.6.2 Serviço Social Escolar

. Registro de APPS	81
. Registro de cantinas comerciais	04

1.6.3 Serviço de Merenda Escolar

. Município atendido	Curitiba
. Alunos atendidos	76.966
. Escolas atendidas	130
. Merendas servidas	7.012.320
. Recursos aplicados	Cr\$ 1.385.000,00

1.6.4 Serviço de Saúde e Higiene Escolar

Número de alunos atendidos	—	Capital	—	28.896
	—	Interior	—	486.011

. Obtiveram atendimento em acuidade visual, auditiva, biometria, exames coprológicos, odontológicos, oftalmológicos, tratamento de verminoses, clínica geral, encaminhamentos diversos, doações de óculos, etc.

1.6.5 Convênio MEC/Departamento de Assistência ao Estudante/MUDES

. Visa o desenvolvimento do Projeto de Organização e Dinamização de Associações de Pais e Mestres em 25 municípios.

1.7. Educação Física e Desportos

Procurando atender ao antigo provérbio latino "Mens sana in corpore sano" e visando o prosseguimento do Plano "Esporte ao Nível do Povo", com

o incremento de novas perspectivas para incentivar o esporte, a SEEC desenvolveu dentre outras, as seguintes atividades, através de seu Departamento de Educação Física e Desportos:

- a) **Jogos Estudantis do Paraná — Região II**
Sediados na cidade de Castro, com a participação de 6 municípios e 195 atletas.
- b) **Jogos Estudantis Regionais do Paraná — Núcleo III**
Sediados em Cornélio Procopio, contando com a participação de 12 municípios e 369 atletas.
- c) **Eliminatória de Atletismo e Natação — 1.ª Fase**
Sediada em Londrina, com a participação de 4 municípios e 54 atletas.
- d) **Eliminatória de Ginástica Olímpica — 1.ª e 2.ª Fases**
Sediada em Curitiba, com a participação de 2 municípios e 36 atletas.
- e) **Jogos Estudantis do Paraná — Núcleo IV**
Sediados em Londrina, com a participação de 11 municípios e 556 atletas.
- f) **Jogos Estudantis Regionais do Paraná — Núcleo V**
Sediados em Paranavaí, com a participação de 14 municípios e 486 atletas.
- g) **Jogos Estudantis Regionais do Paraná — Núcleo VII**
Sediados em Marechal Cândido Rondon, com a participação de 20 municípios e 781 atletas.
- h) **1.º Campeonato Escolar Brasileiro de Atletismo**
Sediado em Curitiba, com a participação de 17 Estados da Federação e 337 atletas.
- i) **Jogos Abertos do Paraná**
Sediados em Maringá, com a participação de 47 municípios e 3.164 atletas.

A seu turno, destacam-se também estas atividades sistemáticas e programadas para 1979:

- a) Curso de Atualização para 150 Professores Licenciados em Educação Física, em convênio com o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná — CETEPAR.
- b) Curso de Atualização em Planejamento do Manuseio do Programa de Educação Física para o ano de 1979.
- c) Curso de Saltos Ornamentais, Atualização e Aprendizagem de Novas Técnicas.
- d) Curso de Atualização e Aprendizagem de Novas Técnicas em Pólo Aquático.

- e) Curso de Aperfeiçoamento em Basquetebol.
- f) Curso de Atualização em Planejamento, Métodos e Técnicas em Ensino.
- g) Elaboração do Calendário Esportivo para 1979 e respectivo custo financeiro, através de projeto específico.

2. ATIVIDADES CULTURAIS

As atividades realizadas pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, através da Diretoria de Assuntos Culturais, durante o ano de 1978, constaram de:

2.1. Projeto "Descentralização da Cultura"

— Apresentação de Teatro, Teatro Infantil, "Ballet", Concertos Didáticos, Grupos Folclóricos e Bandas de Música.

2.1.1. Cursos para preparação de uma infra-estrutura cultural

— Formação de Grupos de Teatro Amador, Fotografia, Criatividade, Violão, Escultura, Xilogravura, Artes Plásticas, Fantoches e Treinamento de Agente de Animação Cultural.

2.1.2. Palestras

— Literatura, História da Arte, Criatividade, Folclore e História Regional.

2.1.3. Exposições

— Museu de Arte Didacta, Técnicas de Criatividade, Patrimônio Histórico e Artístico — tombamento e restauração, Frederico Chopin, Fotografia-Arte, Tapeçarias e Arte Brasileira.

Cidades atingidas pela descentralização:

Cidade-Pólo: Pato Branco.

Cidades Satélites: Francisco Beltrão, Palmas e Foz do Chopim.

Cidade-Pólo: Cascavel.

Cidades Satélites: Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Salto Santiago.

Cidade-Pólo: Goioerê.

Cidades Satélites: Campo Mourão e Campina da Lagoa.

Cidade-Pólo: Paranavaí.

Cidades Satélites: Loanda e Paraíso do Norte.

Cidade-Pólo: Apucarana.

Cidades Satélites: Uraí e Rancho Alegre.

O encerramento das atividades foi em Campo Largo.

2.1.4. Apresentações no Teatro Sesi

- Show Musical: Ivan Lins, Sebastião Tapajós e "Apesar de Tudo", com Celso Pirata, Jonas e Tatara.
- Peça Teatral: "Dois perdidos numa noite suja".

2.1.5. Curso de Animador Cultural

Realizou-se em Curitiba, no Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná — CETEPAR, de 6 a 30 de novembro, com a participação de 25 pessoas do interior do Estado.

2.1.6. IX Concurso de Contos

(em execução)

— Categoria Geral — inscrições até a presente data: 250.

— Categoria Estreante — inscrições até a presente data: 550.

2.1.7. Publicação

— 35.º Salão Paranaense — pesquisa dos Salões Paranaenses, de 1944 a 1978.

2.2. Departamento de Artes

As realizações deste Departamento não só têm atingido o público de Curitiba, como também de Campo Largo e Ponta Grossa.

Foram apresentadas as seguintes atividades:

2.2.1. Exposições

- . 34.º Salão Paranaense — Encerramento no Teatro Guaíra.
- . Exposição de Alunas do Professor Massuda, no “hall” da Diretoria de Assuntos Culturais.
- . Exposição individual de José Brasiliense, no “hall” da Diretoria de Assuntos Culturais.
- . XXII Salão dos Novos, de âmbito nacional, no “hall” da Diretoria de Assuntos Culturais.
- . Exposição Didacta, no “hall” da Diretoria de Assuntos Culturais.
- . Exposição de Artistas Paranaenses, no Teatro do SESI.
- . Exposição de Arte Gráfica Dinamarquesa, no “hall” da Diretoria de Assuntos Culturais.
- . Exposição de Artistas Paranaenses, na Sala de Recepção da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.
- . Exposição de Artesanato Ucraniano, na Expoville, em Joinville, Santa Catarina.
- . Exposição individual de Luiz C. A. Lima, no “hall” da Diretoria de Assuntos Culturais.
- . Exposição de Pintura de Edson Machado, no “hall” da Diretoria de Assuntos Culturais.
- . Exposição Individual de Attila Wensersky, no “hall” da Diretoria de Assuntos Culturais.
- . Mostra de Desenho, de âmbito nacional.
- . Exposição de Theodoro de Bona, na Biblioteca Pública do Paraná.
- . 35.º Salão Paranaense, de âmbito nacional — abertura no Teatro Guaíra.

2.2.2. Concertos

- . Concerto para Juventude, com o Coral Ribeiro Bastos, de São João Del Rei — Minas Gerais, no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.
- . Concerto para Juventude, com Maria Ester Brandão e Koiti Watanabe, na Biblioteca Pública do Paraná.
- . Concerto para Juventude, com Vânia Pimentel e Estella Maria Machado Almeida, no Auditório Salvador de Ferrante, no Teatro Guaíra.
- . Concerto para Juventude, com Larissa Boruschenko e Eduardo Cerqueira Leite, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.
- . Concerto para Juventude, com a Banda de Volta Redonda, no Teatro do SESI.

2.2.3. Diversos

- . Apresentação de Grupos Folclóricos nos 29.º Jogos Universitários, no Teatro Guaíra.
- . Apresentação do Grupo Folclórico Ucraniano de Curitiba, no III Festival Catarinense de Folclore, em Joinville, Santa Catarina.
- . Lançamento do livro Viburno Rubro — Wira Selanski, no "hall" da Diretoria de Assuntos Culturais.

2.3. Centro Juvenil de Artes Plásticas

O Centro Juvenil de Artes Plásticas, subordinado diretamente à Diretoria de Assuntos Culturais, desenvolveu, durante o ano de 1978, as seguintes atividades principais, com 393 alunos:

2.3.1. Aulas:

Aulas na Biblioteca Pública do Paraná, inseridas no currículo de: Cerâmica, Pintura, Xilogravura, Pirogravura, Fantoques, Entalhe em Madeira, Tapeçaria e outras técnicas diversas.

2.3.2. Atividades recreativas com fins educativos

- . dramatização com fantoches e dobraduras.

2.3.3. Exposições

- . 1.a Exposição de Trabalhos Infantis, no "hall" da Diretoria de Assuntos Culturais, apresentando: peças de cerâmica, pintura em têmpera, tapeçarias e outras técnicas diversas.
- . 2.a Exposição de Trabalhos Infantis e Juvenis, no "hall" da Diretoria de Assuntos Culturais, apresentando: xilogravura, pirogravura, entalhe em madeira, fantoches, peças de cerâmica, pintura em têmpera, tapeçarias e outras técnicas diversas, sendo todo o material confeccionado pelos alunos do Centro Juvenil de Artes Plásticas.

Além destas atividades, o Centro foi solicitado para campo de pesquisas e quanto à área educativa, recebeu estagiários de grupos de estudantes e principalmente educadores estagiários de estabelecimentos de ensino.

2.3.4. Resumo das Atividades

- . 17 exposições do Departamento de Artes.
- . 7 concertos
- . 3 diversos.

2.4. Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico

2.4.1. Preservação

Imóvel tombado: Igreja da Ordem de São Francisco das Chagas, em Curitiba.

Objetos: retábulo da Igreja da Ordem de São Francisco das Chagas, em Curitiba, altar-mor e levantamento fotográfico das peças da Igreja da Ordem.

Áreas: fiscalização de imóveis localizados no Setor Histórico de Curitiba e no de Paranaguá, através de verificação de processos de restauração ou de reformas.

2.4.2. Tombamentos

— Realizado o tombamento de uma casa denominada “Cavalo Baio”, localizada em Araucária — propriedade particular.

2.4.3. Pesquisa e Levantamentos

- . levantamento gráfico e fotográfico, estudo e pesquisa de diversos imóveis localizados na Grande Curitiba, visando a preservação e/ou tombamento.
- . levantamento de imóveis antigos em algumas cidades do interior, com a finalidade de preservar as características regionais.

2.4.4. Projetos

- . projeto arquitetônico para o Museu Casa de Alfredo Andersen.
- . anteprojeto arquitetônico do futuro Teatro Municipal de Paranavaí.

2.4.5. Divulgação e Promoção

- . confecção de 7 painéis fotográficos para a Exposição “Monumentos Tombados de Curitiba”.
- . sob os auspícios da SEEC foi feita a publicação “Imóveis Tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico”.

- . A exposição "O Patrimônio Arquitetônico do Paraná" foi levada às cidades abrangidas pelo programa de Descentralização da Cultura. Atualmente está instalada na sede do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico.

2.4.6. Biblioteca

— Trabalhos de catalogação e classificação de livros e recortes. Registro das publicações recebidas por aquisição e doação referentes à cultura.

2.5. Museu da Imagem e do Som

As principais atividades desenvolvidas pelo Museu da Imagem e do Som, durante o ano de 1978, foram:

2.5.1. Projeções

- . 1.405 projeções de 16 mm
- . 76 projeções Súper-8
- . 53 projeções de "slides"

2.5.2. Filmagens

- . 508 filmes de 16mm
- . 28 filmes Súper-8

2.5.3. Montagens

- . de 37 filmes Súper-8
- . de 769 "slides"
- . de 94 títulos Audiovisual.

2.5.4. Depoimentos

- . realizados — 22
- . ouvidos — 69

2.5.5. Cursos

- . recebidos — 2
- . ministrados — 7

2.5.6. Pesquisas

- . orientadas — 726
- . realizadas — 13

2.5.7. Diversos

- . estágios orientados — 6
- . gravações — 296

- . exposições — 5
- . "show" — 1
- . estabelecimentos atendidos — 222.

O Museu da Imagem e do Som, em suas programações e atividades, atingiu um total de 114.470 espectadores.

2.6. Museu de Arte Contemporânea

Foi visitado por 43.124 pessoas. No decorrer do exercício de 1978 realizou as seguintes atividades nos seus diversos setores:

2.6.1. Exposições Temporárias

- . Exposição de Pinturas e Esculturas de Israel Brum
- . 4.a Exposição Internacional de Fotografia
- . Exposição Geometria Novas Gravuras
- . Exposição Esculturas de Guilherme Eça
- . Exposição Desenhos e Objetos de Annete Pfau
- . Exposição Tendências Informais "Gravuras"
- . Exposição de Pinturas de Oswaldo Rasgado, de 4 a 10 de outubro
- . Exposição Criatividade e Técnicas Itinerantes, em Palmeira
- . Exposição Criatividade e Técnicas Itinerantes, em Cascavel
- . Proposta Sete Quedas "Ao Sacrifício da Liberdade de um Rio"
- . Exposição Pinturas e Desenhos de Jair Mendes
- . Exposição Criatividade e Técnicas Itinerantes, em Goioerê
- . Exposição Criatividade e Técnicas Itinerantes, em Loanda
- . Exposição Criatividade e Técnicas Itinerantes, em Uraí.
- . Salão Passarolla — realização da VARIG e GRAFIPAR, em colaboração com o MEC
- . Mostra Universitária de Formas Visuais Contemporâneas.
- . Exposição Retrospectiva de Pinturas de Peter Potocki

2.6.2. Exposições Permanentes

- do acervo do Museu, em sistema de rodízio, constituído por obras de diferentes técnicas de artistas do Paraná e do Brasil.

2.6.3. Pesquisa e Documentação

documentos recolhidos a partir de 1960:

- . catálogos
- . fotocópias
- . textos de periódicos originais e fotocopiados
- . peças que compõem o acervo documental do Museu e que são referenciadas em termos de PARANÁ, BRASIL ou exterior
- . levantamento sistemático das Artes Plásticas no Paraná das décadas de 20 a 30 em pesquisa de campo, para recompor a memória cultural de nossa história

- . levantamento da crítica nacional, tendo sido feita a classificação de artigos assinados e publicados no exercício
- . levantamento fotográfico, a cores, do acervo.

2.6.4. Consultas Públicas e Internas

Biblioteca:

- . periódicos especializados
- . livros sobre Artes Visuais

Consultas públicas em número de 420 e consultas internas em número de 88, visando especialmente dar aos interessados, orientação em relação à busca e à pesquisa.

2.7. Museu Paranaense

2.7.1. Exposições

- . Guampas
- . Dinheiro Brasileiro
- . Míni:— Dia da Independência
- . Dia do Índio
- . Curitiba — o passado impulsionando o futuro
- . Mitologia Indígena Brasileira
- . Miniexposição da libertação dos escravos negros
- . Miniexposição sobre máquinas de escrever no Brasil
- . Miniexposição sobre azulejos holandeses no século XVIII
- . Folclore Paranaense
- . Miniexposição — o primeiro relógio adquirido pelo Paraná no período provincial
- . Montagem de uma vitrina com objetos do acervo etnológico do Museu Paranaense
- . Peças litografadas do acervo do Museu.

2.7.2. Publicações

- . Boletim Informativo do Museu Paranaense
- . Impressão e Acabamento de Roteiros e Boletins
- . Tecnologia Cerâmica dos Caicang Paulistas
- . 23 — Vol. VI Boletim do Museu Paranaense

2.7.3. Documentação

- . Costura de Diários Oficiais
- . Encadernação de livros da biblioteca

2.7.4. Palestras

Foram realizadas 5 palestras na sede e 5 fora da sede do Museu.



2.7.5. Pesquisa de Campo

- Projeto Arqueológico Itaipu

2.7.6. Curso

- Guia de Turismo e Aulas de Museologia e Panorama da Museologia no Paraná

2.8. Museu Casa de Alfredo Andersen

Atividades desenvolvidas pelo Museu Casa de Alfredo Andersen:

2.8.1. Exposições

- . Exposição permanente de obras e objetos de Alfredo Andersen e de seu discípulo Waldemar Curt Freyesleben.
- . Exposição de trabalhos de 4 alunos do Professor Luiz Carlos, no Curso de Desenho e Pintura.
- . Exposição de Gravuras na Galeria da Escola de Artes, pela Professora Maria Lúcia de A. Lima.
- . Exposição de trabalhos do 1.º semestre dos Cursos de Educação Artística (5.º período) e Cursos de Conhecimentos Livres.
- . Exposição dos alunos do Professor Luiz Carlos, do Curso de Desenho e Pintura — Paisagem.
- . Exposição individual do Professor Luiz Carlos de A. Lima, com programação visual junto ao Departamento de Artes.
- . Exposição Permanente dos Professores da Escola (rodízio): Professor Alberto Massuda, Professora Maria Lúcia de A. Lima.
- . Exposição dos Professores.
- . Exposição dos trabalhos dos alunos dos Cursos Supletivos de Conhecimento Livre e de Educação Artística (5.º e 6.º períodos).
- . Exposição de encerramento do ano letivo.

2.9. Biblioteca Pública do Paraná

2.9.1. Auditório

- . Curso do Instituto Nacional do Livro — Marcelina Dantas
- . Grupo Teatral “Porão 57”
- . Aula inaugural do Instituto Politécnico Estadual
- . Palestra sobre Alfabetização, pela livraria Ghignone
- . Apresentação da Banda da Guarda-Mirim do Estado
- . Projeção de desenhos animados
- . Palestra, com projeção de “slides”, sobre biblioteca, para alunos do curso de Atualização da Mulher
- . Palestra de Vera Vargas sobre Literatura Paranaense
- . Projeção de filmes educativos

- . Recuperação da Toxicomania — Núcleo de Reintegração Social
- . Entrega de prêmios do IV Concurso Comemorativo da Semana do Livro
- . Audição de piano dos alunos do Instituto Cultural de Música Paulo Mattar
- . Peça Teatral “Diário de um Louco”, de Danilo Avelleda, promoção da Diretoria de Assuntos Culturais
- . Festival de Música Latino-Americana, organizada pelo Centro de Estudantes Universitários Paraguaiois
- . Filmes Súper-8 do litoral paranaense
- . Seminário Nacional de Literatura
- . Encerramento do VIII Concurso Nacional de Contos, promoção SEEC/DAC/FUNDEPAR
- . Apresentação do Coral da Escola Internacional de Curitiba
- . Entrega de prêmios e da Exposição Itinerante e Troféu Imprensa
- . Curso de Controle da Mente
- . Apresentação dos alunos de violão do Instituto Augustin Barrios — Professor Luiz Carlos Corrêa
- . Assembléia da Cooperativa Habitacional
- . Peça Teatral Tamandua Produções Artísticas — responsável — Sanores França
- . Palestra — Departamento de Educação
- . Peça Teatral com os alunos cegos da AFAN
- . Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social — palestra e lançamento do livro “Diagnóstico das Entidades Sociais do Paraná”
- . Palestra — Semana da Pátria — Professor Ferrarini, do DENTEL
- . Filmes e Vídeo-teipes — Instituto Goethe
- . Seminário de Reencarnação do Instituto Neo-Pitagórico
- . Seminário de Psicologia — DAC
- . Curso de Iniciação de Inglês — Professora Terezinha Tinel
- . Peça Teatral — N.B.P. Produções
- . Curso do Instituto Nacional do Livro
- . Homenagem às crianças do Educandário de Santa Felicidade
- . Audição de piano — Professora Irene Seabra Cardoso
- . Palestra sobre a biblioteca, com projeção de “slides”
- . Curso Abril Cultural
- . Peça Teatral “Do tamanho de um defunto”, do Grupo Gato Preto
- . Filme sobre Ecologia — Fauna e Flora.

2.9.2. Exposições

- . Retrospectiva da Biblioteca Pública do Paraná
- . Trabalhos dos professores de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná
- . Dario de Souza
- . IV Exposição do Livro Israelense — 3.000 volumes
- . IV Exposição Itinerante de Assuntos Históricos Culturais do Litoral Paranaense — patrocínio do Dr. Enéas Rio Apa
- . Exposição nas vitrines frontais sobre a Copa do Mundo

- . Formatura dos alunos da Escola Internacional de Curitiba
- . Exposição nas vitrines frontais sobre Festa Junina — Aspecto Folclórico
- . Exposição da Doação da Genealogia da Família Ferreira do Amaral, com cartaz ao Dr. Victor Ferreira do Amaral, fundador da Universidade Federal do Paraná
- . Exposição sobre o Concurso Nacional de Contos
- . Exposição em homenagem ao município de Ponta Grossa
- . Exposição do livro “Pelos Caminhos do Sul”
- . Exposição em homenagem ao Dia do Estudante
- . Exposição em homenagem ao Dia dos Pais
- . Exposição — Bienal Internacional do Livro
- . Exposição em homenagem ao Dia do Soldado, ao Duque de Caxias e à Semana do Folclore
- . Exposição de 4.000 livros alemães — Goethe Institut
- . Exposição em comemoração ao Cinquentenário do Coral Santa Cecília
- . Exposição alusiva ao Dia da Criança
- . Exposição alusiva ao Dia do Professor
- . Exposição de livros da Abril Cultural
- . Exposição de livros do Canadá e de livros doados pelo Instituto Nacional do Livro
- . Exposição — Imprensa do Paraná
- . Exposição — Dia da Cultura
- . Exposição em Comemoração ao Centenário de Santa Felicidade
- . Exposição ECOLOGIA

2.9.3 Diversos

- . Semana Nacional da Biblioteca — lema “LER É UM DIREITO DE TODOS”
- . “Hora do Conto”, em orfanatos e educandários da Capital
- . XIV Torneio Infante-Juvenil de Xadrez
- . Iniciação do Curso de Inglês para crianças de até 10 nos
- . Curso de Filatelia
- . Divisão Infantil: Entrevista com Walmir Ayalla
- . Inauguração do Projeto Arco-Iris, da DAC
- . Lançamento do livro “Pelos Caminhos do Sul”, de Mário Marcondes Albuquerque
- . Lançamento do livro “Fundamentos Científicos da Parapsicologia”, de Frei Albino Aresi.

2.10 Teatro Guaíra

Com o aproveitamento dos seus auditórios, Bento Munhoz da Rocha Neto e Salvador de Ferrante, a Fundação Teatro Guaíra promoveu intensa programação no decorrer de 1978, destacando-se, dentre outros, os seguintes espetáculos:

- . Projeto Pixinguinha, assistido por 48.000 pessoas.
- . Orquestra de Berlim — público: 1.768 pessoas.
- . Orquestra Filarmônica de Israel — público: 1.627 pessoas.
- . IV Encontro Nacional de Teatro Infantil — público: 2.684 pessoas.
- . Show Musical “Os Demônios da Garoa” — público: 2.021 pessoas
- . Peça: “A Morte do Caixeiro Viajante” — público: 3.400 pessoas.
- . Orquestra, Cantores e Bailarinos — Burt Bacharach — público: 4.031 pessoas.
- . Show de Egberto Gismonti e Grupo Acadêmico de Danças — público: 1.800 pessoas.
- . Corpo de Baile da Fundação Teatro Guaíra — público: 2.160 pessoas.
- . Peça “Constantina” — público: 10.180 pessoas.
- . Peça “A Margem da Vida” — público: 10.180 pessoas.
- . Folclore e Balé União Juventus — público: 2.513 pessoas.
- . Show de “Toquinho e Maria Creuza” — público: 4.517 pessoas.
- . Show de Rita Lee — público: 3.412 pessoas.
- . Show de Benito Di Paula — público: 1.823 pessoas.
- . Folclore “Tzavta Israel” — público: 1.531 pessoas.
- . Peça “O Gato de Botas” — público: 2.313 pessoas.
- . Alvin Ailey of American Theater — público: 1.629 pessoas.
- . “Sidney Magal” — público: 1.137 pessoas.
- . “Fafá de Belém” — público: 12.630 pessoas.
- . “José Vasconcelos” — “Defundo Fresco” — público: 1.474 pessoas.
- . “Nelson Gonçalves” — público: 1.786 pessoas.
- . “Alice no País das Maravilhas” — público: 2.512 pessoas.
- . Balé Brasileiro da Bahia — público: 2.083 pessoas.
- . Grupos Folclóricos Polonês e Ucraniano — público: 1.200 pessoas.
- . “Giselle” — público: 1.081 pessoas.
- . Maria Bethania e Caetano Veloso — público: 5.436 pessoas.
- . Peça “Cinderela do Petróleo” — público: 1.336 pessoas.
- . Elis Regina — público: 3.309 pessoas.
- . The Heritage Singers — EUA — público: 1.419 pessoas.
- . Coral e Orquestra — Escola Técnica do Paraná — público: 1.734 pessoas.
- . Peça “Lição de Anatomia” — público: 1.988 pessoas.
- . Show Sabor Bem Brasil — público: 5.033 pessoas.
- . Harry James & His Orchestra — público: 903 pessoas.
- . Coral Arte Vocal, de Ribeirão Preto — público: 1.132 pessoas.
- . Corpo de Baile da Fundação Teatro Guaíra — público: 4.459 pessoas.
- . Ray Charles — público: 1.536 pessoas.
- . Encerramento do Curso da Escola de Balé — Sociedade União Juventus — público: 3.373 pessoas.

Destaca-se, a seu turno, a reforma e recuperação do auditório “Salvador de Ferrante”, no valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), em convênio com o Ministério da Educação e Cultura e Fundação Educacional do Estado do Paraná.

3. ATIVIDADES DE SUPORTE

3.1. CETEPAR

Já no que concerne à programação da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, através do Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná — CETEPAR, as principais atividades podem ser sintetizadas nos quadros a seguir:

3.1.1. Programa de Treinamento de Professores

- a) **Demonstrativo do número de cursos, cursistas, fontes financiadoras e custos por grau ou modalidade de ensino.**

Ano base: 1978

Grau ou Modalidade de Ensino	Número Cursos	Número Cursistas	N.º de Fontes Financiadoras	Custo
1.º Grau	25	10.768	07	7.153.900,00
2.º Grau	12	653	03	999.746,00
1.º e 2.º Graus	01	121	01	199.000,00
Supletivo	02	37	02	48.000,00
TOTAL	40	11.579	13	8.400.646,00

- b) **Dados sobre os Projetos de Habilitação de Professores em exercício de 1.ª a 4.ª série do 1.º Grau.**

Projeto HAPRONT

Início: Agosto/76

Término previsto: fevereiro/79

Número de professores leigos em curso: 890

Projeto LOGOS II

	Início	Término Previsto	Número de Professores Leigos em Curso
1.ª Etapa	Agosto/76	Agosto/79	1.438
2.ª Etapa	Agosto/76	Agosto/79	
3.ª Etapa	Setembro/77	Setembro/80	5.666
4.ª Etapa	Agosto/79	Agosto/72	—
Total			7.104

Conforme as datas de término previsto dos dois Projetos, nenhum cursista foi ainda habilitado.

3.2. FUNDEPAR

As atividades da Fundação Educacional do Estado do Paraná, no decurso de 1978, caracterizaram-se pelo expressivo índice de realização e pela conquista de cifras que revelam cabalmente a aceleração do ritmo de trabalho e a expansão do volume de serviços prestados à comunidade educacional paranaense.

3.2.1. Obras

A magnitude das realizações no setor de expansão da rede escolar evidencia-se na conclusão de 510 obras, contra 444 obras em 1977, 288 em 1976 e 76 em 1975. Mais de 1.300 obras, assim, já foram entregues à população escolar paranaense no atual governo, enquanto mais de 200 encontram-se em andamento.

3.2.2. Salas

O ritmo crescente das obras de construção escolar permitiu a abertura de mais 200.000 vagas, graças à ocupação de 2.069 salas concluídas em 1978 (contra 1.843 em 1977, 1.073 em 1976 e 594 em 1975). Com os resultados alcançados em 1978, sobe para 5.579 o número de salas incorporadas pela atual administração ao sistema educacional paranaense, possibilitando elevar a oferta de matrículas em termos compatíveis com a demanda.

3.2.3. Área

A área total construída na atual gestão ultrapassou em 1978 a cifra dos 550.000 metros quadrados, dos quais 202.510 metros quadrados relativos às obras concluídas durante o exercício. As obras em andamento globalizam perto de 100.000 metros quadrados de área em construção.

3.2.4 Investimentos

Os investimentos efetuados em 1978 nas obras de expansão física da rede escolar ultrapassaram a casa dos 430 milhões de cruzeiros (contra 278 milhões em 1977, 140 milhões em 1976 e 60 milhões em 1975). 900 milhões de cruzeiros já foram investidos nas obras até agora concluídas, estando mais de 200 milhões comprometidos nas obras em andamento.

3.2.5. Apoio à Rede Municipal

Todos os municípios paranaenses foram beneficiados em 1978 pelo sistema de apoio financeiro às redes municipais de ensino. Cumulativamente, os recursos transferidos às Prefeituras para essa finalidade atingem mais de 145 milhões de cruzeiros na atual gestão governamental, dos quais 51 milhões correspondem ao exercício de 1978.

3.2.6. Apoio à Rede Estadual

Através de convênio com a Secretaria de Recursos Humanos, foram canalizados pela FUNDEPAR recursos da ordem de 18,4 milhões de cruzeiros para o pagamento de professores contratados pelos estabelecimentos públicos de 1.º grau (contra 9,6 milhões em 1977, 4,1 milhões em 1976 e 1 milhão e 730 mil cruzeiros em 1975).

3.2.7. Auxílio ao Ensino Particular

15 escolas particulares de 1.º grau foram beneficiadas com recursos que globalizaram 546 mil cruzeiros em 1978. Em contrapartida, essas escolas concederam bolsas de estudos a 428 alunos carentes de recursos financeiros.

3.2.8. Compra de Vagas

Pelo sistema de compra de vagas em estabelecimentos particulares com capacidade ociosa, foram beneficiados 9.432 alunos (contra 5.723 no ano anterior), ao nível de 1.º e 2.º graus e supletivo, matriculados em 110 estabelecimentos da capital e do interior. 22,4 milhões de cruzeiros foram empregados nesse programa (contra 9,8 milhões em 1977, 4,6 em 1976 e 2,1 milhões em 1975).

3.2.9. Educação Especial

As escolas especializadas no setor da educação de excepcionais foram beneficiadas em número de 21, com auxílio no montante de 2,8 milhões (contra 2 milhões no ano anterior).

3.2.10 Auxílio à Cultura

Beneficiando entidades do setor cultural ou financiando a realização de programações específicas no campo artístico e literário, foram canalizados, através da FUNDEPAR, recursos no montante de 1 milhão e cento e trinta e oito mil cruzeiros.

3.2.11 Auxílio ao Esporte

Com recursos aplicados em 1978 no estímulo às atividades esportivas, desenvolvidas por entidades públicas ou particulares, sobe a 6,3 milhões a contribuição da atual administração ao desenvolvimento esportivo do Paraná, através da FUNDEPAR.

3.2.12 Mobiliário Para Escolas

A fim de equipar as novas escolas e reequipar os estabelecimentos em funcionamento, foram adquiridas pela FUNDEPAR 120.006 carteiras escolares (contra 69.455 no ano anterior). No que concerne ao aprimoramento dos serviços de secretaria dos estabelecimentos escolares, destaca-se a aquisição de máquinas de escrever, calculadoras e duplicadoras.

3.12.13 Material Escolar

2.032.100 cadernos foram adquiridos pela FUNDEPAR para distribuição aos escolares paranaenses (contra 1.425.640 em 1977), além de 1.727.800 lápis.

3.2.14 Transporte Escolar

Concretizando a execução do programa "Sinal Verde para a Educação", a FUNDEPAR empregou 49,5 milhões de cruzeiros na aquisição de 100 ônibus e 100 "kombis", entregues aos municípios paranaenses, de modo a possibilitar a locomoção dos alunos e professores, sobretudo de escolas situadas nos distritos rurais.

3.2.15 Planejamento

Em integração ao Sistema de Informações Educacionais, o setor de planejamento da FUNDEPAR participou da atualização do levantamento estatístico-educacional paranaense correspondente a 1978, preparando todo o material entregue ao CELEPAR para processamento eletrônico.

3.3. Convênios

No exercício de 1978, em continuidade à execução de projetos de exercícios anteriores, a SEEC celebrou convênios com o Ministério da Educação e Cultura, Prefeituras, outras Entidades Públicas, Estabelecimentos Particulares de Ensino, objetivando a expansão e melhoria da rede física de ensino, a execução de programas culturais, capacitação de recursos humanos, realização de cursos de especialização e atualização de professores, amparo à rede particular de ensino, concessão de bolsas de estudos a alunos excepcionais e carentes de recursos financeiros, programa do livro didático, treinamento de professores, construção de obras destinadas à prática de esportes, etc.

Assim, o MEC destinou recursos à SEEC visando a consecução dos projetos ora especificados, através das entidades seguintes:

Departamento de Assuntos Culturais

Departamento de Ensino Fundamental

Departamento de Ensino Médio

Secretaria Geral do MEC — Prefeituras Municipais de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu

Serviço de Estatística da Educação e Cultura

Departamento de Assistência ao Estudante

Serviço de Radiodifusão Educativa

Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário

Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional

Centro Nacional de Educação Especial

Instituto Nacional do Livro

Fundação Nacional de Arte

Movimento Brasileiro de Alfabetização

Fundação Nacional do Material Escolar
Departamento de Ensino Supletivo
Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social

Relativamente ao Projeto Minerva, foi efetivado estudo visando a sua implantação, mediante convênios, nos municípios seguintes, para o exercício de 1979: Marmeleiro, Nova Aurora, Ortigueira, Barracão, Terra Roxa, Foz do Iguaçu, Alto Paraná, Chopinzinho, São José dos Pinhais, Marechal Cândido Rondon, Japurá, Guaíra, Umuarama, Maringá, Cascavel, Guaraniaçu, Santo Antonio do Sudoeste e Siqueira Campos.

Referentemente ao Projeto "PROMUNICÍPIO" foram celebrados termos aditivos a convênios com os seguintes municípios: Andirá, Apucarana, Arapongas, Araucária, Assaí, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Cambará, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Cianorte, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Guaíra, Guarapuava, Ibaiti, Ibiporã, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jandaia do Sul, Lapa, Mandaguari, Porecatu, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Ribeirão do Pinhal, Rio Branco do Sul, Santa Mariana, Siqueira Campos, Terra Boa, Terra Roxa, Ubiratã, Jaguapitã, Joaquim Távora, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Pitanga, Santo Antonio do Sudoeste, Santo Inácio, São Jerônimo da Serra, Terra Rica, Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Capanema, Céu Azul, Dois Vizinhos, Iporã, Uraí, Wenceslau Braz, Bocaiúva do Sul, Chopinzinho e Formosa do Oeste.

3.4. Viagens e Representações

A Secretaria da Educação e da Cultura esteve presente nas cidades sede dos municípios paranaenses, através de seu titular, em diversas ocasiões, sempre visando dar atendimento às necessidades pertinentes à sua área de atuação, reunindo-se com autoridades educacionais, professores, inspetores de ensino ou entregando novas escolas e salas de aula construídas no exercício de 1978.

Dessa forma, a Secretaria da Educação e da Cultura se fez representar nos seguintes municípios: Andirá, Apucarana, Assaí, Astorga, Barbosa Ferraz, Cambé, Campina da Lagoa, Campo Largo, Colorado, Conselheiro Mayrink, Cascavel, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Dois Vizinhos, Fênix, Foz do Iguaçu, Goioerê, Guarapuava, Guaraci, Ibiporã, Jacarezinho, Jaboti, Japurá, Jataizinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Lapa, Loanda, Maringá, Marilena, Medianeira, Mirassolva, Matelândia, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Ortigueira, Paranavaí, Paulo Frontin, Pitanga, Palmeira, Porecatu, Paranaguá, Ponta Grossa, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Quatiguá, Quinta do Sol, Ribeirão do Pinhal, Ribeirão Claro, Rolândia, Salto do Itararé, Salto do Lontra, São José da Boa Vista, São Pedro do Paraná, São Sebastião da Amoreira, São Miguel do Iguaçu, São Tomé, Santo Antonio da Platina, Telêmaco Borba, Tibagi, Toledo, Tomazina, Umuarama, Ubiratã e União da Vitória.

A seu turno o titular da SEEC viajou por diversas vezes a Brasília para cumprir programas ligados à educação, mantendo contatos com autoridades educacionais do MEC, bem como, tratando de assuntos de interesse do Estado do Paraná, relacionados com a pasta da Educação e da Cultura.

JUSTIÇA

1. PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Durante 1978, destacaram-se os eventos:

- Realização de dois concursos, com a nomeação de 26 novos promotores. Hoje, o total de membros do Ministério Público é de 289, estando em andamento a realização de mais um concurso para promotor substituto.
- Com excelente proveito para os membros do Ministério Público, foram realizados seminários e encontros regionais nas Comarcas de Umuarama, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, com conferências e debates sobre a “Lei Antitóxicos”, “Divórcio”, “Aspectos do Anteprojeto do Novo Código de Processo Penal” e outros assuntos da maior importância e que mereceram dos promotores uma efetiva participação.
- As providências para serem criados na Procuradoria Geral da Justiça o Setor de Recursos Extraordinários e a Coordenadoria das Curadorias e Promotorias, cujos serviços irão facilitar os procuradores e promotores no trabalho de pesquisas para o rápido andamento dos processos.
- No setor administrativo, cerca de 40 promotorias da Capital e Interior foram equipadas com máquinas de escrever e móveis para gabinete.
- Assinatura de lei que regulamenta e fixa valores equivalentes e proporcionais dos vencimentos do Procurador Geral da Justiça aos membros do Ministério Público. Reivindicação que a classe há mais de 10 anos vinha fazendo.

2. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- Pareceres jurídicos: 1.251
- Trabalhos forenses: 117
- Ações trabalhistas: 582
- Ações penais: 1.472
- Revisões de cálculos: 106.

3. CONSELHO PENITENCIARIO

3.1. Processos Autuados

Livramento Condicional	250
Comutação de Pena	139
Indultos	158
Prisão Albergue	074
Trabalho Externo	019

3.2. Processos Sorteados aos Conselheiros

Livramento Condicional	275
Comutação de Pena	136
Indulto	140
Prisão Albergue	69
Trabalho Externo	15

3.3. Processos Relatados pelos Conselheiros

Livramento Condicional	282
Comutação de Pena	118
Indulto	182
Prisão Albergue	75
Trabalho Externo	10

3.4. Pareceres

Favorável	209
Contrário	40
Arquivado	1

3.5. Livramento Condicional

Pela extinção	2
Pela revogação	21
Pela suspensão	5
Sem objeto	1
Prejudicado	1

3.6. Comutação de Pena

Favorável	99
Contrário	17
Arquivado	1

3.7. Indulto

Favorável	151
Contrário	28
Sem objeto	180

3.8. Trabalho Externo	
Favorável	1
Contrário	9
3.9. Prisão Albergue	
Favorável	25
Contrário	30
Prejudicado	1
4. COORDENAÇÃO DAS NATURALIZAÇÕES E DO CADASTRO DAS SERVENTIAS DA JUSTIÇA E AFINS	
4.1. Serviço de Naturalizações	
4.1.1. Movimento de processos	
Em formalização	631
Concluídos e protocolados	761
Encaminhados à Polícia Civil	702
Encaminhados ao Ministério da Justiça	630
4.1.2. Movimento de Certificados de Naturalizações	
Encaminhados à Justiça Federal	250
Registrados	301
Encaminhados à Polícia Civil	268
4.2. Cadastro Judiciário	
4.2.1. Movimento	
Comarcas existentes	130
Comarcas instaladas	130
Distritos existentes	332
Resoluções de nomeações de Juiz de Paz e suplentes	59
Resoluções de exonerações de Juiz de Paz e suplentes	08
Títulos de Juiz de Paz e suplentes emitidos	112
Títulos de Serventuários da Justiça registrados	26
Títulos de Serventuários da Justiça apostilados	48
4.3. Cadastro Municipal	
4.3.1. Movimento de fichas	
de Prefeitos (anotações)	146
de Autoridades Consulares	59
Total de anotações	205
Total de fichas em fichário	352

5. JUNTA COMERCIAL DO PARANA

No exercício, foram arquivados e registrados 42.635 processos, compreendendo entidades singulares ou individuais e sociedades, bem como, foram registrados e autenticados 51.240 livros mercantis diversos.

O movimento de arquivamento foi o seguinte:

Instituições de firmas: 16.638
Firmas alteradas: 24.575
Firmas extintas: 1.096
Proteção ao Nome Comercial: 95
Emanciações: 149
Cartas patentes: 82

Cabe salientar ainda o grande passo alcançado com a autarquização da Junta Comercial, através da Lei n.º 7.039 de 19/10/78. Vale dizer que a unidade, sob o novo regime jurídico, terá condições de infra-estrutura material e humana desejáveis para aperfeiçoamento de seus serviços, com reflexos positivos a todos os usuários, e, portanto, ao comércio e indústria.

6. COORDENAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIARIO

6.1. Instituto de Orientação Social "Professor Laertes Munhoz"

6.1.1. Atendimento ao Egresso

Egressos atendidos	1.380
Encaminhamentos a emprego	100
Encaminhamentos aos patronatos	123
Documentação	780
Passagens	280
Ajudas de custo	705
Firmas cadastradas	50

6.1.2. Coordenação de Estágio

Em 1978, atuaram no sistema 110 estudantes dos cursos de Direito, Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Economia, Estatística, Educação Artística, Supletivo de 2.º Grau, Administração, Contabilidade, Pedagogia, Veterinária, Bioquímica, Medicina e Odontologia.

Foram realizados pelos estagiários aproximadamente 40.000 atendimentos.

6.1.3. Coordenação dos Patronatos

Patronatos	N.º de egressos atendidos
São Vicente de Paulo — Curitiba	110
São Vicente de Paulo — Londrina	17
Betânia — (Maringá)	48
Belém — (Ivaiporã)	15
Total	190

6.1.4. Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional — CEFAP

Cursos ministrados em 1978 pelo SENAI e SENAC:

a) Na Penitenciária Central do Estado:

Foram realizados cursos de pedreiro, garçom, cozinheiro, almoxarife, faturista, ladrilheiro, auxiliar de escritório, datilografia, auxiliar de enfermagem e encadernador, num total de 19 turmas e 353 alunos (presidiários).

b) Na Prisão Provisória de Curitiba:

Foram realizados cursos de pedreiro, serralheiro, eletricitista, soldador, auxiliar de escritório, auxiliar de enfermagem, garçom, cozinheiro e ladrilheiro, num total de 14 turmas e 254 alunos.

c) Na Penitenciária Feminina:

Foi realizado curso de arrumadora-camareira, com 1 turma e 17 alunas.

6.1.5. Programa Themis

É um programa especial do I.O.S. que atende especificamente presos albergados e liberados condicionais.

Foi instalado na Comarca de Francisco Beltrão, em 1978.

Desenvolvimento:

— Número de albergados atendidos em Curitiba, em 1978	162
— Número de presos-albergados atendidos no Interior em 1978 ..	216
— Número de estagiários que atuaram no programa, em 1978	80

6.1.5. Fundo Penitenciário

A receita foi elevada de Cr\$ 2.000.000,00 em 1975 para Cr\$ 5.000.000,00, em 1976 e 1977 e em 1978, atingiu a cifra de Cr\$ 5.628.050,00, sendo que para o ano em curso, poderá crescer muito, dependendo da possibilidade de comercialização da produção, especialmente carteiras escolares.

Especial atenção foi dada à melhoria das instalações, à ampliação da área cultivável e conseqüente aumento da produção, à rentabilidade da suinocultura, com introdução do "tree-cross" como produto final de abate e ainda aumento da linha de montagem de carteiras escolares, como incremento à receita industrial.

Todos esses trabalhos têm contado com a mão-de-obra do preso, treinado em cursos profissionalizantes.

6.2. Prisão Provisória de Curitiba

6.2.1. Movimentação dos Internados

a) Entradas de Internados:

Primários	854
Reincidentes	146

b) Retornos:	
Das Comarcas	283
Penitenciária Central do Estado	52
Da Colônia Penal Agrícola	2
Das Delegacias	54
Do Manicômio Judiciário	58
Da Delegacia de Vigilância e Capturas	212
De Dispensa	2.130
Recapturados	19
c) Transferidos:	
Para a Penitenciária Central do Estado	287
Para o Manicômio Judiciário	81
Para a Prisão Provisória de Curitiba	3
Para a Colônia Penal Agrícola	50
Para a Comarca	423
Para as Delegacias	57
Evasões	39
Exclusões	25
d) Liberdades:	
Condicional	12
Em Regime de Prisão Albergue	13
Definitiva	414
Apresentação de Internados em Juízo	1.819
Dispensas Concedidas	2.164
e) Existência:	
Existiam em 01/01/78	774
Entraram até 20/12/78	1.468
Saíram até 20/12/78	1.404
Existentes em 20/12/78	838

6.3. Penitenciária Central do Estado

6.3.1. Saídas — Motivo

— Cumprimento de pena:	99
— Indultados	21
— Liberdade Vigida	19
— Liberdade Condicional	155
— Prisão Albergue	36
— Falecimentos	2
— Outros	580

6.3.2. Existência de Presos

— Número de presos existentes em 01/01/78	658
— Número de presos que entraram até 31/12/78	1.140

— Número de presos que saíram até 31/12/78	996
— Número de presos existentes em 31/12/78	802

6.4. Penitenciária Feminina

6.4.1. Movimentação das internadas

a) Entradas de internadas:	
— Primárias	71
— Reincidentes	2
b) Retornos:	
— Das Comarcas	5
— Do Manicômio Judiciário	2
— Da dispensa	10
— Recapturadas	2
c) Transferidas:	
— Para o M.J.	10
— Para a Comarca	19
— Evasões	3
d) Liberdades	
— Condicional	4
— Em regime de Prisão Albergue	4
— Definitiva	40
— Apresentação de internadas em Juízo	88
— Dispensas concedidas	11
e) Existência	
— Existiam em 1.º/01/78	33
— Entraram no ano	81
— Saíram no ano	80
— Existentes em 31/12/78	34

6.5. Manicômio Judiciário

6.5.1. Movimentação dos Internados

a) Entradas de internados	
— Primários	279
— Reincidentes	21
b) Retornos	
— Das Comarcas	28
— Da D.V.C.	19
— De Dispensa	1
— Recapturados	5

c) Transferidos:	
— Para a Comarca	44
— Para as delegacias	1
— Evasões	14
d) Libertados	
— Condicional	87
— Apresentação de internados em Juízo	107
e) Existência	
— Existiam em 31/12/77	282
— Entraram até 30/11/78	307
— Saíram até 30/11/78	344
— Existentes em 30/11/78	245

6.6. Colônia Penal Agrícola

6.6.1. Movimentação

b) Saída de Internados	
— Primários	134
— Reincidentes	3
b) Saída de Internos	
— Liberdade condicional	41
— Regime Prisão Albergue	3
— Liberdade definitiva	7
— Trabalho externo	10
— Casa de saúde	6
— Evasões	59
— Encaminhados a outros estabelecimentos	63
c) Licenças a Internados	
— Para visitar familiares	720
d) Internados existentes em 31/12/78	
— Solteiros	78
— Casados	39
— Esposas	44
— Dependentes	140

7. OBRAS

7.1. Central Técnica de Triagem

Construída junto à Prisão Provisória de Curitiba, destina-se a proceder a triagem dos apenados, permitindo antecipar o tratamento adequado nas Unidades Penais, procedendo-se ao estudo e reavaliação posterior da sua for-

mação bio-típica, situação cultural, familiar, de saúde, profissional e diagnósticos das causas determinantes de sua delinqüência, auxiliando a formular melhor política para o seu combate.

7.2. Pavilhão Oficina-Escola

Este pavilhão, construído pelos próprios presos, tem propiciado a formação profissional dos internos e terapia ocupacional, além de se constituir em fonte de receita para o Fundo Penitenciário.

7.3. Ala Administrativa da Prisão Provisória de Curitiba

Destina-se à estrutura administrativa da unidade, visando aperfeiçoar o sistema de entrada e saída, com aposentos para a guarda interna e externa, refeitório e área para comercialização do produto penitenciário. Com sua conclusão prevista para maio, concorrerá para maior segurança do pessoal administrativo e público externo e melhor aproveitamento das instalações da Prisão, e prevê, inclusive, a construção de um canil com abrigo para tratador e todos os demais requisitos próprios.

7.4. Ampliação do Prédio da Penitenciária Feminina

A obra estava paralizada desde 1975. Em 1978 foi realizado o acerto judicial e foram reiniciados os trabalhos de complementação através da EMOPAR. Esses trabalhos já estão concluídos, inclusive com reparos e instalação de cozinha, refeitório para as internas e para os funcionários.

7.5. Parque Agrícola

É composto de: armazenagem com secador, silos, casa do administrador, almoxarifado, refeitório, depósito para insumo, instalações e beneficiamento para máquina de arroz, abrigo para máquinas e implementos agrícolas com oficina.

7.6. Outras Obras

- Ampliação da Casa Escolar da Olaria.
- Construção de uma maternidade-enfermaria, para recria de suíno, na área da Colônia Penal Agrícola.
- Construção de módulos de recria em sete unidades do parque.

8. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

- A assinatura de contrato com a EMOPAR, no final de 1978, para início da obra de ampliação do Manicômio Judiciário e para o projeto de construção de uma Penitenciária Regional Agro-Industrial, com capacidade para 750 apenados, inserida na proposta orçamentária para 1979, evidencia a preocupação da SEJU em fazer frente ao aumento da população carcerária em condições reais de recuperação.

- A aquisição de peças de pano para a confecção de uniformes para o pessoal da segurança interna dos presídios e vestuário apropriado aos internos foi concretizada em 1978, visando facilitar a identificação e prevenindo também possíveis erros por parte do corpo policial, em ocorrências que possam surgir de sublevação das populações carcerárias.
- Também foram construídas duas canchas de bocha e uma cancha polivalente, para esportes, na Colônia Penal Agrícola, bem como, foi reajustado o valor do “salário do preso”.

RECURSOS HUMANOS

1. INGRESSOS DE NOVOS SERVIDORES NO ESTADO

Um dos mecanismos mais eficazes de manutenção da força de trabalho no Serviço Público Estadual tem sido o processo de seleção de novos candidatos adotado pela SERH. A eficácia do processo se deve ao fato de que todos os órgãos da administração direta e autárquica possuem um planejamento delineado de necessidades de recursos humanos a curto, médio e longo prazos.

Quanto ao critério de preenchimento dessas vagas, a SERH tem adotado a política de adequação dos regimes jurídicos para cada caso específico. Assim, todos os concursos públicos realizados para as áreas de segurança e magistério visaram o preenchimento das vagas sob o regime estatutário.

CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS NO ANO DE 1978

CARGO	Area	Vagas	Inscritos	Aprovados
AGENTE DE SEGURANÇA	SESP	1.099	1.167	*
DATILOSCOPISTA	SESP	168	837	60
DETETIVE	SESP	174	1.044	69
INVEST. CRIMINAL	SESP	169	1.019	62
QUÍMICO LEGAL	SESP	20	50	25
TOXICOLOGISTA	SESP	20	62	11
PROFESSOR	SEEC	6.200	19.568	7.531
TOTAL		<u>7.850</u>	<u>22.747</u>	<u>7.758</u>

* — Faltando uma prova para ser concluído

Para os demais cargos, mormente os de nível técnico, foi adotado o regime da Consolidação das Leis do Trabalho:

Grupos Ocupacionais	Número de Recrutados
I — ADMINISTRATIVO	465
II — UNIVERSITARIO	142

III — COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	26
IV — TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO	41
V — MORDOMIA E ZELADORIA	428
VI — MAGISTERIO	64
VII — ATIVIDADES DIVERSAS	529
T O T A L	1.695 (*)

(*) Exclui-se o DER — SEAG — SEPL

Um dos aspectos mais positivos dos concursos levados a efeito nesta gestão foi exatamente o de descentralizar a realização dos mesmos, objetivando com essa medida a comodidade dos candidatos bem como a minimização das despesas de deslocamentos.

Cabe ressaltar que a política de recrutamento no Estado tem sido a de aproveitamento, preferencialmente, do pessoal interno. Dentro desta política, aproximadamente 7.000 professores do antigo ensino primário foram beneficiados no início de 1979, através do concurso interno de promoção. E, até a presente gestão, 355 servidores P.S. passaram ao regime CLT.

2. CONCURSO DO MAGISTERIO

A SERH identificou a necessidade de relatar e expor os dados e informações referentes ao Concurso do Magistério por ter sido o mais expressivo concurso já realizado no Estado. Quando autorizado, visava inicialmente um número de 5.000 vagas, passando posteriormente para 6.200 vagas. O concurso abrangeu os 8 núcleos regionais, cujos resultados seguem especificados:

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO CONCURSO

Núcleos Regionais	N.º de Inscritos	N.º de Vagas	N.º de Aprovados
CURITIBA	2.836	975	1.149
PONTA GROSSA	1.409	435	488
JACAREZINHO	2.583	490	699
LONDRINA	3.772	760	1.746
MARINGÁ	3.606	840	1.307
CAMPO MOURÃO	2.698	1.170	887
CASCAVEL	1.509	885	653
UNIAO DA VITÓRIA ...	1.155	645	422
T O T A L	19.568	6.200	7.351

3. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A cada dia que passa, mormente com a implantação da reforma administrativa do Poder Executivo, o serviço público está cada vez mais a exigir

dos seus servidores, conhecimentos mais complexos e mais atualizados, bem como, maior eficácia no seu desempenho, razão pela qual a SERH estabeleceu como meta prioritária o treinamento e o desenvolvimento de pessoal de todas as categorias funcionais e em todos os níveis. Dentro desta política de valorização do homem, somente no ano de 1978 foram treinados 4.528 servidores, através de 193 cursos e com recursos do próprio Tesouro do Estado.

Afora estes cursos destinados aos servidores estaduais, foram realizados outros trinta e dois destinados à comunidade, atingindo uma clientela populacional de 9.071 pessoas.

Em resumo, as atividades de treinamento proporcionadas pela SERH nesse ano são demonstradas no seguinte quadro demonstrativo:

TREINAMENTO REALIZADO PELO ESTADO EM 1978

Natureza do Curso	Número de Cursos	Treinados
I — Caráter Geral	26	1.314
II — Caráter Específico	122	3.109
III — Promovidos por outras Entidades com participação dos servidores	45	105
IV — Voltado à Comunidade	159	9.071
T O T A L	352	13.599

4. ADMINISTRAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS

A adoção do regime da Consolidação das Leis de Trabalho no Serviço Público exigiu uma revisão no processo de administração de recursos humanos, principalmente para compatibilizar os salários e as denominações de cargos de naturezas equivalentes dos regimes Estatutário e da CLT.

Como conseqüência, foi elaborado o Novo Plano de Cargos e Salários do pessoal regido pela CLT visando a redução de 450 cargos para 170 e a elaboração de uma tabela única de remuneração que definisse criteriosamente as faixas salariais compatíveis com a realidade do mercado de trabalho. Este plano, além de beneficiar os empregados dos órgãos da administração direta e autárquica, trouxe também benefícios à administração do Estado, reduzindo sensivelmente o "turnover" e os custos operacionais, bem como, concorrências entre os próprios órgãos do Serviço Público, permitindo também o controle centralizado na SERH, de novas admissões. Entretanto, a principal característica deste novo plano se constituiu na valorização do servidor, cujas perspectivas de progresso dentro do Estado foram claramente definidas através do Sistema de Avaliação de Desempenho e de Potencial.

Paralelamente, foram criadas medidas para corrigir o defasamento salarial que os estatutários vinham sofrendo durante quase dez anos. Para tanto, o novo Estatuto do Magistério foi aprovado, para atender a classe de professores. Igualmente, no setor de Segurança e Fisco foram estabe-

lecidos os novos quadros próprios com os vencimentos reajustados para todas as categorias funcionais. Finalmente um novo Plano de Pessoal foi elaborado para atender cerca de 15.000 funcionários do Quadro Geral do Estado, estando sua aprovação condicionada a pequenos detalhes de ordem operacional.

Estes quinze mil funcionários são aqueles que não pertencem aos Quadros Próprios já existentes no Estado, os quais possuem uma legislação específica.

A ação corretiva da SERH não se prendeu somente nos quadros CLT e estatutários. Através de um delineado planejamento integrado entre SERH e SEEC, 35.520 novos cargos de professores foram criados no magistério. Este planejamento previu também a promoção de aproximadamente 7.000 professores de 1.ª a 4.ª série que possuem a formação de nível superior, incentivo este que visa valorizar os recursos humanos existentes e o reconhecimento da dedicação daqueles mestres que vêm prestando inestimáveis contribuições para o desenvolvimento do Estado.

Por derradeiro, a SERH optou por uma política de valorização do Pessoal Suplementar objetivando, sempre que possível, ampará-los dentro de uma legislação capaz de fornecer melhores remunerações bem como proporcionar maior estabilidade funcional.

5. INCENTIVO DO ESTADO PARA O APERFEIÇOAMENTO

Dentro deste programa de incentivo, a SERH propiciou o aperfeiçoamento de 61 servidores, conforme discriminação abaixo:

AFASTAMENTO DE SERVIDORES PARA APERFEIÇOAMENTO EM 1978

ORGAO	N.º de Servidores
SEAG	21
SEFI	02
SERH	01
SEEC	28
SESB	06
SEPL	02
SESP	01
T O T A L	61

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Estado do Paraná, embora tenha buscado um modelo empresarial para a administração dos seus recursos humanos, não poderia prescindir da cultura organizacional característica do serviço público, principalmente no que tange à avaliação de desempenho. Assim, instituiu-se um Sistema de

Avaliação de Desempenho, dentro de uma dimensão existencialista, em busca de paradigmas realisticamente próprios para o Estado.

O sistema implantado em 1977, tem se constituído em um poderoso instrumento para o aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Recursos Humanos e, principalmente, para o servidor que, liberto da sua dimensão finita, é estimulado a participar do desenvolvimento junto com a organização, conforme demonstram os resultados de 1978, no quadro abaixo.

Segundo os padrões estabelecidos, 91% dos avaliados se situam entre os conceitos BOM E ÓTIMO, resultados estes que subsidiarão os processos decisórios de progresso funcional, promoção salarial, aperfeiçoamento, etc.

6.1. **Graduação da avaliação de 1978**
(Administração Direta e Autárquica)

Total de Avaliados	Ótima	GRADUAÇÃO			Insufic.
		Boa	Regular		
2.873	1.288	1.332	225	28	

6.2. **Demonstrativo da Avaliação do Estágio Probatório em 78**

Número de Avaliados	Ótima	GRADUAÇÃO			Insufic.
		Boa	Regular		
770	365	313	83	09	

6.3. **Demonstrativo do Número de Avaliados por Órgão**
(Administração Direta e Autárquica)

ÓRGÃO	Número de Avaliados
CC	44
SEFI	274
SEAD	63
DIOE	63
SERH	67
IPE	61
SEEC	360
SEIC	25
IBPT	148
SEIN	23
ARH	148
SUCEPAR	160
SEJU	52
IAM	647
SESP	738
T O T A L	2.873

7. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HUMANOS

7.1. Cadastro Central de Recursos Humanos

Com o advento do Cadastro Central, muito se está conseguindo em termos de racionalização e dinamização administrativa. Uma informação que antes poderia estar em um ou fracionada em vários dos 37 arquivos existentes então e cuja obtenção poderia levar até semanas e com pouca confiabilidade, hoje pode ser obtida em poucos minutos e de forma confiável através de uma microficha ou de um relatório emitido por computador.

O abominável arquivo de pastas da antiga "DDF", pesando aproximadamente 190 toneladas, está gradativamente se transformando num conjunto de mais ou menos 500 microfichas de 157 cm² cada, cujo conjunto todo ocupará um pequeno arquivo de mesa. O mesmo está ocorrendo com os arquivos existentes nos GRHS's e setores de pessoal das autarquias.

Atualmente já é possível conhecer as informações sobre identificação, escolaridade e dependentes de servidores de qualquer dos regimes jurídicos através da consulta ao Cadastro e a obtenção de outras informações através de relatórios que demonstram indicadores como: faixa etária, níveis salariais, lotação do servidor, estado civil, dependentes para os fins de salário família e imposto de renda e outras informações significativas. Isto é possível uma vez que os dados para extração dessas informações estão arquivados em Bancos de Dados de rápido e fácil acesso. Até bem pouco tempo tudo isto simplesmente não existia.

Paralelamente ao cadastro central, está sendo desenvolvida uma nova sistemática da folha de pagamento que virá corrigir as distorções e o excesso burocrático existente no método atual. Uma nova metodologia de pagar o pessoal que possibilitará melhores controles e subsídios à administração, que em conjunto com o cadastro, compõem a central de informações do Sistema Estadual de Recursos Humanos.

Essa nova sistemática de folha de pagamento, a princípio vinha sendo desenvolvida e implantada pela Secretaria de Estado das Finanças. A partir do mês de dezembro de 1978 passou a ser de responsabilidade da Secretaria dos Recursos Humanos, uma vez que o assunto é pertinente a sua área de atuação.

Hoje o cadastro central é composto das informações de identificação, escolaridade, dependentes, funcionais, financeiras e históricas dos servidores dos diversos regimes jurídicos da administração direta e autárquica do Poder Executivo, e constitui-se num valioso e indispensável instrumento de administração e gerência, trazendo inúmeros benefícios tanto ao Estado como ao servidor.

8. ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS EM RECURSOS HUMANOS

Com a finalidade de uniformizar e disciplinar as atividades de natureza instrumental na área de recursos humanos da Administração Direta e Autárquica, foi implantado em janeiro de 1978, O Manual de Instruções destinado aos Grupos de Recursos Humanos Setoriais e aos Setores de Pessoal das Autarquias e Órgãos de Regime Especial.

Este Manual de Instruções se constituiu no projeto de maior relevância na área de O&M da Secretaria de Recursos Humanos, pois é um documento de caráter pragmático de fácil consulta e compreensão, estabeleceu uma melhor divisão de trabalho de modo a evitar duplicidade de atividades, bem como, fixou melhores métodos de procedimentos, evitando desperdícios de tempo e de recursos, consubstanciando assim, a política de recursos humanos do Estado.

Durante o ano de 1978, foi realizado um acompanhamento efetivo na sua implantação, visando o aprimoramento e implementação do seu conteúdo. Deste acompanhamento, surgiram as seguintes decisões:

- Inclusão na Norma Operacional do Processo de Aposentadoria, por recomendação do Tribunal de Contas, da Certidão para Serviços Extraordinários/Tempo Integral e Dedicção Exclusiva.
- Foram incluídas as seguintes Normas Operacionais: Norma Operacional do Processo de Afastamento do Estado e do País, para fins de Aperfeiçoamento ou Especialização, implantada em 18.08.78. Norma Operacional do Processo de Remoção a Pedido — implantada em 09.10.78.

Estas medidas, somadas às racionalizações implantadas em 1977, tais como nos processos de aposentadoria, reserva remunerada, licenças especiais, acervos, férias em dobro, contagem de tempo, exonerações, licenças sem vencimentos, adicionais, remoções e outros, resultaram em uma significativa diminuição de custos operacionais do sistema e, principalmente, em melhoria no atendimento ao servidor.

9. PENSÕES A FAMÍLIA DO EX-FUNCIONÁRIO, EX-COMBATENTE E AOS PORTADORES DA DOENÇA DE HANSEN

As atividades da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos não se limitam somente na manutenção do servidor durante o seu período produtivo.

O sistema de assistência adotado com base na política da SERH se processa de uma forma integral e abrangente, extensível à família do servidor.

Dentro desta plêiade de benefícios de caráter assistencial se destacam: a lei que concede pensão à família do funcionário que venha a falecer no local de trabalho e a lei que ampara o ex-combatente de guerra. Entretanto, o benefício de maior alcance social se situa na concessão de pensão à pessoa residente no Estado que não tenha condições de sobrevivência, e que seja portadora da doença de Hansen, independente da condição de ser ou não servidor público estadual.

Até o momento, foram concedidas 2.458 pensões a pessoas cuja situação se enquadra nos casos acima citados e deste total de pensões, 872 foram concedidas em 1978.

10. PESSOAL A DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS

Demonstrativo do número de pessoal à disposição de órgãos públicos do Estado e demais entidades governamentais da Federação.

ÓRGÃOS	N.º DE PESSOAS
Gab. do Vice-Governador	01
Secretarias de Estado	29
Outros Poderes do Estado	116
Prefeituras	196
Administração Indireta do Est.	499
Fundações Estaduais	543
Governos Estaduais	16
Órgãos Federais	220
Diversos	45
T O T A L	1.665

11. REMOÇÕES

Com a implantação da reforma administrativa, um dos objetivos da SERH foi o de estabelecer a lotação ideal dos órgãos da Administração Direta e Autárquica. Para tanto, a SERH valeu-se do instituto de remoção para atender às necessidades mais emergentes dos órgãos carentes de pessoal, bem como, para compatibilizar os interesses da administração com as necessidades específicas dos servidores.

Visando os altos interesses da administração, foram efetivadas durante o ano de 1978, 139 remoções.

12. ABANDONO DE CARGO

A SERH instaurou em 1978, 141 processos administrativos, baseados no art. 293, inciso V, letra b do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, resultando em 86 exonerações e 32 exonerações a pedido, havendo 23 casos de absolvições.

PROCESSOS DE ABANDONO DE CARGOS		
RESULTADOS	N.º DE CASOS	ECONOMIA MENSAL PARA O ESTADO
EXONERAÇÃO	86	157.371,00
EXONERAÇÃO A PEDIDO	32	71.948,00
ABSOLVIÇÃO	23	—.—.—
TOTAL	141	229.319,00

13. PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DOS OCIOSOS

O programa desenvolvido tem como escopo os princípios axiológicos sociais, cuja meta é reintegrar a força de trabalho de todos os funcionários desajustados, porém, potencialmente recuperáveis.

A metodologia, tem sido o remanejamento daqueles funcionários para outras unidades com as orientações e acompanhamentos constantes.

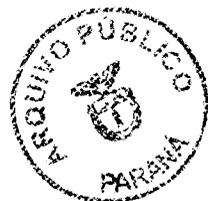
Os casos mais graves de vícios e doenças recebem tratamentos especializados de médicos, psicólogos e assistentes sociais, cujos resultados, embora ainda pouco sensíveis, poderão, a curto e médio prazos, surtir os efeitos almejados.

14. LOTAÇÃO DE PESSOAL

Situação em 31/12/78 do Quadro Geral de Servidores da Administração Direta e Autárquica

REGIME ÓRGÃO	Estatu- tário	C.L.T.	P.S	Cargo em Comissão	Prof. Suplement.	Total
GOVERNADORIA	172	70	43	100	—	385
SEPL	44	41	9	50	—	144
SEFI	1.837	527	212	113	—	2.689
SEAD	97	92	—	61	—	250
DIOE	64	68	—	10	—	142
SERH	136	129	—	56	—	321
IPE	210	97	347	11	—	665
SEAG	616	—	04	53	—	673
SEEC	30.288	1.042	5.806	558	8.690	46.384
SEIC	18	31	—	17	—	66
IPEM	17	—	—	02	—	19
IBPT	161	152	—	03	—	316
SEIN	87	29	—	33	—	149
SUREHMA	—	224	—	—	—	224
SUCEPAR	05	200	—	03	—	208
SEJU	894	168	—	40	—	1.102
SESB	2.249	1.590	140	50	—	4.029
IAM	144	904	—	25	—	1.073
SESP	2.661	966	—	43	—	3.670
PMEP	*10.553	—	—	—	—	10.553
SETR	66	09	—	29	—	104
DER	3.383	3.196	—	63	—	6.642
APPA	85	912	—	04	—	1.001
JUNTA COMERC.	66	15	—	—	—	81
T O T A L	53.853	10.462	6.561	1.324	8.690	80.890

(*) Dado fornecido no mês de março de 1978.



15. **QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
(Administração Direta e Autárquica)

Cr\$ 1.00

JANEIRO	308.034.453
FEVEREIRO	311.626.413
MARÇO	268.130.035
ABRIL	535.486.240
MAIO	556.676.223
JUNHO	456.787.382
JULHO	438.857.302
AGOSTO	452.181.973
SETEMBRO	469.444.092
OUTUBRO	461.566.360
NOVEMBRO	479.726.726
* DEZEMBRO	489.978.591
T O T A L	5.228.495.780

* Valor Estimado

OBS.: Não inclui: Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada e Assembléia Legislativa.

16. **LICENÇAS SEM VENCIMENTO**

Demonstrativo, por órgão, de pessoal que se encontra em licença sem vencimentos:

Ó R G Ã O	N.º de Pessoal em Licença — 1978
GOVERNADORIA	09
SEFI	15
SEAD	15
SERH	01
IPE	05
SEAG	31
SEEC	2.029
SEIC	05
IBPT	06
SEIN	26
SEJU	13
SESB	66
IAM	04
SESP	21
SETR	11
DER	173
T O T A L	2.430

17 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO — IPE

17.1. Secretaria

17.1.1. Serviço Atuarial:

Foi arrecadado no exercício de 1978 o montante de Cr\$ 296.290.094,35.

17.1.2. Serviço de Análise e Estatística

Durante o período cumpriu todas as atribuições pertinentes, fornecendo os relatórios mensais do Instituto, terminando por apresentar os relatórios do primeiro e segundo semestres do ano.

17.1.3. Escola Maternal Nice Braga

A receita de matrículas e mensalidades, com a média mensal de 450 alunos, foi de Cr\$ 570.102,01, e a da condução, através de transporte contratado com firma particular, foi de Cr\$ 52.590,70. A despesa com a Escola apresentou-se, ainda uma vez, superior à receita, em que pese ter diminuído, consideravelmente, a diferença receita/despesa, em relação a exercícios anteriores.

17.2. Departamento de Previdência

17.2.1. Divisão de Pensões

Sob a responsabilidade deste setor estão os pagamentos dos pensionistas do Instituto, que atualmente são em número de 6.383. No decorrer do exercício foram pagos Cr\$ 118.581.912,84. Os pagamentos vêm sendo efetuados rigorosamente em dia, com emissão de folhas para 93 municípios de residência dos pensionistas, sendo 85 no Paraná e 8 em outros Estados.

17.2.2 Divisão de Seguros Gerais:

Em 1978 foram encaminhados 719 processos de Seguro de Vida e 560 de Auxílio Funeral, num total de Cr\$ 16.325.730,61 para o primeiro e Cr\$ 5.326.924,60 para o segundo.

De acordo com o Decreto 3026, de 08 de março de 1977, foram elevados os valores do Seguro de Vida e do Auxílio Funeral, sendo que a partir do mês de julho de 1978, em virtude do aumento de vencimentos dos servidores do Estado, esses valores foram atualizados para Cr\$ 35.880,00 e Cr\$ 12.558,00, respectivamente.

17.2.3. Serviço de Inscrição:

No decorrer do exercício foram emitidas 30.083 novas carteiras, revalidadas 31.920, processadas 317 instituições de beneficiários facultativos e in-

formados 467 pedidos de reembolso hospitalar. Para melhor controle do serviço e fiscalização de consultas pelo Departamento Médico, estão sendo substituídas as carteiras que não tenham sido revalidadas nos últimos doze meses, na Capital e no Interior do Estado.

17.2.4. Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça

As pensões atualmente são em número de 162, sendo que em 1978 foram pagos Cr\$ 3.363.705,04. No decorrer do exercício foram encaminhados 17 processos de Seguro de Vida, correspondentes a Cr\$ 452.285,50 e 16 processos de Auxílio Funeral, num total de Cr\$ 158.087,00 e concedidos 38 parcelamentos de débitos.

17.3. Departamento de Assistência Médica

A assistência médica, em que pese a existência de óbices para o seu aprimoramento e desenvolvimento no sentido de levar a toda massa segurada a prestação de seus serviços, vem mantendo o padrão assistencial de alto nível, que o caracteriza há vários anos.

17.3.1. Divisão Médica

Consultas realizadas na Capital	193.263
Consultas realizadas no Interior	222.160
T O T A L	415.423

17.3.2. Divisão Hospitalar

Durante o exercício de 1978, dentro da nova sistemática de trabalho colocada em prática pela atual administração, foram intensificados os convênios com as entidades hospitalares e respectivo corpo clínico, já que este procedimento vem se caracterizando como a melhor forma de atendimento hospitalar, tanto do segurado, como do Instituto.

Apresentou a Divisão o seguinte movimento de processos médicos hospitalares em 1978:

Requerido	Glosado	Líquido
Cr\$ 58.213.561,87	Cr\$ 1.566.401,25	Cr\$ 56.647.160,62

17.3.3. Serviço Odontológico

Capital		Interior	
Atendimentos	Nºs. de Trabalhos	Atendimentos	Nºs. de Trabalhos
60.612	156.951	15.069	31.970

17.3.4. Serviço Farmacêutico

- Farmácia 1:
Atendimentos: 103.219
Valor das vendas: Cr\$ 6.510.652,03
- Farmácia 2:
Atendimentos: 163.338
Valor das vendas: Cr\$ 11.151.671,34

17.3.5. Serviços Auxiliares

O movimento dos Serviços Auxiliares durante o exercício foi o que segue:

Eletrocardiografia	— 4.006
Fisioterapia	— 6.338
Radioterapia	— 56
Cicloergometria	— 84
Eletroencefalografia	— 3.129

17.3.6 Serviço de Atendimento Domiciliar

De real importância para o segurado do Instituto e sua família, o conhecido Serviço de Plantão Médico atendeu durante o ano de 1978 a 12.862 chamadas; efetuou 1.052 remoções e procedeu 977 internamentos hospitalares.

17.3.7 Laboratório de Análises Clínicas

Exames realizados no próprio laboratório: bioquímica, hematologia, coprologia, urinálise, bacteriologia, sorologia e diversos, no total de 61.136. Foram encaminhados a laboratórios credenciados 6.380 exames. No Interior, foram concedidos 120.876 exames, todos encaminhados a laboratórios particulares.

17.3.8. Serviço de Raio X

Foram realizados no ambulatório próprio do I.P.E. 14.870 exames radiográficos e encaminhados a serviços credenciados 1.050 exames. (Movimento este da Capital).

17.3.9. Enfermagem

Pelo Serviço de Enfermagem do Instituto foram executados 5.443 curativos, aplicadas 5.717 injeções e realizadas 3.363 nebulizações.

17.4. Departamento de Aplicação de Capital

Houve por bem a atual administração modificar a sistemática dos empréstimos concedidos pela Autarquia, principalmente no que tange ao empréstimo simples. Na prática, a nova modalidade veio comprovar o acerto da concessão de empréstimos, que vêm sendo realizados como resultado do convênio IPE/BANESTADO, havendo sido concedidos 2.489 empréstimos até o dia 05.12.78, no valor total aplicado de Cr\$ 20.750.500,00.

Dado seu pleno sucesso e receptividade, a administração acaba de firmar novo convênio que facilitará aos servidores à aquisição de veículo próprio, com o financiamento total em 24 prestações mensais, descontáveis em folha de pagamento.

Além do empréstimo simples, o Departamento continua a conceder os empréstimos hospitalares, cuja finalidade é cobrir os 30% das despesas hospitalares de responsabilidade do segurado. Essa modalidade de empréstimo teve no ano intensa procura, sendo concedidos 495 empréstimos, no valor de Cr\$ 1.282.789,09. O demais empréstimos — hipotecário, poupança e reforma — tiveram suas atividades suspensas, com o setor de controle havendo recolhido de prestações dos mutuários destes tipos de empréstimos o valor total de Cr\$ 14.068.792,21.

17.5. Departamento de Administração Geral

As principais atividades do Departamento de Administração Geral durante o exercício foram:

— Recuperação dos prédios do Centro Previdenciário desta Capital no que pertine às instalações hidráulicas e elétricas, que geraram até então sérios problemas, principalmente no que concerne ao funcionamento dos equipamentos do Departamento Médico.

— Implantação de nova dinâmica de tramitação de processos visando a sua agilização que, já em execução, vem apresentando resultados dos melhores.

— Recuperação dos trifones do Centro Previdenciário Bloco A e Bloco B, com contrato de manutenção da central RING-MASTER, e, o que é mais importante, a interligação dos trifones com os dois blocos, possibilitando em consequência a intercomunicação através, desse sofisticado sistema com todos os setores do Instituto, quer seja do bloco B da Administração quanto do bloco A do Departamento de Assistência Médica.

— Estudos para implantação da contribuição ao I.P.E. dos servidores do Estado em regime da Consolidação das Leis do Trabalho que atualmente estão contribuindo para o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

— Trabalhos de erradicação do pessoal suplementar, transpondo-o para o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.).

17.6. Assessoria do Interior

O acontecimento marcante na própria vida do Instituto foi a Convenção dos Agentes do Interior, realizada nos dias 15 e 16 de outubro e que contou com a participação de representantes das 60 agências do Interior, além do coordenador e assessores do Centro Previdenciário de Londrina.

17.7. Assessoria Jurídica

Emitiu 3.001 pareceres sobre seguros de vida, pensões, instituição de beneficiários, cancelamento de inscrição e outros assuntos.

SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

1. CONSIDERAÇÕES

A Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e as entidades vinculadas — Fundação Hospitalar do Paraná — FHP, Instituto de Assistência ao Menor — IAM e Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais — FIDES, no cumprimento de suas funções durante o ano de 1978, em consonância com os Objetivos e Metas do Governo, atuaram no sentido de aprofundar e melhorar as atividades de proteção da população contra as enfermidades e carências sociais. Conduziram, orientaram e realizaram o fortalecimento e a ampliação da infra-estrutura de atendimento e o desenvolvimento de ações de saúde e de bem-estar social, dentro de técnicas mais precisas e atualizadas, abrangendo todas as áreas do Estado. Contaram, para tanto, com significativa participação de instituições públicas e privadas, destacando-se o valioso apoio técnico e financeiro recebido do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério do Interior, do Ministério do Trabalho, da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, que possibilitou, sobremaneira, a ampliação da capacidade física instalada, a implantação, a prestação e o aprimoramento dos serviços de saúde e de bem-estar social dirigidos à coletividade paranaense.

2. AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

2.1 Construção de Unidades Sanitárias

Com recursos do Tesouro do Estado no valor de Cr\$ 1.000.000,00, no mês de julho foi concluída a edificação do Centro de Saúde de Paranavaí, com 600m². Com recursos financeiros previstos no convênio firmado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado para o Programa Estiagem, em terrenos doados pelos Municípios, foram concluídas, até o mês de novembro, 7 edificações para Unidades Sanitárias, totalizando 345 m² no valor de Cr\$ 621.000,00. Estão em andamento, previstas para término até o mês de março de 1979, mais 34, totalizando 3.404m², no valor de Cr\$ 6.252.000,00, todas a cargo da EMOPAR. As edificações concluídas até o mês de novembro estão localizadas nos municípios em seguida relacionados.

Municípios	Area-m2	Valor-Cr\$ 1,00
Califórnia	25	45.000
Colorado	40	72.000
Loanda	60	108.000
Marialva	40	72.000
Toledo		
— São Pedro	60	108.000
— Luz Marina	60	108.000
— Novo Sarandi	60	108.000
T O T A L	345	621.000

As edificações em andamento, para término até o mês de março de 1979, estão localizadas nos seguintes municípios:

Municípios	Area-m2	Valor-Cr\$ 1,00
Renascença	60	108.000
Arapongas	284	568.000
Assaí	140	252.000
Engenheiro Beltrão	140	252.000
Indianópolis	90	162.000
Jandaia do Sul	40	72.000
Manoel Ribas	90	162.000
Palmital	90	162.000
Pérola do Oeste	90	162.000
São Tomé	90	162.000
Atalaia	90	162.000
Cambará	170	340.000
Doutor Camargo	90	162.000
Enéas Marques	140	252.000
General Carneiro	90	162.000
Icaraíma	90	162.000
Guaporema	90	162.000
Lobato	30	54.000
Mamborê (Juranda)	60	108.000
Paranapoema	90	162.000
Pinhalão	90	162.000
Pitanga	140	252.000
Presidente Castelo Branco	90	162.000
Quinta do Sol	90	162.000
Rio Azul	90	162.000
Santo Inácio	90	162.000
Uniflor	90	162.000
Wenceslau Braz	140	252.000
Cruzeiro do Oeste	170	340.000
Francisco Beltrão		
— Nova Concórdia	60	108.000

Japira	90	162.000
Salto do Itararé	90	162.000
Santa Inês	60	108.000
Santo Antônio do Paraíso	60	108.000
T O T A L	3.404	6.252.000

2.2 Construção de Centros Sociais Urbanos

Em terrenos doados pelos municípios, foram concluídas as edificações de Foz do Iguaçu e de Campo Mourão, totalizando 2.621m², no valor de Cr\$ 11.649.550,00. Estão em andamento, com término previsto para o 1.º trimestre de 1979, as edificações dos Centros Sociais Urbanos de Toledo e de São José dos Pinhais, totalizando 2.580m², no valor de Cr\$ 11.649.550,00. Esses recursos financeiros provêm do Tesouro do Estado, do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — PNCSU (não reembolsáveis) e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, cujas parcelas são discriminadas em seguida:

Centros Sociais Urbanos	Area-m2	Valor-Cr\$ 1.00	Fontes
CONCLUÍDOS			
— Foz do Iguaçu	1.331	65.000	Tesouro do Estado
		815.000	Município (terreno)
		1.520.000	PNCSU
		3.424.775	FAS/CEF
Subtotal	1.331	5.824.775	—
— Campo Mourão	1.290	66.700	Tesouro do Estado
		815.000	Município (terreno)
		1.520.000	PNCSU
		3.423.075	FAS/CEF
Subtotal	1.290	5.824.775	—
TOTAL	2.621	11.649.550	—
EM ANDAMENTO			
— Toledo	1.290	66.700	Tesouro do Estado
		815.000	Município (terreno)
		1.520.000	PNCSU
		3.423.075	FAS/CEF
Subtotal	1.290	5.824.775	—
— São José dos Pinhais	1.290	66.700	Tesouro do Estado
		815.000	Município (terreno)
		1.520.000	PNCSU
		3.423.075	FAS/CEF
Subtotal	1.290	5.824.775	—
TOTAL	2.580	11.649.550	—
TOTAL GERAL	5.201	23.299.100	—

2.3 Construção de hospitais

Concluiu-se a estrutura do Hospital Regional de Cascavel (150 leitos) em terreno doado pelo município, à conta dos recursos financeiros oriundos do PRODOPAR, no valor de Cr\$ 14.400.000,00, sob a supervisão da EMOPAR.

A ampliação de 100 leitos da Santa Casa Monsenhor Guilherme, de Foz do Iguaçu, que é dirigida pela própria Diretoria, encontra-se em pleno andamento, por conta de recursos provenientes do PRODOPAR no valor de Cr\$ 4.200.000,00 e do FAS/CEF, no valor de Cr\$ 28.850.000,00.

2.4 Equipamento de Unidades Sanitárias

Realizou-se o equipamento do Centro de Saúde de Paranavaí e estão sendo adquiridos os necessários equipamentos para o funcionamento das 41 Unidades Sanitárias, construídas e em construção, previstas no Programa Estiagem.

2.5 Aquisição de veículos

Para assegurar maior capacidade na supervisão e na realização de serviços, está sendo providenciada a aquisição de 24 viaturas que substituirão as inservíveis.

2.6 Reforma da sede da Secretaria e do Centro de Saúde da Capital

Promoveu-se a pintura da sede administrativa da Secretaria, sita na Rua Engenheiros Rebouças. Está em fase adiantada a necessária reforma do prédio do Centro de Saúde da Capital, na Rua Barão do Rio Branco esquina com a Rua André de Barros, atingindo especialmente as instalações hidráulicas e elétricas que não mais ofereciam condições para o desenvolvimento adequado das atividades médico-sanitárias dirigidas à população.

2.7 Implantação e aprimoramento de serviços de saúde mental extra-hospitalar

A assistência psiquiátrica extra-hospitalar foi intensificada e aprimorada, alcançando várias regiões do Estado, através da ampliação dos serviços existentes, da implantação de novas unidades de atendimento, da capacitação de recursos humanos especializados e da constituição de equipes multidisciplinares para bem cumprir a moderna metodologia de atenção psiquiátrica, que envolve atenção médica, social e psicológica. Essa expansão corresponde aos objetivos e metas — controlar os distúrbios mentais e reduzir as internações hospitalares — do Programa Integrado de Saúde Mental que vem sendo desenvolvido a partir de 1977, com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Saúde. Ampliaram-se os serviços do Ambulatório Central de Curitiba e implantaram-se 4 novas Unidades Especializadas, com equipes multidisciplinares, nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu. Implantaram-se Ambulatórios nas cidades de Guarapuava e Campo Mourão, Unidades de Apoio em Jardim Alegre e Jandaia do Sul e reativou-se o Ambula-

tório do Centro de Saúde de Apucarana. Através da Escola de Saúde Pública do Paraná foram capacitados 14 médicos em psiquiatria básica, 17 profissionais de medicina, serviço social e psicologia em saúde mental e 15 auxiliares de psiquiatria.

2.8 Instalação e melhoria de laboratórios de saúde pública.

Concluiu-se a ampliação física do Laboratório Geral do Estado, que passou a contar com mais 400m², possibilitando melhor instalação dos serviços de bacteriologia, micologia, parasitologia e virologia, cujo funcionamento deverá ocorrer tão logo chegue o equipamento oferecido pelo Ministério da Saúde. Estruturaram-se e equiparam-se os laboratórios regionais de Londrina e de Cascavel, mais os laboratórios locais de Apucarana, Cornélio Procopio, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Ortigueira, Paranaguá e Pato Branco. No sentido de bem realizar a orientação técnica, a análise e a pesquisa laboratorial, foram preparados 28 auxiliares de laboratório na Escola de Saúde Pública do Paraná e treinados 2 bioquímicos e 1 técnico de laboratório no Instituto Adolfo Lutz de São Paulo.

3. Apoio técnico e financeiro à comunidade organizada

Uniram-se a SESB, a FIDES, o IAM e a comunidade organizada, numa conjugação de esforços, recursos técnicos e recursos financeiros, para o desenvolvimento de maior e melhor atenção à população carentiada. Substantial apoio financeiro destinou-se às entidades sociais para o atendimento do menor desamparado, do idoso e dos carentes em geral, através da Coordenadoria do Bem-Estar Social e da Coordenadoria de Atenção Médica Integral, da SESB, da Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais-FIDES e do Instituto de Assistência ao Menor — IAM, totalizando Cr\$ 46.033.568,00, que beneficiou 231.979 pessoas, demonstrados em seguida:

Orgão	Entidades Sociais atendidas	Valor destinado Cr\$ 1,00	N.º de pessoas beneficiadas
— Coordenadoria do Bem-Estar Social	177*	7.686.400	
— Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais - FIDES	244*	14.035.000	142.793
— Coordenadoria de Atenção Médica Integral	253**	2.080.000	65.070
— Instituto de Assistência ao Menor — IAM	172***	26.947.168	24.116
TOTAL	—	50.748.568	231.979

* Entidades assistenciais promocionais de ação social ampla, asilos, albergues e algumas Associações de Proteção à Maternidade e à Infância.

** Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e Creches.

*** Unidades Sociais de amparo ao menor.

4. **Capacitação de Pessoal de Saúde e de Bem-Estar Social**

Objetivando a melhoria técnica e de relacionamento com a população no atendimento social e sanitário, desenvolveu-se intenso treinamento e aperfeiçoamento de mão-de-obra, envolvendo pessoas de 187 municípios, sob a orientação e execução da Escola de Saúde Pública do Paraná, da Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr. Caetano Munhoz da Rocha e das Coordenadorias da SESB, com a participação financeira do PIPMO e do INCRA. Para atuação em saúde foram capacitadas 2.803 pessoas, entre auxiliares, técnicos de nível médio e técnicos de nível superior, nas áreas de higiene escolar, hanseníase, psiquiatria, assistência materno-infantil, enfermagem, laboratório, epidemiologia, administração em saúde pública e educação sanitária. Para trabalhos de saneamento foram preparados 48 auxiliares. Para atuação na área de assistência social foram treinadas 680 pessoas, entre voluntários e líderes sociais. Na área de nutrição, para atuação específica, receberam preparação 155 pessoas. Além da capacitação desse pessoal, foram treinados 2 bioquímicos e 1 técnico de laboratório no Instituto Adolfo Lutz, de São Paulo; 1 médico e 1 técnico, para codificação de causa de morte segundo a Classificação Internacional de Doenças, Revisão 1975, na Escola de Saúde Pública de São Paulo, em curso promovido pelo Ministério da Saúde; 1 médico em prevenção e recuperação de incapacidades por hanseníase, na Venezuela, sob os auspícios da OPS/OMS.

5. **Controle das Doenças Transmissíveis**

Combinaram-se ações preventivas e curativas, compreendendo a vigilância epidemiológica, a vacinação, a pesquisa e exames laboratoriais, a profilaxia de zoonoses, o saneamento domiciliar, o diagnóstico e o tratamento da tuberculose e da hanseníase.

5.1 **Vigilância epidemiológica**

Consolidou-se o sistema de informação com a busca ativa de notificações de doenças nos hospitais e outras instituições de saúde, facultando, assim, a tomada de decisões e a aplicação de medidas de controle em tempo hábil. Contribuíram para essa consolidação:

- a contratação e a preparação de 9 auxiliares de epidemiologia para atuação a nível regional;
- a organização, inclusive a implantação da ficha epidemiológica, do setor de epidemiologia em 85% dos distritos sanitários, que orienta o trabalho de 369 postos de notificação em todo o Estado.

5.2 **Vacinação**

Num esforço regular e constante, visando reduzir a incidência das doenças controláveis por imunizantes e, em conseqüência, alcançar melhores padrões de imunização, foram aplicadas as seguintes vacinas:

— contra varíola	329.136	doses;
— contra sarampo	234.840	doses;
— contra difteria, tétano e coqueluche	567.288	doses;
— contra poliomielite	850.800	doses;
— contra difteria e tétano	374.640	doses;
— contra tuberculose	486.995	doses;
— contra tétano	173.484	doses;
— contra febre tifóide	45.468	doses.

Menciona-se como significativo o fato de terem sido vacinadas contra difteria, tétano e coqueluche (tríplice), poliomielite e sarampo, 50% das 246.226 crianças menores de 1 ano, previstas.

5.3 Pesquisas e exames laboratoriais

Para esclarecer o diagnóstico de doenças, especialmente das transmissíveis, e para o controle higiênico de alimentos, foram realizados 369.259 trabalhos laboratoriais, incluindo pesquisas e exames, no Laboratório Geral situado em Curitiba, nos Laboratórios Regionais de Londrina e Cascavel e em mais 71 laboratórios das Unidades Sanitárias.

5.4 Profilaxia de zoonoses

Constituiu-se na vigilância epidemiológica de encefalite, no litoral do Estado, e na participação da campanha de vacinação anti-rábica na região metropolitana de Curitiba, realizada de junho a agosto em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura.

5.5 Saneamento domiciliar

Essa atividade demandou 168.306 visitas domiciliares e 299.142 visitas a estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, compreendendo a orientação para a construção e melhoria de poços e fossas e para a destinação final do lixo; o controle de alimentos nas indústrias, no transporte e no comércio a nível de consumidor; o controle da iodatação do sal a níveis de refinaria e comércio; o controle dos locais de recreação, especialmente de piscinas, através de análises de amostras de água; a "operação praia", de controle da poluição e da higiene dos alimentos.

5.6 Diagnóstico e tratamento da tuberculose

Visando reduzir o índice de tuberculose no Estado, além da aplicação da vacina BCG intra-dérmica na faixa etária de 0 a 14 anos, tiveram continuidade o diagnóstico e o tratamento ambulatorial nos Centros de Saúde e nas Unidades Integradas dos 20 Distritos Sanitários. Para o diagnóstico foram requeridas 665.754 abreugrafias e 15.176 baciloscopias. Receberam medicação específica 3.705 doentes sob controle ambulatorial. A Fundação Hospitalar do Paraná prestou assistência hospitalar a 2.031 doentes de tuberculose.

5.7 Diagnóstico e tratamento da hanseníase

Do número de 16.093 doentes conhecidos, 813 (4,8%) receberam assistência hospitalar no Hospital Colônia São Roque e 13.647 (80,7%) estiveram sob tratamento e controle ambulatorial.

6. Assistência à Maternidade e à Infância

Em virtude das elevadas taxas de morbidade e de mortalidade, especialmente na faixa etária de 0 a 4 anos, provocadas por doenças infecciosas e pela subalimentação, dedicou-se atenção especial ao desenvolvimento de medidas objetivando alcançar melhor condição de saúde do grupo materno-infantil, que corresponde a 70% da população geral, incluindo lactentes, pré-escolares, escolares, adolescentes até 19 anos e mulheres de 15 a 49 anos. Muito contribuíram para a finalização das medidas adotadas, o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAM e a Central de Medicamentos, em termos de recursos técnicos, financeiros e materiais, e as instituições particulares do Estado, notadamente as Associações de Proteção à Maternidade e à Infância, estas com trabalhos de atendimento direto ao grupo materno-infantil. Além da vacinação contra as doenças evitáveis por imunizantes, aplicada com maior força na faixa etária de 0 a 14 anos, e da distribuição de medicamentos, impulsionaram-se ações de atenção médica e de enfermagem periódicas, de suplementação alimentar, de assistência odontológica e de assistência ao parto.

6.1 Atenção médica e de enfermagem periódicas

Compreende o controle do estado de saúde da gestante, da nutriz e de crianças de 0 a 14 anos, através de consultas médicas e de atendimentos de enfermagem. Nessas ações a SESB trabalhou integrada com 227 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância subvencionadas, cabendo ressaltar o apoio técnico e financeiro recebido da Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil do Ministério da Saúde, que proporcionou equipamento e material de consumo para a melhor e maior capacitação das unidades operacionais de atendimento direto. Os resultados dessas ações se traduzem nos seguintes números:

Ações	Da SESB	Das APMI's	Total
— Consultas médicas a gestantes	73.530	26.805	100.335
— Consultas médicas a menores de 1 ano	144.561	41.202	185.763
— Consultas médicas a crianças de 1 a 14 anos	370.828	66.018	436.846
TOTAL	588.919	134.025	722.944
— Atendimentos de enfermagem	1.749.346	9.671	1.759.017

6.2 Suplementação alimentar

Em convênio com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, a SESB dirigiu e proporcionou, visando contribuir para a redução das taxas de mortalidade infantil e de natimortalidade, suplementação alimentar a gestantes, nutrizes e a crianças carentes de 6 meses a 6 anos, em 93 municípios, através de 165 unidades de serviço.

Beneficiaram-se:

— gestantes	30.386
— nutrizes	19.239
— crianças de 6 a 11 anos	18.802
— crianças de 1 a 3 anos	47.107
— crianças de 4 a 6 anos	47.443

Consumiram-se 5.048.617 quilogramas de alimentos, no valor de Cr\$ 40.080.822,88, por conta do INAN, assim distribuídos:

Produtos	kg	Valor-Cr\$
Leite em pó	291.075	13.162.411,50
Açúcar	1.129.450	6.313.625,50
Arroz	1.918.696	12.318.028,32
Feijão	650.214	5.045.660,64
Fubá	1.059.182	3.241.096,92
TOTAL	5.048.617	40.080.828,88

Por intermédio das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância, não componentes do programa em convênio com o INAN, e do Centro Materno-Infantil de Curitiba, unidade pertencente à SESB, foram distribuídos mais 73.757 kg de leite em pó, beneficiando 3.182 gestantes, 633 nutrizes e 58.680 crianças de 0 a 6 anos.

6.3 Assistência odontológica

Concretizou-se em Unidades Sanitárias da SESB e Unidades Escolares da SEEC, consistindo no controle da evolução da cárie pelo tratamento na fase clínica inicial e na remoção de focos dentários. Produziram-se os seguintes serviços em gestantes e crianças de 1 a 14 anos:

Serviços	Gestantes	Crianças de 1 a 4 anos	Crianças de 5 a 14 anos	Total
Consultas	11.341	5.141	110.211	126.693
Exodontias	14.948	4.877	74.826	94.651
Restaurações	2.277	927	65.320	68.524

6.4 Assistência ao parto

Esteve a cargo da Fundação Hospitalar do Paraná, das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância, com auxílio financeiro da SESB e de

14 hospitais particulares. Nestes, na forma de contrato de locação de serviços, por conta dos recursos financeiros previstos em convênio mantido entre o Ministério da Saúde e a SESB. Pela Fundação Hospitalar do Paraná foram realizados e assistidos 2.371 partos, pelas APMI's foram assistidos 3.914 e pelos 14 hospitais contratados foram realizados e assistidos 480, totalizando 6.765 partos.

7. PRODUÇÃO, SUPRIMENTO E DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS

A SESB prestou ampla assistência farmacêutica às faixas populacionais carentes de recursos e vulneráveis às doenças de significação sócio-sanitária, suprimindo e dispensando medicamentos básicos produzidos no seu próprio laboratório químico-farmacêutico e recebidos da Central de Medicamentos, com a qual mantém convênio. Suprimiram-se, para dispensação, 372 Unidades Sanitárias da SESB, inclusive das entidades vinculadas e convenientes; 18 hospitais da Fundação Hospitalar do Paraná; 150 Sindicatos de Trabalhadores Rurais; o Hospital da Fundação Universitária de Londrina; o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná; 143 Prefeituras; a Delegacia Regional da FUNAI; a Operação ACISO das Forças Armadas; a Cruz Vermelha Brasileira; o Hospital da Polícia Militar do Paraná; a Fundação Brasileira de Assistência; o Instituto de Assistência ao Menor; os Programas Nacionais de Controle da Tuberculose, Hanseníase, Esquistossomose, Doença de Chagas e outras Endemias Rurais, Doenças Mentais e Câncer; o Programa Nacional de Profilaxia da Raiva.

7.1 Produção de medicamentos

Exercida pelo Laboratório Químico-Farmacêutico da própria SESB, usando matéria-prima adquirida diretamente pelo DEAM e fornecida pela Central de Medicamentos, essa atividade industrial alcançou as seguintes cifras de produção por fórmulas farmacêuticas:

Fórmulas farmacêuticas	Quantidade produzida
Ampolas — unidades	107.300
Cápsulas — unidades	1.772.090
Comprimidos — unidades	19.945.450
Líquidos — litros	274.073
Pomadas — kg	1.331
Pós — kg	1.022

7.2 Suprimento e dispensação de medicamentos da CEME

O suprimento realizou-se através do Almojarifado Central da Coordenação de Medicamentos Básicos, sediado em Curitiba, e por 20 almojarifados dos escritórios distritais sanitários. A dispensação realizou-se diretamente à clientela demandante dos serviços operacionais de saúde, com 1.405.616

receitas médicas, correspondente ao consumo de 15.487.796 unidades de medicamentos, em seguida discriminados por apresentação unitária:

Apresentação unitária	Quantidade dispensada
Ampolas	247.404
Bisnagas	26.029
Cápsulas	1.766.933
Comprimidos	9.510.428
Drágeas	2.181.013
Envelopes (pó)	170.482
Frascos	1.009.072
Frascos — ampolas	442.545
Supositórios	1.865
Tubetes	132.025
T O T A L	15.487.796

8. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esteve a cargo da Coordenadoria do Bem-Estar Social, consistindo em ações assistenciais comunitárias, no amparo social à velhice e no atendimento imediato e preventivo da população necessitada de recursos financeiros e em espécie.

8.1 Ações Assistenciais Comunitárias

Essas ações foram realizadas por delegação e diretamente. Por delegação, através de acordos e contratos com 177 entidades assistenciais-promocionais, no valor de Cr\$ 3.108.000,00, que reverteram no atendimento de 104.435 pessoas, em espécie, aprendizagem e orientação sobre economia doméstica, com a participação de 1.250 voluntários. Diretamente, coordenou e executou o treinamento para dirigentes de entidades sociais concordantes e contratantes, com a participação de 235 representantes; executou o Encontro de Entidades Sociais de Ponta Grossa, congregando 48 dirigentes; organizou a Campanha do Calor Humano, iniciada em Encontro que reuniu 375 representantes de entidades sociais, com a participação financeira da FIDES e de Clubes de Serviços, Lyons e Rotarys, que arrecadaram auxílios em espécie que reverteram às Instituições Sociais atuantes. Coordenou, também, o programa de Centros Sociais Urbanos, que se traduziu na construção de 4 Centros Sociais Urbanos em fase de inauguração e no encaminhamento de 30 projetos, já aprovados, do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos.

8.2 Amparo Social à Velhice

O amparo à velhice, incluindo adultos incapacitados, também foi realizado por delegação, através de 50 entidades sociais concordantes e contratantes, no valor de Cr\$ 5.191.000,00, que reverteram na manutenção de 3.361 idosos e adultos incapazes asilados.

8.3 Atendimento Imediato e Preventivo

Consistiu no albergamento de migrantes carenciados por acordos mantidos com 17 albergues, no valor de Cr\$ 765.000,00; na hospedagem e alimentação, na Hospedaria do Migrante de Curitiba, de 7.851 pessoas; na concessão de 7.851 passagens rodoferroviárias a migrantes, de 1.095 fotografias, de 621 urnas mortuárias e de 1.514 aparelhos de órtese e de prótese; na hospedagem, alimentação, preparação de documentos, encaminhamentos para qualificação profissional e emprego de 11.704 pessoas, realizados pelo Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante que funciona em Foz do Iguaçu em convênio com a SUDESUL.

9. COMBATE AO CANCER

Integraram-se recursos técnicos, financeiros, humanos e materiais da SESB, da Divisão Nacional de Doenças Crônicas e Degenerativas do Ministério da Saúde, da Universidade Federal do Paraná, da Faculdade Católica de Medicina, do INAMPS e de entidades particulares, para, num trabalho conjunto, reduzir as taxas de letalidade por câncer. Objetivaram-se, para tanto, ações preventivas, laboratoriais e de assistência médico-hospitalar. As ações preventivas, visando o câncer ginecológico e bucal, tiveram curso nos ambulatorios sediados em Curitiba, Paranaguá, Londrina, Rio Negro, Ponta Grossa, Palmas, União da Vitória, Morretes, Irati, Lapa, Guarapuava, Foz do Iguaçu e nas unidades ambulantes de Campo Mourão, Cascavel e Maringá, compreendendo exames clínicos, colheita de material, colposcopia e biópsia. A Faculdade Católica de Medicina e Conselho Londrinense de Assistência à Mulher procederam 80.000 exames citológicos. A assistência médico-hospitalar, que totalizou 30.600 pacientes/dia, realizou-se através de 134 leitos disponíveis, assim distribuídos:

— Hospital Erasto Gaertner, Curitiba	30
— Hospital de Clínicas da UFP, Curitiba	6
— Hospital de Crianças César Pernetta, Curitiba	18
— Hospital de Apoio Adeodato Volpi, Curitiba	40
— Instituto do Câncer de Londrina	40
T o t a l	134

10. SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Adotaram-se para melhorar o sistema de informações, as seguintes medidas: a unificação dos formulários para registro, coleta e consolidação dos dados de produção; a remessa direta, sem parada, pelos escritórios dos distritos sanitários ao Grupo de Planejamento Setorial, dos dados de produção das unidades operacionais e das declarações de óbito registrados em cartório, até o dia 20 de cada mês; o esclarecimento e correção permanentes quanto ao preenchimento de declarações de óbito, dirigidos, através dos escritórios distritais, aos médicos e cartorários; a adoção de planilhas para transferência dos dados contidos nas declarações de óbito para o fim de proces-

samento eletrônico; o treinamento em serviço de 20 auxiliares de estatística atuantes nos distritos sanitários; a preparação de 9 auxiliares de epidemiologia para atuação a nível regional, com a participação financeira da SUDESUL; a contratação e o treinamento de 9 estagiários para o preenchimento de planilhas, com recursos financeiros do Ministério da Saúde; o emprego de 2 médicos, 1 estagiário de medicina e de 2 auxiliares treinados, na codificação de óbitos segundo a Classificação Internacional de Doenças; o treinamento de 1 médico e de 1 classificador de causas de morte segundo a Classificação Internacional de Doenças, revisão de 1975, na Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, sob os auspícios do Ministério da Saúde. Essas providências resultaram na chegada mais rápida ao nível central das informações geradas a nível local, melhoradas em quantidade e qualidade, facultando, sobremaneira, a consolidação dos dados a níveis de município, distrito sanitário e Estado, e, em conseqüência, a sua colocação mais pronta e atualizada ao nível decisório e aos usuários. Acrescente-se ainda os seguintes efeitos favoráveis: o preenchimento de 1667 planilhas, correspondentes a 40.008 óbitos de 1978, e de 834 planilhas, correspondentes a 20.016 óbitos de 1977, já enviadas à Divisão Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde para processamento eletrônico, sem ônus para o Estado, que permitirá, dentro de três meses, o conhecimento da mortalidade por causa, sexo e idade de cada município e a avaliação do nível de saúde dos mesmos. Realizou-se ainda a publicação do levantamento Hospitalar do Estado do Paraná de 1976, realizado pelos auxiliares de estatística dos escritórios distritais, sob a orientação do Grupo de Planejamento Setorial, que mostra a existência naquele ano de 568 hospitais com 32.103 leitos, numa correspondência de 3,8 leitos por 1.000 habitantes, bem como o acompanhamento físico de obras, com base em informações da EMOPAR, correspondente a 41 unidades sanitárias, 1 centro de saúde, 2 unidades sociais do IAM e 1 hospital.

11. FORTALECIMENTO DO NÍVEL DE ATUAÇÃO REGIONAL..

O nível de atuação regional compõe-se de 20 distritos sanitários, constituindo-se cada um de 1 escritório, de 1 centro de saúde e de unidades sanitárias localizadas na sede e no interior dos municípios. Os escritórios distritais sediados nas cidades de Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, União da Vitória, Pato Branco, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cascavel, Campo Mourão, Umuarama, Cianorte, Paranaíba, Maringá, Apucarana, Londrina, Cornélio Procopio e Jacarezinho, para melhor responder às suas funções de supervisão e de alimentação técnico-administrativa das atividades de todas as unidades operacionais de atendimento direto da clientela a nível local, foram fortalecidos com:

- preparação de 9 auxiliares de epidemiologia, para a busca ativa de notificações de doenças transmissíveis nos hospitais e demais instituições de saúde;
- a lotação de 5 enfermeiras, 6 técnicos de enfermagem e 18 auxiliares de enfermagem, para orientação e controle das atividades de enfermagem em todas as unidades operacionais de saúde pública;

- o treinamento de 20 auxiliares de estatística já existentes, para a coleta, correção e remessa ao nível central das informações referentes à produção de serviços, capacidade hospitalar e extra-hospitalar instalada e de declarações de óbito nos cartórios;
- o treinamento do pessoal responsável pelos almoxarifados de material para alimentação das unidades operacionais em tempo hábil.

12. ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

A Assembléia Geral das Nações Unidas, ao adotar a resolução declarando o ano de 1979 como o “Ano Internacional da Criança”, sugere aos governos membros a adoção de um conjunto de medidas que, iniciadas ao ensejo da comemoração, possam ter um caráter de permanência e continuidade, ensejando a melhoria e ampliação da assistência infantil em cada País. Tendo presente recomendação da Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil do Ministério da Saúde, a SESB coordenou um grupo para o estudo das medidas a serem desenvolvidas para a melhoria e ampliação da assistência infantil no Paraná, composto de representantes da Delegacia Federal de Saúde, da Secretaria de Educação e Cultura, da Secretaria do Planejamento, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, das Igrejas, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Paraná, da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, da Fundação Serviços de Saúde Pública do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor, da Companhia de Saneamento do Paraná e da Comunidade Feminina. Baseado na situação atual dos serviços de assistência à criança, o grupo definiu que “O objetivo do Ano Internacional da Criança é a criança dentro de um conceito familiar e comunitário e considerada sob os aspectos bio-psico-social” e que “Toda a filosofia de trabalho deve basear-se na participação comunitária e as necessidades sentidas da população deverão ser tratadas com tecnologia de Sistema de Saúde”. Sugeriu, também, três prioridades para o Ano Internacional da Criança no Paraná: nutrição, imunização e saneamento domiciliar, objetivando, a partir de 1979, integrar os diversos organismos atuantes na área de assistência à criança e despertar a comunidade a participar das decisões e operacionalização dessas atividades. Na área da nutrição prevê a introdução da soja nos hábitos alimentares das famílias paranaenses e o incentivo ao aleitamento materno. Para imunização prevê a vacinação contra poliomielite, sarampo, difteria, tétano e coqueluche de 80% do grupo etário de 0 a 4 anos; a vacinação contra difteria e tétano de 80% dos escolares da 1.ª série do 1.º grau; a vacinação contra tuberculose de 80% do grupo etário de 0 a 15 anos. Com referência ao saneamento domiciliar, prevê o incentivo às famílias desprovidas de abastecimento público de água e de sistema de esgotos sanitários para colocação de água corrente na cozinha e a construção de privadas higiênicas, bem como a distribuição de hipoclorito de sódio a 25% para desinfecção da água.

13. OUTROS DADOS ESTATÍSTICOS

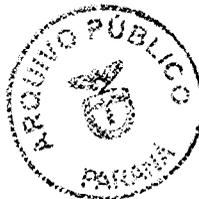
Discriminação	Quantidade
— Consultas médicas de saúde mental	46.691
— Consultas médicas a adultos	367.381
— Consultas odontológicas a adultos	139.594
— Hospitais registrados (leitos: 1.130)	36
— Diplomas de curso superior registrados	481
— Licenças e renovações para farmácias	1.418
— Processos de entorpecentes informados	730
— Óbitos codificados	38.952
— Óbitos planilhados	64.873
— Entidades Sociais registradas	46
— Atendimento de psicologia	5.411
— Termos jurídicos elaborados	212
— Consultas jurídicas gratuitas	3.008
— Pareceres jurídicos emitidos	794
— Número de funcionários C.L.T.	1.600
— Número de funcionários estatutários	2.269
— Número de funcionários P.S.	140
— Licenças concedidas a funcionários	13.650
— Palestras de Educação Sanitária	361
— Projeções de "slides"	5.734
— Projeções de filmes	270
— Material distribuído, de divulgação sobre saúde	141.270
— Gasolina consumida, litros	315.747
— Quilometragem percorrida	1.840.040

14. ATUAÇÃO DAS ENTIDADES VINCULADAS

14.1 Fundação Hospitalar do Paraná

Com a capacidade instalada de 2.845 leitos — 743 para hanseníase, 800 para tisiologia, 99 para doenças transmissíveis agudas, 624 para psiquiatria, 317 para pediatria, 47 para maternidade, 23 para paraplegia e 192 para clínica médico-cirúrgica — e de 1.713 funcionários, inclusive 37 estagiários, prestou assistência médico-hospitalar a 20.350 pacientes, sendo 10.016 (49,2%) contribuintes e 10.334 (50,8%) não contribuintes. O atendimento hospitalar global atingiu 750.000 pacientes/dia, equivalente, perante o número de leitos/dia disponíveis, a um taxa de ocupação de 75%, considerada satisfatória, com a seguinte produção final de serviços:

Serviços	Quantidade
Intervenções cirúrgicas	4.611
Intervenções obstétricas	2.371
Atendimentos de ambulatório	66.822
Exames de laboratório	63.521
Exames radiológicos	16.871
Atendimentos odontológicos	11.200



Relevante colaboração prestou ao ensino superior, através de acordos firmados com a Universidade Federal do Paraná, com a Universidade Católica do Paraná, com a Faculdade Evangélica de Medicina de Curitiba e com a Universidade Estadual de Londrina, nas disciplinas de doenças transmissíveis, tísio-pneumologia, pediatria e obstetrícia, lecionadas no Hospital Osvaldo Cruz, Sanatório do Portão, Sanatório Noel Nutels, de Londrina, Hospital de Crianças César Pernet e Hospital Victor do Amaral. Proporcionou, também, especialização profissional no Hospital de Crianças César Pernet, sob a forma de residência médica, nas áreas de pediatria, ortopedia e cirurgia infantil, oficializada junto à Associação dos Médicos Residentes do Brasil. No sentido de aprimorar os recursos humanos, concedeu 37 bolsas de estudos para estudantes prestarem serviços nos seus hospitais, mediante convênio assinado com o Centro de Integração Empresa — Escola (CIE-E), realizando, também, constante treinamento em serviço do seu pessoal nas áreas básicas de enfermagem, serviço social médico, estatística hospitalar e radiologia, que permitiram melhor desempenho operacional das unidades hospitalares. Com a valiosa participação da Secretaria de Estado de Administração, realizou-se soma apreciável de melhorias, em termos de recuperação, remodelação interna e adequação funcional, dos prédios, equipamentos e instalações hospitalares, que resultaram em maior conforto dos doentes e do pessoal técnico.

14.2 Instituto de Assistência ao Menor — IAM

Prossseguiu-se a política de prevenção à marginalização social do menor, que se caracterizou por trabalho contínuo de conscientização da comunidade no sentido da necessidade de sua participação visando o equacionamento desse problema. As atividades foram desenvolvidas sob linhas de ação terapêutica e preventiva. A terapêutica se traduziu pelo atendimento em regime de internato. A preventiva objetivou o atendimento do menor em suas necessidades básicas, antes do seu abandono ou marginalização. Esta ação preventiva foi desenvolvida através dos sistemas de semi-internato e externato, visando o atendimento do menor no próprio local de origem e orientação concomitante à família, inclusive procurando a sua participação nas programações desenvolvidas pelas entidades de assistência ao menor. Com esse procedimento multiplicou-se a ação pública, na medida da participação comunitária para o encaminhamento satisfatório do problema do menor.

Essa política de ação operacionalizou-se sob as formas direta e indireta. Sob a forma direta, em 16 unidades sociais oficiais e através de 172 unidades sociais particulares convenientes, consistindo na coordenação e assistência técnico-administrativa às unidades sociais oficiais, bem como na assistência técnica e pagamento de "per capita" aos menores das unidades sociais convenientes. Em razão da política adotada de utilizar o internamento como último recurso, pelas unidades sociais oficiais foram atendidos 4.700 menores, enquanto que pelas unidades sociais particulares, em função da ampliação de convênios abrangendo 60 municípios, foram atendidos 23.359 menores de ambos os sexos, mantidos principalmente em regimes de semi-internato e externato. A operacionalização sob a forma indireta consistiu em atender parte da clientela das unidades sociais particulares convenientes, que beneficiou 5.642 menores, através de auxílios financeiros que foram expressados em me-

lhoramentos físicos e no aperfeiçoamento do corpo funcional das mesmas, sob a orientação do IAM.

Além dos recursos financeiros canalizados pelo IAM, as entidades sociais particulares receberam subvenções do Gabinete do Governador do Estado e do Banco do Estado do Paraná, nos valores de Cr\$ 13.798.997,00 e de Cr\$ 3.778.000,00, respectivamente, que beneficiaram 10.950 menores.

O quadro abaixo visualiza o atendimento direto e indireto realizado:

Unidades Sociais	Direto	Indireto	Total
Oficiais	4.700	—	4.700
Particulares convenientes	15.562	5.642	21.204
Particulares - auxílio da FUNABEM	4.885	—	4.885
Particulares - subvenção do Gabinete do Governador e do BANEESTADO	10.950	—	10.950
TOTAL	36.097	5.642	41.739

O ensino profissionalizante constituiu atividade constante, traduzida na qualificação de mão-de-obra em 23 especialidades com a abrangência de 1.133 menores. Manteve, por outro lado, atividade agrícola que resultou na produção de 202.480 kg de cereais e de produtos hortigranjeiros.

É de ressaltar a ampliação e melhoria da infra-estrutura, que facultou, sobremaneira, o aperfeiçoamento da prestação de serviços, salientando-se a conclusão e funcionamento da ala masculina do Centro de Estudo, Diagnóstico e Indicação de Tratamento — CEDIT, em Curitiba, destinado a atender os menores encaminhados pelo Juizado de Menores, Delegacia de Proteção ao Menor e outros; do Centro de Reabilitação da Audição e da Fala Alcindo Fanaya Júnior — CRAF, em Curitiba, para 140 menores; a implantação do Centro de Desenvolvimento de Pessoal — CEDEP, em Curitiba, destinado ao aperfeiçoamento do grupo funcional atuante na área do menor.

14.3 Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais — FIDES

A FIDES tem por objetivo básico promover o bem-estar social, estimulando, apoiando e mantendo instituições que operem no setor com finalidades semelhantes.

No cumprimento desses objetivos, concedeu recursos financeiros às entidades sociais particulares e ao IAM para o desenvolvimento das suas atividades de atenção à população carente, inclusive para a Campanha do Calor Humano que se constituiu numa expressiva mobilização da população em favor do bem-estar social. Os recursos financeiros concedidos foram no valor de Cr\$ 21.558.300,00.

15. RECURSOS FINANCEIROS DISPENDIDOS

15.1 Pela SESB

Dispendeu a importância de Cr\$ 321.335.396,00, conforme demonstrativo abaixo, por fontes:

Fontes	Cr\$ 1,00	%
— Governo do Estado (Tesouro)	283.538.116	88,24
— Ministério da Saúde	13.839.848	4,31
— Ministério da Previdência e Assistência Social (INAMPS)	1.218.000	0,38
— Ministério do Trabalho (PIPMO)	539.175	0,17
— Ministério do Interior (Programa Estiagem, SUDESUL e CETREMI)	6.171.154	1,92
— Secretaria do Planejamento da Presidência da República (PRODOPAR)	6.987.803	2,17
— Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS	2.961.300	0,92
— Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos	6.080.000	1,89
Total	321.335.396	100,00

15.2 Pela Fundação Hospitalar do Paraná

Dispendeu a importância de Cr\$ 100.367.678,00 e conforme o demonstrativo seguinte:

Fontes	Cr\$ 1,00	%
— Governo do Estado (Tesouro)	76.854.793	76,6
— Própria (Industrial)	23.512.885	23,4
Total	100.367.678	100,0

15.3 Pelo IAM

Empregou a importância de Cr\$ 112.209.210,00, demonstrada em seguida, por fontes:

Fontes	Cr\$ 1,00	%
— Governo do Estado (Tesouro)	78.687.729	70,12
— Própria (repasso da FIDES)	21.947.168	19,56
— Ministério da Previdência e Assistência Social (FUNABEM)	4.461.254	3,98
— Ministério da Educação e Cultura	953.400	0,85
— Ministério do Trabalho (PIPMO)	359.659	0,32
— FIDES (Auxílio)	2.300.000	2,05
— COMEC	3.500.000	3,12
T O T A L	112.209.210	100,00

15.4 Pela FIDES

Empregou a importância de Cr\$ 24.257.462,00, proveniente de rendas próprias exclusivamente.

INTERIOR — HABITAÇÃO POPULAR

1. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

No decorrer de 1978 a COHAPAR alcançou dentro da história da companhia o seu maior desenvolvimento.

Ao aplicar a política de aquisição de Núcleos Habitacionais Prontos, a companhia praticamente dobrou o número de habitações previsto para 1978.

1.1 Núcleos Habitacionais

1.1.1 Projetos Desenvolvidos

No exercício de 1978 a Companhia elaborou 32 projetos técnicos executivos de Núcleos Habitacionais, para construção de 8.146 unidades residenciais.

1.2.1 Obras Programadas

Da programação de 78, foram iniciados 41 conjuntos residenciais, totalizando 8.962 casas, com área de 325.211,45 m² e investimento de 2.978.639,43 UPC.

1.1.3 Núcleos Concluídos em 78

Foram concluídos 20 conjuntos habitacionais num total de 3.641 casas, com área de 134.956,33 m².

O investimento foi da ordem de 1.259.962,65 U.P.C.

1.1.4 Núcleos Habitacionais em Construção

Do Programa de 1978, estarão em construção em 03/79, 21 núcleos residenciais, num total de 5.321 casas e com uma área de 190.255,12 m² e investimento de 1.718.676,78 U.P.C.

1.1.5 Obras Licitadas aguardando Contrato no B.N.H.

Foram encaminhados ao BNH para efeito de contrato, processos referentes à construção de 10 núcleos, num total de 1.707 casas, devendo esses núcleos terem início no 1.º trimestre de 1979.

1.1.6 Aquisição de Núcleos Habitacionais Prontos encaminhados ao BNH

Foram elaborados e encaminhados 8 projetos de núcleos para construção de 2.859 casas.

II — CAMPO ECONÓMICO

AGRICULTURA

1. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL — DERAL

1.1. Atividades Permanentes

Publicação de:	Periodicidade
Mercado Futuro	Mensal
Sistema de Informações Diárias — SID	Diária
Panorama Semanal da Agropecuária	Semanal
Acompanhamento da Situação Agropecuária do Pr., com uma tiragem de 3.500 exemplares	Quinzenal
Previsão e Estimativa de Safras	Quadrimestral
Preços Pagos pelo Produtor	Mensal
Preços Recebidos pelo Produtor	Mensal

1.2. Trabalhos Técnicos Elaborados

Plano Anual de Produção e Abastecimento — PAPA/79.

Estudos Básicos:

Dotação de Recursos
Estrutura Fundiária
Formas de Organização da Produção
Comercialização e Abastecimento
Ação do Setor Público

Subsídios ao Plano de Ação/79 do Sistema Estadual de Agricultura — SEAGRI.

Monografias sobre Rami e Menta.

Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca.

Pré-Diagnóstico das Regiões de Baixa Renda do Estado do Paraná.

Plano Anual do Setor Público Agrícola — PASPAG/78.

Aspectos da Mecanização Agrícola no Paraná.

Plano Estadual de Desenvolvimento Agrícola.

Plano de Aplicação de Crédito — PESAC — 78/79.

Plano de Desenvolvimento do Cooperativismo no Paraná.

Plano Estadual de Comercialização.
 Ação Integrada para Melhoria da Qualidade e Produtividade do Feijão.
 Recursos Naturais Renováveis.
 Subsídios ao Plano Nacional de Carnes.
 Situação Atual do Amendoim.
 Situação Atual da Agricultura.
 Análise Situacional das Principais Culturas Paranaenses Afetadas pela Estiagem.
 Análise da Capacidade de Absorção dos Suínos Destinados ao Abate no Estado.
 Crédito Rural para Conservação de Solos no Estado.
 Crédito (Auxílio Financeiro) aos Agricultores Atingidos pela Estiagem.
 Notas Promissórias Rurais — NPR.
 Reivindicações para Pecuaristas Atingidos pela Seca.
 Custos de Produção.
 Diagnóstico do Setor Feculeiro do Estado
 Comparativo de Rentabilidade do Setor Suinícola através do Custo de Produção.
 Avaliação das Tendências da Suinocultura nas Regiões Produtoras.
 Análise sobre as Reivindicações do Setor do Leite no Norte do Paraná.
 Análise, Crítica e Sugestões sobre o Trabalho "Trigo no Brasil".
 Considerações e Comparativos entre Preços Mínimos.
 Medidas de Apoio Creditício Destinadas a Amparar Produtores de Trigo e Café.
 Análise e Parecer sobre Recentes Medidas Creditícias.
 Considerações sobre os efeitos das Geadas no Paraná.

2. DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO — DEFIS

2.1 Projeto de Defesa Sanitária Vegetal — DSV

2.1.1 Vigilância Fitossanitária

a) Inspeções a Viveiros

Café	2.103
Frutíferas	570
Florestais	563
Ornamentais	575
Total	3.811
Número de mudas destruídas por estarem contaminadas por pragas e doenças	3.745.000
Permissões de trânsito expedidas	1.806
Certificados de sanidade expedidos	1.269
Comerciantes de mudas registrados	112
Número de mudas de café, frutíferas, florestais e ornamentais fiscalizadas	490.990.131
Ação educativa (em horas)	1.560

2.1.2 Fiscalização do Comércio de Sementes

Número de comerciantes registrados	1.587
Número de inspeções a comerciantes	4.385
Número de autuações a comerciantes de sementes	400
Ação educativa (em horas)	1.840
Coleta de amostras de lotes de sementes:	
Trigo	6.484
Algodão	731
Arroz	197
Feijão	18
FORAGEIRAS	85
Milho	498
Olerícolas	86
Soja	10.933
Total	19.032
Números de sacas de sementes amostradas:	
Trigo	1.037.037
Soja	1.622.550
Outras	243.550
Total	2.903.137
Número de sacas de sementes fiscalizadas	10.135.004
Números de sacas de sementes embargadas	572.917
Garantia do uso da boa semente em relação ao número de sacas embargadas /ha	312.461 ha
Custo-benefício em relação ao número de sacas embarga- das	Cr\$ 898.372.325,00

2.1.3 Defensivos Agrícolas

Produtores fiscalizados	79
Comerciantes fiscalizados	4.200
Fiscalização da aplicação terrestre	501
Ação educativa (horas)	2.364
Produtos inspecionados	37.721
Amostras coletadas	1.200
. Dentro dos padrões	980
. Fora dos padrões	220
Defensivos interditados (toneladas)	1.200

2.1.4 Cancro Cítrico

As atividades relacionadas ao cancro cítrico no Estado foram basicamente de pesquisa.

No primeiro semestre realizaram-se diversas reuniões, a níveis Estadual e Federal, contudo sem se chegar a consenso técnico ou gerencial.

No segundo semestre, surgiram os primeiros resultados da pesquisa em Cascavel, onde foi instalada uma das maiores coleções de variedades de cítrus do mundo.

Observou-se preliminarmente que algumas variedades se apresentam com significativa resistência à doença.

Através de tratamentos químicos obtiveram-se resultados de grande eficiência em termos econômicos, a nível de 97%.

2.2 Projeto de Defesa Sanitária Animal — DSA

2.2.1 Combate à Febre Aftosa

Bovinos vistoriados em veículos	154.394
Vacinas apreendidas (em dose)	118.165
Animais vistoriados em exposições-feiras	11.630
Revendedores de vacina fiscalizados	2.995
Veículos vistoriados	9.072
Desinfecções nos postos	2.106
Controle de certificados a matadouros e frigoríficos	525
Ações fiscalizadoras volantes	154
Revendedores descredenciados	2
Termos de custódia expedidos	31
Interdições a propriedades	18
Fiscalizações a proprietários refratários	143
Notas técnicas de educação sanitária	79
Exposições-feiras vistoriadas	12

2.2.2 Combate à Brucelose

Revendedores de vacina fiscalizados	1.176
Termos de custódia expedidos	4
Revendedores credenciados	12
Doses de vacinas apreendidas	1.695
Veículos vistoriados	200
Exposições-feiras vistoriadas	8

2.2.3 Combate à Peste Suína Africana

Suínos seqüestrados e avaliados	8.181
Propriedades interditadas	93
Veículos desinfetados	258.582
Suínos com documentação irregular	4.381
Subprodutos de suínos apreendidos:	
Carcças	983
Outros	5.929 kg
Outros materiais apreendidos	13.778 kg
Desinfetante utilizado	11.420 litros

2.2.4 Atividades Integradas com a ACARPA-EMATER/PR

Focos de febre aftosa atendidos	34
Focos de peste suína africana atendidos	26
Focos de raiva atendidos	10
Liberações de suínos efetuadas	66

3. DEPARTAMENTO DE PRODUTIVIDADE — DEPRO

Foram realizadas as seguintes atividades em 1978:

Implantação do estatuto, regimento e regionalização da CAFE do Paraná.
Elaboração dos estatutos da EMATER-PR e CLASPAR.

Elaboração do regimento da COPASA.

Participação na elaboração do regimento dos Conselhos de Administração das Entidades Vinculadas.

Acompanhamento das atividades das entidades vinculadas, através de relatórios bimestrais.

Articulação, acompanhamento e análise do Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná — PRODOPAR; Programa de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira — PRODELAR; do Projeto Noroeste; do Programa de Restauração e Preservação de Matas; do Projeto para implantação de Mini-Pólos de Recepção de Produtos Agrícolas no Estado do Paraná; do Programa Integrado de Desenvolvimento à Piscicultura em Águas Interiores; do Projeto de Instalação dos Laboratórios de Solos no Estado; do Projeto de Implantação do Laboratório de Inseminação Artificial em Francisco Beltrão; e do Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor.

Participação no Programa de Treinamento de Recursos Humanos das Entidades Vinculadas.

Participação e acompanhamento das Exposições Agropecuárias.

Elaboração do "Guia ao Produtor Rural".

Coordenação do PROHORT.

Elaboração de documentos de intenções para o PRODELAR (1979 a 1981) e PRODOPAR (1979).

Participação no estudo do Plano Estadual de Comercialização — PLANEC.

Participação no assessoramento aos governos da Paraíba e Sergipe na implantação da modernização do setor público agrícola.

4. ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ — ACARPA — EMATER/PR

4.1 Area de Ação

· Escritórios locais	202 (em 200 municípios)
· Municípios atendidos	290 (100% do Estado)

4.2 Atividades Realizadas

4.2.1 Produtores Assistidos sem Repetição	75.392
-------------------------------------------------	--------

4.2.2 Produtores Assistidos em Agricultura

Projetos	Produtores Assistidos	Em ha
		Área de Adoção de Tecnologia
. Algodão	2.358	22.111
. Arroz	1.165	1.570
. Batata	575	1.520
. Café	4.188	38.302
. Feijão	8.210	25.972
. Fruticultura	1.127	1.555
. Milho	10.742	71.955
. Olericultura	1.411	3.019
. Sericicultura	457	2.184
. Soja	14.978	311.060
. Trigo	13.273	298.562
. Outros produtos agrícolas . .	3.523	8.165
TOTAL	53.007	785.975

4.2.3 Produtores assistidos em pecuária

Projetos	Produtores Assistidos	Rebanho Com
		Adoção de Tecnologia
. Bovinocultura de corte	5.408	688.126
. Bovinocultura de leite	5.308	129.123
. Suinocultura	7.926	230.950
. Apicultura	1.331	—
. Carcinicultura	45	—
. Ostreicultura	57	—
. Pesca artesanal	437	—
. Piscicultura	83	—
. Ranicultura	7	—
TOTAL	20.602	1.048.199

4.2.4 Produtores assistidos em projetos agropecuários complementares

Projetos	Produtores Assistidos	Em ha
		Área de Adoção de Tecnologia
. Administração rural	3.075	—
. Comercialização da produção . .	7.068	—
. Conservação de solos	19.039	516.959
TOTAL	29.182	516.959

4.2.5 Produtores de sementes fiscalizadas e certificadas, assistidos

Projetos	Produtores Assistidos	Em ha Área de Adoção de Tecnologia
. Algodão	11	22.480
. Arroz	5	2.532
. Feijão	6	841
. Fruticultura	12	160
. Milho	1	5.200
. Soja	89	162.034
. Trigo	76	150.702
TOTAL	200	343.949

4.2.6 Cursos de capacitação de mão-de-obra rural

Projetos	Cursos Realizados	N.º de Participantes
. Algodão	2	84
. Arroz	2	118
. Batata	1	30
. Café	8	243
. Feijão	53	1.467
. Fruticultura	13	317
. Milho	50	1.385
. Olericultura	11	313
. Sericicultura	6	207
. Soja	37	1.142
. Trigo	48	1.622
. Bovinocultura de corte	28	510
. Bovinocultura de leite	39	1.057
. Suinocultura	11	217
. Apicultura	34	639
. Conservação de solos	52	1.165
. Administração rural	25	491
. Cooperativismo	16	488
. Outros	4	64
TOTAL	440	10.659

Projetos	N.º de Planos	Montante Contratado Em Cr\$ 1.000,00
. Algodão	18	4.590
. Arroz	15	4.767
. Batata	32	4.316
. Café	16	1.706
. Feijão	130	8.982
. Fruticultura	34	3.705
. Milho	231	16.606
. Olericultura	104	8.432
. Sericicultura	97	5.272
. Soja	435	91.923
. Trigo	696	155.700
. Outros produtos agrícolas . . .	17	1.691
. Bovinocultura de corte	26	6.935
. Bovinocultura de leite	109	29.113
. Suinocultura	269	29.240
. Outros	121	4.998
TOTAL	2.350	377.976

4.2.8 Cooperativismo

Foram assessoradas técnico-administrativamente 43 cooperativas envolvendo 17.015 produtores.

Foram elaborados 17 planos de crédito especial às cooperativas, com um montante contratado de Cr\$ 107.717.000,00.

4.2.9 Programa de Saúde Animal

Projetos	Criadores Assistidos	Animais Vacinados
		(1)
. Febre aftosa	14.645	5.312.316
. Brucelose	3.683	110.458
. Raiva dos herbívoros	264	9.997
. Raiva canina	—	1.002.625
TOTAL	18.592	6.435.396

(1) 16.536.948 doses, em 3 vacinações quadrimestrais.

4.3. Atividades Especiais

4.3.1 Programa de Exposições

A ACARPA-EMATER/PR, como coordenadora do Programa Estadual de Exposições, assessorou 27 exposições, feiras e festas agropecuárias em 1978, em diversos municípios.

4.3.2 Programa Integrado de Conservação de Solos — PROICS

Além da operacionalização de uma rede de 10 laboratórios de análise de solos em conjunto com o IAPAR, permitindo um conhecimento da terra a ser trabalhada, foram melhorados 516.959 ha da área, sem repetição, destacando-se as seguintes práticas conservacionistas:

. Terraços (de base larga e estreita)	291.879 ha
. Plantio em nível	194.662 ha
. Manutenção de terraços	152.012 ha
. Enleiramento em nível	15.693 ha
. Pastagem conservada	12.074 ha

4.3.3 Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor (Baixa Renda)

Esse Programa, com apoio de 67 escritórios locais da ACARPA-EMATER/PR, envolvendo 12 técnicos de nível superior e 148 de nível médio, atendeu a 10.568 produtores numa área de 71.474 ha, em região caracterizada, entre outros, pelo pequeno índice de capitalização, utilização de tecnologia rudimentar e baixo nível de qualidade de vida.

Visando elevar o nível de qualidade de vida dos produtores, foram assistidas 9.096 famílias em saúde, 8.090 em alimentação e 4.865 em educação. Neste último projeto, foram assistidas 1.787 escolas e seus 3.046 professores.

Foram ainda assistidas 19 cooperativas objetivando a comercialização, principalmente do milho e do feijão produzidos na região; ministrados 242 cursos, com 6.787 participantes; e elaborados 219 planos de crédito, com um montante de Cr\$ 5.711.000,00.

4.3.4 Programa de Garantia de Atividade Agropecuária — PROAGRO

Foram executados 45.896 laudos periciais, atendendo à solicitação de produtores para comprovação de perdas ocasionadas por fatores climáticos e doenças.

4.3.5 Programa de Desenvolvimento do Oeste Paranaense — PRODOPAR

Atuou nos municípios de Cascavel, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu e Matelândia, desenvolvendo projetos em olericultura, fruticultura e bovinocultura de leite, com apoio de 6 técnicos de nível superior e 3 de nível médio. Atendeu em 1978:

em fruticultura	101 produtores	em 319	ha
em olericultura	412 produtores	em 442	ha
em bovinocultura de leite	91 produtores	com 628	cabeças

Foram realizados 5 cursos, com participação de 117 produtores e elaborados 16 projetos, com um montante de Cr\$ 1.497.000,00.

4.3.6 Programa de Desenvolvimento do Litoral e Alto da Ribeira PRODELAR

Atuou em 8 municípios, utilizando uma estrutura humana de 31 técnicos de nível superior ou médio, atendendo a 1.107 produtores nos projetos de pesca artesanal, bem-estar social, olericultura e fruticultura, entre outros, numa área de 1.118 ha. O rebanho bovino assistido foi de 8.822 cabeças.

Foram realizados 15 cursos com 417 produtores participantes e contratados 153 projetos no valor de Cr\$ 10.430.677,00.

4.3.7 Programa de Melhoramento de Bovinos

Dando continuidade ao projeto de introdução de bezerras da raça holandesa preta e branca (Holstein), origem canadense, foram adquiridas 522 cabeças em 1978.

Através de inseminação artificial de 6.478 bovinos, principalmente leiteiros, foi garantida a melhoria da qualidade genética do rebanho paranaense.

A ACARPA-EMATER/PR mantém, em convênio com a Associação de Criadores de Bovinos, 7 funcionários executando o serviço de controle leiteiro dessa Associação.

4.3.8 Programa de Sementes

Foi implantado em 1977 o Programa de Certificação de Sementes, sendo a ACARPA-EMATER/PR a agência certificadora.

Em 1978 foram certificados 754 ha de algodão, 226 ha de arroz, 406 ha de feijão e 2.914 ha de soja. Foram fiscalizados os campos de 221 produtores, abrangendo os projetos: algodão, com 4.546 ha; arroz, com 170 ha; soja, com 91.576 ha; trigo, com 109.088 ha; e fruticultura, com 70 ha.

4.3.9 Concursos de Produtividade

Os Concursos de Produtividade têm por objetivo mostrar aos agricultores que o uso de tecnologia mais avançada propicia maior renda aos seus usuários, além de gerar um efeito multiplicador, influenciando no sentido de que um maior número de produtores rurais busquem a substituição de rudimentares técnicas que ainda utilizam, por métodos de produção mais eficientes.

Os resultados destes concursos podem ser vistos no quadro abaixo.

CONCURSO DE PRODUTIVIDADE — 77/78

Resultados	Produtividade Média Estadual	Prod. Máxima Do Concurso	Prod. Média Do Concurso	Porcentagem De Aumento	N.º de Produtores
Produtos					
Milho Kg/ha . .	2.138	13.274	5.794	171	57
Feijão Kg/ha .	750	4.212	1.311	175	212

5. CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. - CEASA/PR

Foram iniciadas em 1978 as construções do Centro de Abastecimento de Cascavel, com 2.310m² e custo previsto de Cr\$ 11.700.000,00 e da Feira Coberta de Curitiba, com 12.000m² de área coberta e custo previsto de Cr\$ 24.232.000,00. Ambas têm o início de funcionamento programado para o primeiro trimestre de 1979.

A comercialização de produtos hortigranjeiros em 1978 totalizou 292,2 milhões de quilogramas, assim distribuídos:

. Central de Abastecimento de Curitiba	21,5 milhões Kg
. Centro de Abastecimento de Foz do Iguaçu	16,7 milhões Kg
. Centro de Abastecimento de Maringá	60,5 milhões Kg

Com a finalidade de proporcionar à população de Curitiba preços e condições melhores de compra, a Central de Abastecimento de Curitiba realizou 48 varejões, onde compareceram 450 mil pessoas e foram comercializados 1,2 milhões de quilogramas de produtos hortigranjeiros.

Na Central de Abastecimento de Curitiba há 942 produtores cadastrados e 105 firmas especializadas no comércio atacadista. No Centro de Abastecimento de Foz do Iguaçu, inaugurado em fevereiro de 1978, existem 22 agentes de comercialização e no de Maringá, 180.

Essa clientela recebe toda infra-estrutura necessária para o desempenho de função de agente de comercialização.

6. COMPANHIA AGROPECUARIA DE FOMENTO ECONÓMICO DO PARANÁ S.A. — CAFE DO PARANÁ —

Duzentas e quarenta e cinco unidades de venda foram colocadas à disposição dos agropecuaristas, assim classificadas:

8 filiais

7 postos de venda próprios

99 postos de venda em convênio com o FEAP/SEAG

131 postos de venda de terceiros — representantes

Foram ampliadas as atividades dessa vinculada através de:

Adequação do complexo de beneficiamento e armazenamento de sementes em Ibiporã, com 1.350 m²;

Implantação da unidade de beneficiamento de sementes em Campo Mourão, com 2.971 m².

Em 1978, foram desenvolvidas pela CAFE do PR, as seguintes atividades:

6.1 Produção e beneficiamento de sementes:

Sementes	Produção em t	Qualidade
. Algodão	8.785,38	. Fiscalizadas
. Algodão	539,76	. Certificadas
. Arroz	202,1	. Fiscalizadas
. Feijão	20,88	. Fiscalizadas
. Soja	4.196,75	. Fiscalizadas
. Soja	17,5	. Certificadas
. Trigo	5.946,25	. Fiscalizadas

6.2 Comercialização de Sementes:

Sementes	Comercialização em t	Qualidade
. Algodão	1.261,14	. Fiscalizadas
. Algodão	539,76	. Certificadas
. Arroz	474,85	. Fiscalizadas
. Feijão	110,15	. Fiscalizadas
. Milho	884,36	. Híbrido
. Soja	1.871,55	. Fiscalizadas
. Trigo	8.858,1	. Fiscalizadas

6.3 Outras atividades:

Atuou integradamente com a ACARPA-EMATER/PR no "Programa de Melhoramento Zootécnico do Rebanho Leiteiro do Paraná", importando 522 bezerras do Canadá e no "Programa Paranaense de Distribuição de Reprodutores Leiteiros", adquirindo 93 cabeças nas regiões leiteiras do Sul do Estado e revendendo-as nas regiões Noroeste (28) e Norte (65).

Foram realizados serviços em conservação de solos, numa área de 3.596 ha em 5.528 horas, visando a preservação dos recursos naturais.

Foram executados serviços em destoca, terraplenagem, estradas, açudes, drenagem e conservação de solos, num total de 69.468 horas.

Foi executado um projeto de drenagem visando a recuperação de áreas alagadas e alagadiças, originando um projeto-piloto de drenagem na bacia hidrográfica do Rio Vermelho, em Paranaguá, beneficiando 16 propriedades rurais.

Foram realizados 3 encontros, com treinamento a 85 cooperados em algodão; 3 encontros, com treinamento a 86 cooperados em soja; 28 cursos sobre mecanização em conservação de solos; 2 cursos para treinamento de mecânicos e 2 cursos para operadores de máquinas.

7. COMPANHIA PARANAENSE DE SILOS E ARMAZÉNS S.A. - COPASA

7.1 Ampliação da rede armazenadora própria

Foram concluídos um armazém graneleiro e um silo elevado em Assaí, com capacidade estática de 20.000 t. Essa unidade armazenadora é dotada de termometria e equipamento de expurgo e é a primeira no país a utilizar sofisticado sistema de aeração em células de concreto, o que elimina a necessidade de transilagem do produto.

Estão em fase final de construção — montagem de equipamentos — as unidades armazenadoras de Maringá e Guarapuava, com capacidade estática de 106.880 t. O início das atividades está previsto para o primeiro trimestre de 1979.

7.2 Incremento da capacidade estática

A capacidade estática da COPASA cresceu, em 1978, 27%, que representa 68.163 t.

Tipo de armazenagem	1977	1978	(Em t)
			%
. Convencional	206.338	254.501	23
. Granel	26.200	46.200	76
. Inflável	21.000	21.000	—
TOTAL	253.538	321.701	27

7.3 Apoio ao desenvolvimento das cooperativas

Para atender às regiões desprovidas de estrutura armazenadora, a COPASA manteve um conjunto de 22 armazéns infláveis, cada um com capacidade de 2.100 t ou 35.000 sacas. Desses armazéns, 10 estão integrados à rede da companhia; 4 encontram-se em conserto ou em reserva para eventuais reposições e 8 foram cedidos a cooperativas.

Além da cessão dos armazéns, a COPASA assistiu tecnicamente 21 cooperativas de produção.

7.4 Serviços prestados

Serviços	Quantidade (Em t)
. Armazenagem	1.316.778
. Expurgo	352.911
. Polvilhamento	328.606
. Limpeza	31.269
. Secagem	26.975
TOTAL	2.056.359

7.5 Treinamento de pessoal

Áreas de treinamento	N.º de cursos	Horas/aula	N.º de participantes
. Gerencial	8	297	49
. Técnica	16	680	39
. Comportamental	4	114	8
TOTAL	28	1091	96

7.6 Cursos e seminários

Foram ministrados 6 cursos técnicos, com 161 participantes.

Foi promovido e realizado o III Seminário Nacional de Armazenagem, com 745 participantes, distribuídos em 5 comissões técnicas.

Foi organizada, promovida e realizada a II Exposição Nacional Armazenadora, com a participação de 22 expositores.

8. FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ - IAPAR

A fundação assumiu a Unidade Executora de Pesquisa, de âmbito estadual, em Ponta Grossa, e transformou-se em Pólo Regional de Pesquisas de laboratórios de análise de sementes em Maringá e Francisco Beltrão e instalou 10 laboratórios de análise de solos.

As atividades executadas na pesquisa envolveram os seguintes trabalhos:

Produtos	Projetos concluídos	N.º de municípios com experimentos
. Algodão	6	21
. Arroz	5	12
. Café	7	18
. Feijão	7	11
. Fruticultura	6	20
. Milho	4	14
. Ramí	1	1
. Trigo	8	15
. Bovinocultura	9	10
. Suinocultura	3	4
. Mamona	1	6
. Manejo e conservação de solo	6	13
. Recursos naturais renováveis	3	12

O beneficiamento de sementes envolveu os seguintes produtos:

Produtos	quantidade beneficiada (em t)
. Algodão	49
. Arroz	5
. Feijão	24
. Soja	148
. Trigo	38

Os trabalhos editados através do "Boletim Técnico", "Circular" e "Informe da Pesquisa — IAPAR", foram os seguintes:

. Algodão	1	publicação
. Cafeeiro	1	publicação
. Frutíferas	1	publicação
. Mamoeiro	1	publicação
. Milho e Sorgo	1	publicação
. Solos	4	publicações
. Trigo	6	publicações
. Videira	1	publicação

Foram ainda publicados: "Boletim Mensal Meteorológico", "Cartas Climáticas do Estado do Paraná" e 8 trabalhos em periódicos científicos.

9. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ — ITC

A fundação, além das funções já tradicionais — regularização fundiária, cadastro e estatística imobiliária rural e serviços de cartografia — acrescentou as de defesa e preservação de recursos naturais renováveis e de incentivo ao reflorestamento.

Desenvolveu os seguintes programas de trabalho:

9.1 Programa de regularização fundiária

Foram propostas 89 ações discriminatórias para apuração de terras devolutas estaduais, numa área de 153.443 ha.

Foram apuradas as situações de ratificação em 3.829 propriedades rurais.

Foram informados 3.684 requerimentos solicitando certidões de títulos para ratificação e 809 ações de usucapião.

Foi proposto e aprovado pelo governador o projeto de Lei de Terras, objetivando dotar o processo de regularização fundiária de um instrumento moderno e eficaz, com ênfase na fixação do homem no campo e formação da propriedade familiar.

Foram emitidos 2.083 títulos de domínio pleno.

Foi implantado o cadastro territorial rural por sistema de computação eletrônica.

9.2 Programa de recursos naturais renováveis

A manutenção do índice de 8% com cobertura florestal efetivou-se através de 2.571 incursões e 48.132 abordagens da flora, 371 vistorias e autorizações de desmate e 7 campanhas educativas de preservação.

O incentivo ao reflorestamento concretizou-se através da manutenção de 7 viveiros de produção de essências florestais; produção de 2,6 milhões de mudas de essências florestais, nativas e exóticas; e implantação de arboretos, com 1.370 mudas plantadas para produção de sementes. Além dessa iniciativa, implantou-se o Projeto de Matas Ciliares, com o objetivo de reflorestar as margens dos rios Paranapanema, Piquiri, Ivaí e Tibagi, que em seu primeiro ano de execução efetuou o levantamento da faixa marginal em 308,9 km; firmou 35 acordos com prefeituras para implantação de viveiros e 170 com proprietários rurais para preservação da flora; e implantou 8 viveiros a nível municipal.

Foram elaboradas ações discriminatórias para determinação de 6 reservas florestais e estudos para repovoamento da fauna regional nas áreas de preservação permanente.

Foram realizadas 90.236 abordagens em pesca; vigilância na faixa de 3 milhas da costa paranaense, impedindo a invasão de barcos de mais de 5 toneladas; 187 acordos com proprietários rurais para preservação da fauna; fiscalizadas as reservas florestais de Amaporã e Vila Rica; e vigilância em 20 minizoológicos oficiais e/ou particulares.

Foi realizado o 1.º Simpósio Nacional de Ecologia com a participação de 2.800 elementos.

Criação do Parque Marumbi através dos Decretos de n.ºs. 5.589 e 5.592 de 04.10.78, com uma área de 76.000 ha na Serra do Mar.

9.3 Programa de Engenharia Cartográfica

Foram executados serviços de medição e demarcação de áreas destinadas à formação de reservas.

Foi atualizado e lançado o mapa do Estado do Paraná, edição 1978.

Foram desenvolvidos os serviços de levantamento cadastral em propriedades rurais.

Foi demarcada a fazenda modelo do IAPAR, numa área de 20 km.

Foram elaborados memoriais descritivos e plantas para o Parque Marumbi, envolvendo 47 propriedades nas regiões de Antonina e Morretes.

Foram executados 575 memoriais e plantas descritivas em convênio com o INCRA.

Foram efetuados levantamentos e mapeamentos planialtimétricos e aerofotogramétricos.

Foram confeccionadas cartas climáticas ao IAPAR e mapas municipais.

10. SERVIÇO DO ACORDO DE CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ SAC/CLASPAR

O Serviço do Acordo de Classificação — SAC, foi reorganizado e em dezembro de 1978 transformado na empresa pública CLASPAR — Empresa Paranaense de Classificação de Produtos.

As atividades desenvolvidas em 1978 foram:

10.1 Classificação de Produtos

Para a Comissão de Financiamento da Produção foram classificadas 937.896 toneladas.

Para o comércio interno e respectivo controle foram classificadas 2.886.518 toneladas.

Para o comércio exterior foram classificadas 12.442 toneladas.

Foram classificadas 103.432 toneladas de algodão em pluma, "linter" e resíduos.

Foram classificadas e fiscalizadas 197 toneladas de seda.

A somatória dos produtos classificados monta 3.940.485 toneladas.

10.2 Análise Laboratorial

Foram realizadas análises em 2 toneladas de menta e em 18.241 toneladas de fécula e farinha de mandioca.

11. OBRAS CONCLUÍDAS EM 1978

Denominação	Local	Dimensão	Custo em Cr\$ 1.000,00
Laboratório de análise de solos	Campo Mourão	231 m2	350
Laboratório de análise de solos	C. Procópio	231 m2	380
Reparos na Sede	Curitiba	—	160
Laboratório de análise de sem.	F. Beltrão	140 m2	390
Laboratório de análise de solos	Guarapuava	284 m2	200
Laboratório de análise de solos	Jacarezinho	108 m2	80
Laboratório de análise de solos	Paranavaí	365 m2	350
Laboratório de análise de solos	Pato Branco	344 m2	550
Laboratório de análise de solos	P. Grossa	215 m2	485
Laboratório de análise de solos	Umuarama	115 m2	350
Laboratório de análise de solos	U. Vitória	231 m2	350
Laboratório de análise de solos	Cascavel	231 m2	350
Obras complementares	Assaí	20.000 t	1.500
Const. de silos elevados	Guarapuava	20.000 t	25.136
Const. de silos elevados	Maringá	20.000 t	17.980
Obras complementares	Maringá	443 m2	2.248
Compl. da rede elétrica CPE	Cambará	—	400
Armazém p/ algodão colhido	Cambará	240 m2	324
Galpão para abrigo de máquina	Londrina	520 m2	380
Const. apoio casas de veg.	Londrina	144 m2	315
Amp. dos módulos de apoio	Londrina	569 m2	1.111
Galpão em estrutura metálica	Londrina	360 m2	411
Amp. casa apoio vegetação	Londrina	38 m2	140
Casa de vegetação	Londrina	268 m2	1.400
Armazém	Paranavaí	90 m2	120
Const. obras centro suin.	Pato Branco	2.233 m2	2.300
Obras complementares	Ibiporã	1.350 m2	3.857
Unidade preparo sem.	C. Mourão	2.971 m2	5.288
Const. de oficina e almoxar.	Pato Branco	527 m2	1.270
Const. oficina e almoxarifado	Ponta Grossa	2.745 m2	653
Const. oficina, almoxarifado e dep.	Toledo	527 m2	1.213
Const. oficina e almoxarifado	Umuarama	301 m2	715
Rep. serv. acordo classificação	Pato Branco	—	30

12. OBRAS A CONCLUIR ATÉ MARÇO DE 1979

Denominação	Local	Dimensão	Custo em Cr\$ 1.000,00
Mercado da CEASA	Cascavel	2.310 m2	11.700
Mercado da CEASA	Curitiba	12.000 m2	24.232
Sede própria da ACARPA	Curitiba	12.000 m2	40.000
Obras complementares	Guarapuava	443 m2	2.288
Const. silos metálicos	Guarapuava	30.000 t	15.600

FINANÇAS

1. POLÍTICA TRIBUTARIA

Os principais resultados da atuação na política tributária do Estado estão representados pelos seus trabalhos mais destacados, apresentados a seguir:

Elaboração da lei 7020/78, que dispõe sobre a redução nas multas e correção monetária para pagamento do ICM em atraso, com o objetivo de propiciar o ingresso de receita tributária em face do difícil período financeiro que atravessou o erário estadual.

Esta lei beneficiou 21.525 contribuintes, que recolheram aos cofres públicos Cr\$ 209.158.120,40 e concedeu aos mesmos uma dispensa de Cr\$ 96.827.928,08 em juros e correção monetária.

Reestruturação da Comissão Consultiva do ICM, que veio agilizar o processo de resposta às consultas dos contribuintes.

Estudo e preparação de 17 editais declarando os benefícios de isenção, bem como, de créditos presumidos de ICM para projetos considerados de interesse nacional.

Geração de 40 instruções sobre a matéria tributária, visando aperfeiçoar a tributação no Paraná.

Treinamento para o pessoal técnico, na Escola Superior de Administração Fazendária.

Além desses trabalhos mais voltados ao desenvolvimento do Estado, ao contribuinte e ao erário estadual, a Assessoria de Legislação Tributária teve uma atuação destacada a nível nacional com:

- . Sugestões para reformulação das normas gerais de Direito Tributário.
- . Proposições junto ao CONFAZ, tendo várias delas se tornado em convênio.
- . Apresentação e aprovação de tese no IV Congresso Nacional do I.C.M.
- . Participação de reuniões técnicas no Grupo dos Seis na Região Centro - Sul.

2. POLITICA ECONÔMICA

A atuação da Assessoria Econômica esteve voltada ao desenvolvimento econômico e industrial do Estado, realizando para tal objetivo:

Constantes estudos de acompanhamento da economia do Estado, através da balança comercial.

Estudo e implantação de medidas de fomento ao setor industrial, através de concessão de prazos de pagamento do ICM diferenciados por gênero de indústria, variando de 45 a 90 dias, fora o período gerador.

Concessão de prazos especiais de até 180 dias, fora o período gerador, para novos empreendimentos e projetos de expansão das atividades industriais.

Continuidade no apoio financeiro à Cidade Industrial, repassando em 1978, através da URBS, Cr\$ 165.100.000,00.

Controle do ICM recolhido pelas indústrias da CIC.

3. GERÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA E CONTROLE DE RESULTADOS

Atividades de destaque em 1978:

Elaboração do Estatuto dos Funcionários da Coordenação da Receita do Estado.

Continuidade ao projeto de implantação do SIP.

Alteração na Guia de Informação e Apuração do ICM.

Alteração do Livro de Registro de Apuração do ICM.

Elaboração do Manual de Orientação e Reformulação da Guia Informativa do Fundo de Participação dos Municípios.

Apresentação das Realizações do Estado com Relação à Receita, no II Simpósio Nacional das Receitas Públicas.

Participação nos estudos sobre os efeitos da estiagem na produção agrícola e, conseqüentemente, na arrecadação do Estado.

Coordenação dos trabalhos apresentados aos representantes do novo governo, na área de finanças.

Estudos e projeções para o aumento salarial do funcionalismo público em 1979.

4. ORDENAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A execução orçamentária e financeira se constituiu numa das mais difíceis tarefas em 1978 em face da dificuldade na captação de receitas, provocada pela grande estiagem que assolou o território paranaense.

Houve um trabalho árduo, que foi desde a legislação especial ao trabalho da fiscalização, além da necessidade de se recorrer a operações de crédito.

Todo este esforço conjunto para que o Governo Estadual pudesse cumprir os seus programas gerou uma receita financeira de Cr\$ 14.704.400.000,00 que somada ao saldo financeiro de Cr\$ 343.400.000,00 do ano anterior, permitiu uma execução financeira de Cr\$ 14.810.800.000,00, gerando um saldo positivo de Cr\$ 237.000.000,00 para o ano de 1979.

5. CONTROLE INTERNO

Para o controle da execução financeira e de orçamento, o Sistema de Contabilidade e Orçamento gerou os seguintes resultados físicos:

Foram processados 63.000 documentos.

Analizados 168 balancetes da Administração Direta.

Analisados 19 balanços e 396 balancetes da Administração Indireta.

Feitas 18 relações de restos a pagar da Administração Direta e 37 da Administração Indireta.

Feitas 12 consolidações do COR.

Feitos 16 acompanhamentos da tomada de capital de empresas públicas e de economia mista.

Consolidados 40 balanços de unidades da Administração Indireta em um só volume.

6. ENCARGOS GERAIS DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA

O endividamento do Estado — Administração Direta — atingiu valores de Cr\$ 1.883.200.000,00 para a dívida interna e Cr\$ 3.181.400.000,00 para a externa.

Esses valores perfazem uma dívida total para o Estado de Cr\$ 5.064.600.000,00, a qual atende a uma programação de pagamento bem distribuída no tempo.

Por outro lado, as amortizações de principal mais encargos pagos no ano alcançaram os valores de Cr\$ 322.200.000,00 na dívida interna e Cr\$ 648.500.000,00 na externa, o que perfaz um total amortizado de Cr\$ 970.700.000,00.

7. RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

Os resultados estão representados pelos seguintes trabalhos:

Foram elaborados seis números do informativo SEFI, com tiragem de 4.500 exemplares cada um.

Foram editados 4.500 exemplares do suplemento especial número 14, no qual foi dado conhecimento ao público sobre subsídios para análise da economia paranaense 71/76.

Editaram-se 4.500 exemplares do suplemento especial n.º 16, no qual foi dado conhecimento ao público dos acontecimentos do IV Congresso Nacional de Administração do I.C.M.

Foram editados, ainda, 2.500 exemplares mensais, contendo todas as consultas e respostas dadas aos contribuintes pela Comissão Consultiva do I.C.M.

Foi promovido o concurso de âmbito nacional de trabalhos sobre o ICM, denominado "Prêmio Estado do Paraná", o qual distribuiu prêmios no total de Cr\$ 150.000,00.

Foi promovido o concurso "Cartazes sobre o ICM", que distribuiu prêmios no valor de Cr\$ 200.000,00.

Tal concurso, de conscientização de grande abrangência, envolveu 2.500.000 escolares da rede estadual de ensino, 50.000 professores, 59 inspeções regionais de ensino e todos os municípios do Paraná.

7.1 Projeto CIATA — Assistência Técnica aos Municípios

Em continuidade ao trabalho de assistência técnica aos municípios foi implantado o Projeto CIATA em 26 municípios em 1978 e já há 39 municípios com implantação autorizada para o ano de 1979.

7.2 Auditoria

A Coordenadoria de Auditoria e Controle de Custos esteve no ano de 1978 mais preocupada com a estruturação de seu quadro de pessoal e, para tanto, desenvolveu a contratação e preparação de seu corpo de auditores com curso de treinamento de 80 horas/aula.

Paralelamente à organização da unidade, foram realizadas 14 auditorias no ano de 1978, assim distribuídas:

6 na área da receita, todas na Administração Direta;

8 na área da despesa, sendo 2 na Administração Direta e as demais na Indireta.

Os principais efeitos destas auditorias foram: na área da receita, arrecadação de receitas não lançadas, conscientização fiscal e orientação; na da despesa, orientação, correção de forma e conteúdo de lançamentos e correção de procedimentos.

7.3 Treinamento de Recursos Humanos

Foram realizados 19 cursos nas mais diversificadas áreas, beneficiando 142 pessoas, treinadas em 1.706 horas de aula.

O aumento considerável no número de pessoas treinadas e número de horas/aula demonstra claramente a preocupação da SEFI em incrementar a realização de cursos, diversificando-os com o intuito de abranger um maior número de pessoas.

7.4 Defesa do Interesse Público no Poder Judiciário

A Procuradoria Fiscal do Estado intensificou no ano de 1978 a cobrança da dívida ativa, conseguindo uma captação de recursos para o Estado na ordem de Cr\$ 240.783.000,00, 174% em relação ao ano anterior.

7.5 Administração da Receita do Estado

7.5.1 Fiscalização

O serviço de fiscalização, com a atuação das delegacias e as volantes conjuntas, visitou, para efeito de fiscalização, 256.153 contribuintes, 22% a mais que no ano de 1977.

O efeito destas visitas reverteu numa exigência de recolhimento, entre ICM e multas, de Cr\$ 636.040.000,00, representando um aumento de 104% em relação ao ano de 1977.

Os serviços volantes, dirigidos e delegados, tiveram 55.203 autos expedidos, com valor exigido de Cr\$ 572.530.000,00.

Para a obtenção desses resultados a rede fisco-arrecadadora contou com um sistema de comunicação, composto de 44 estações fixas de rádio, 89 rádios transmissores móveis e 98 rádios transmissores portáteis.

Contou com um sistema de atuação de 15 delegacias regionais, 303 agências de rendas, 102 agências auxiliares de renda (94 fronteiras) e 13 "trailers" para fiscalização volante.

Foram firmados convênios para fiscalização conjunta com São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina e convênio com o Ministério da Fazenda, que forneceu o valor de Cr\$ 4.000.000,00 para aquisição de equipamentos para melhoria na fiscalização.

7.5.2 Aperfeiçoamento da fiscalização

Para alcançar os objetivos propostos pela área, vem se realizando, ano a ano, um trabalho de aperfeiçoamento do setor de fiscalização.

No passado, ela era baseada mais na perspicácia do fiscal que numa atividade bem planejada. O novo modelo procura fixar uma estratégia de ação dirigida, alicerçada em fatos e dados, de maneira que o contribuinte venha sentir a presença da fiscalização na sua versão dinâmica.

Além desses aspectos, o treinamento vem sendo colocado com uma das importantes metas nesse quadro.

O fruto desse trabalho de pesquisa e de planejamento que vinha sendo desenvolvido está contido no **Estatuto dos Funcionários da Coordenação da Receita do Estado** — Lei n.º 7051 de 04/12/78, a qual tem como principais objetivos:

- Uma redistribuição racional do pessoal.
- Criação do Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita.
- A profissionalização dos serviços em universitários, colegial e ginásial.
- A promoção e o acesso através do desempenho e treinamento.
- A nova estrutura da Coordenação da Receita.
- O novo Sistema de Tributação, Arrecadação e Fiscalização.
- Criação dos manuais de operação do Sistema de Tributação, Arrecadação e Fiscalização e das Agências de Rendas.
- Promoção da reciclagem do pessoal.
- Política salarial adequada.
- Concurso e renovação de pessoal
- Organização e métodos.

7.5.3 Tributação

O Setor de Tributação gerou os seguintes produtos em 1978:

- Análise de 162.371 processos administrativos fiscais.
- 59.879 autos expedidos dos quais 433 contra o IBC
- 24.391 autos pagos, representados por um valor de Cr\$ 60.052.656,50
- 33.626 decisões favoráveis ao Estado.
- 2.977 favoráveis ao sujeito passivo
- 2.627 encaminhados à 2.ª instância.

7.5.4 Arrecadação

A arrecadação tributária do Estado alcançou um total de Cr\$ 9.708.505.000,00, o que representa um crescimento de 40% em relação ao ano anterior.

7.5.5 Edificações para a rede fisco-arrecadadora

No exercício de 1978, foram concluídas 4 obras: uma ampliação de delegacia de rendas e construção de três agências de renda. Atingiu-se, assim, o número de 21 obras concluídas no período 75/78.

Com relação a este projeto, é necessário destacar o convênio firmado com o governo federal, através do MINTER, o qual repassou ao Estado a importância de Cr\$ 10.292.800,00, destinada a um plano de aplicação para a construção de 25 agências de rendas e mais 7 postos fiscais.

Destas obras, 12 já foram iniciadas em 1978 e, provavelmente, estarão concluídas até 15/3.

8. GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A usina de Foz do Areia, planejada para proporcionar a ampliação de geração própria da COPEL, devendo entrar em operação em 1980, assegurando, a partir do ano seguinte, o atendimento aos requisitos de energia elétrica do mercado paranaense, com uma potência inicial de 2.511 MW, teve um percentual de realização de 65%.

A eletrificação rural, caracterizada como um esforço comunitário de desenvolvimento e por elevados investimentos, foi também definida como um dos objetivos do Governo.

Mais 7.800 propriedades receberam ligações da COPEL em 1978, o que representa um aumento de 27% em relação a 1977 e perfaz um número de 37.000 propriedades atendidas pelo programa de eletrificação rural, que vem proporcionando a elevação dos padrões de vida da população, assim como, da produtividade do setor primário.

Foram ainda efetivadas cerca de 75.000 novas ligações pela COPEL em 1978, alcançando um total de 850.000 usuários atendidos entre consumidores residenciais, industriais e outros.

Foram instalados 3.700 km de linhas de transmissão.

A potência total instalada das subestações da COPEL chegou à casa dos 5.000 MVA no final do ano de 1978.

Dos investimentos realizados pela COPEL em 1978, o Tesouro do Estado participou, no total das aplicações, com 18% representados por Cr\$ 829.000.000,00, assim distribuídos: Imposto Único sobre Energia Elétrica: Cr\$ 303.000.000,00; reinversão de dividendos: Cr\$ 168.000.000,00; Fundo de Participação do Estado: Cr\$ 358.000.000,00.

9. SERVIÇOS BANCARIOS E FINANCEIROS.

9.1 Inversões para o desenvolvimento econômico através do BRDE.

O BRDE, visando a promoção do crescimento econômico do Estado, vem acelerando vigorosamente a concessão de créditos a médio e longo prazo às atividades produtivas do Paraná.

Dando continuidade a essa ação financiadora do desenvolvimento, o BRDE repassou Cr\$ 3.840.000.000,00, dos quais 38% para o setor privado e 62% para o setor público de infra-estrutura e serviços. A alta participação do se-

tor público se deve ao repasse de Cr\$ 2.250.000.000,00, 58% do total, à Usina de Itaipu.

Das operações ao setor privado, o Interior recebeu 80,6% e a Região Metropolitana, 19,4%.

Com esse investimento o BRDE estima uma geração de 1.271 empregos diretos

Do total do investimento, a participação do Estado no ano de 1978 foi de Cr\$ 45.000.000,00, mais Cr\$ 90.000.000,00 em financiamento com o BNDE, em que o Estado do Paraná participou como beneficiário, tendo como interveniente o BRDE.

9.2 Inversões para desenvolvimento econômico através do BADEP

De acordo com a política de fomento econômico do Governo, que deu ênfase especial ao apoio ao setor privado e ao fortalecimento do setor industrial, a ação financiadora do BADEP atingiu no ano de 1978 um montante de Cr\$ 5.095.674.000,00, participando o setor privado com 44% e o setor público com 56%.

Este investimento beneficiou 86 empresas no Estado, gerando aproximadamente 2.300 novos empregos.

Das operações ao setor privado, 68,4% destinaram-se ao Interior e 31,6% à Região Metropolitana.

A participação do Tesouro do Estado atingiu um montante de Cr\$ 54.590.000,00.

9.3 Banco do Estado do Paraná S/A

No ano de 1978 o BANESTADO obteve um incremento de Cr\$ 3.984.473.000,00 nos empréstimos totais, apresentando um crescimento de 94% em relação a 1977.

Na captação de depósito, o aumento foi de 53,7% em relação ao ano de 1977, alcançando um total de Cr\$ 6.300.000.000,00.

O Tesouro participou com recursos na ordem de Cr\$ 71.652.349,00, no ano de 1978.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1. COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL

1.1 Objetivos alcançados

- Estruturação e constituição do Cadastro Industrial do Estado, adotando-se a classificação base da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — FIBGE, a níveis homogêneos de unidade produtiva, para efeito de análises e conclusões sobre o Perfil do Setor Secundário do Estado do Paraná.
- Determinação do Universo Industrial em primeira aproximação, identificando-os por Ramos de Atividade/Microrregiões/Município.
- Criação de suporte básico para o acompanhamento periódico e sistemático da evolução do Setor Industrial do Estado.
- Levantamento de informações técnico-econômicas.

1.2 Programa do álcool

O Paraná conta atualmente com três destilarias autônomas de álcool em operação, quatro em fase de implantação, três em fase de financiamento e cinco em fase de aprovação e elaboração de projeto.

Com a concretização destes empreendimentos, o investimento total previsto ascende a Cr\$ 2.829.934,00, com geração aproximada de ICM na ordem de Cr\$ 97 milhões.

Cabe ressaltar a realização neste ano do 1.º Encontro Paranaense do Pro-álcool, que contou com representantes da Comissão Nacional do Alcool, do Conselho Nacional do Petróleo, do Instituto do Açúcar e do Alcool, do Banco do Brasil e empresários já engajados e potenciais.

1.3 Programa de industrialização da cevada

Com dois projetos já aprovados, o Paraná terá capacidade de processar um total de 100.000 toneladas/ano de cevada, com vistas ao mercado representado pelas companhias cervejeiras.

Conta ainda o Programa com investidores potenciais para acréscimo de 60.000 toneladas/ano de processamento de cevada.

Os investimentos previstos para as duas unidades são equivalentes a Cr\$ 400 milhões, representando 5.000 empregos diretos e indiretos, que beneficiarão as regiões de Guarapuava e Ponta Grossa.

1.4 Programa estadual de cimento

O Programa de Cimento contou este ano com a aprovação implícita do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI — devendo-se, portanto, evitar esforços no sentido de apresentar projetos concretos ao citado órgão.

A participação da Companhia de Minerais do Paraná — MINEROPAR na localização e dimensionamento de jazidas de calcáreo tem representado fator preponderante na atuação de investidores para o Programa.

1.5 Companhia de Distritos Industriais do Paraná — CDI/Pr.

O Programa de Cimento contou este ano com a aprovação implícita do atuação do Estado em áreas industriais culminou com a proposta de criação da Companhia de Distritos Industriais do Paraná — CDI/Pr.

A Companhia de Distritos Industriais do Paraná, após sua criação, representará papel preponderante na aceleração do processo de industrialização do Estado, através do apoio locacional aos investidores.

1.6 Outras atividades

— Setor Cimenteiro

Ingerência junto às empresas paranaenses quanto à substituição de óleo combustível por carvão mineral, através da promoção de reuniões com a Companhia Auxiliar de Empresas de Energia do Brasil — CAEEB

— Setor Triticola

Elaboração de documento sobre a "Política de Industrialização e Abastecimento de Trigo no Brasil", encaminhado à Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

Elaboração de documento propondo a inclusão da portaria "Súper-35", na nova legislação federal sobre industrialização de trigo no Brasil.

— Areas Industriais:

Coordenação estadual dos trabalhos referentes ao contrato de prestação de serviços MIC/SG/N.º 01/78, firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio — MIC, e a Associação Nacional de Entidades de Desenvolvimento Industrial — ANEDI.

— Setor Agroindustrial

Início de estudos visando estabelecer as características do atual parque agroindustrial do Estado.

— Projetos Regionais

Elaboração e encaminhamento de proposta à Diretoria Executiva do Projeto Noroeste do Estado, visando definir condições de exploração agrícola e industrialização da borracha e do álcool.

Participação no Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Ribeirão do Rato, parte integrante do Projeto Noroeste do Estado.

2. COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

2.1 Programa de Transferência de Tecnologia de Autodiagnose para Dirigentes Empresariais.

2.1.1 Objetivos alcançados:

1.º Ciclo de Cursos:	5 empresas	—	19 participantes
2.º Ciclo de Cursos:	7 empresas	—	27 participantes
	<hr/>		<hr/>
	12 empresas	—	46 participantes

2.1.2 Investimentos previstos/realizados:

Recursos SEIC	Cr\$	344.000,00
Outros	Cr\$	866.218,00
	<hr/>	<hr/>
TOTAL	Cr\$	1.210.218,00

2.1.3 Reflexos econômicos/sociais:

Capacitar empresários paranaenses de empresas grandes para decisões estratégicas e análises de alternativas econômicas de desenvolvimento empresarial e possibilitar fortalecimento da empresa paranaense, com a finalidade de evitar descompassos na sua evolução, originando, desta forma, novos empregos e maior contribuição na renda interna.

2.2 Programa de Assistência Gerencial a Empresas Industriais de Pequeno Porte

2.2.1 Objetivos alcançados

Atendidas 300 empresas com treinamento de 600 empresários.

2.2.2 Investimentos previstos/realizados:

Recursos SEIC	Cr\$	383.426,00
Outros	Cr\$	2.426.637,00
	<hr/>	<hr/>
TOTAL	Cr\$	2.810.063,00

2.2.3 Prazos:

Agosto a dezembro/1978

2.2.4 Reflexos econômicos/sociais

— Treinamento e assistência a pequenas empresas industriais das regiões de Londrina — Maringá — Ponta Grossa.

- Capacitação dos empresários pequenos para otimização de atividades industriais.
- Geração de novos empregos.
- Fixação da população próxima a cidades do interior.
- Melhor distribuição da renda.

2.3 Programa de Assistência Gerencial

2.3.1 Objetivos alcançado:

Treinamento de 500 empresários

2.3.2 Investimentos previstos/realizados

Recursos SEIC	Cr\$ 904.770,00
Outros	Cr\$ 5.034.600,00
TOTAL	Cr\$ 5.939.370,00

2.3.3 Reflexos econômicos/sociais

- Treinamento e assistência a pequenos empresários comerciais e industriais das regiões de Ponta Grossa — Londrina — Maringá — Pato Branco e Curitiba.
- Capacitação do empresário para administrar melhor sua empresa, gerar novos empregos e otimizar sua atividade empresarial.

2.4 NAI — Núcleo de Articulação com a Indústria para Substituição de Importação.

2.4.1 Objetivos alcançados:

- A SEIC/CDG ficou como coordenadora estadual do processo, com o apoio do BADEP (agente FINEP no Paraná) e Secretaria de Administração.
- Realização de encontro integrador com 23 órgãos da administração direta e indireta do Paraná, com 33 participantes, para estabelecer as formas de ação do Programa de Substituição de Importações para o Estado do Paraná.

2.4.2 Prazos:

O prazo de 1 ano foi cumprido em função dos objetivos propostos.

2.4.3 Reflexos econômicos/sociais:

- Dotar o parque industrial paranaense de recursos para adaptar produtos importados, com recursos da FINEP, para o Programa de Transferência de Tecnologia.
- Conseqüente aumento de oferta de produtos industrializados, fixação e geração de empregos e renda interna.

2.5 Plano Estadual de Comercialização

2.5.1 Objetivos alcançados:

- Início das fases prioritárias à operacionalização do projeto.
- Início do processo de conscientização à iniciativa privada, quanto à necessidade de atuação integrada com o governo.
- Integração entre secretarias e órgãos vinculados, pela assinatura do convênio intersecretarial, envolvendo a SEIC, SEPL, SEAG, SEFI, SETR e SEAD.

2.5.2 Investimentos previstos

Participação Estadual	13.145.836,00
Participação Min. Ind. e Comércio	10.000.000,00
TOTAL	23.145.836,00

2.5.3 Prazos:

Os prazos previstos para obtenção de resultados é de 1 ano, não obstante alguns programas apresentarem resultados parciais (trimestrais).

2.5.4 Reflexos econômicos/sociais:

- Aumento da capacidade de absorção de renda pelos empresários e/ou produtores pela adoção de tecnologias mais operacionais de comercialização.
- Incremento na arrecadação da Receita Tributária Estadual, pelo aumento do volume comercializado e, principalmente, por um controle mais efetivo que seja feito ao processo.

2.6 Sistema Indústria, Comércio e Serviços do Paraná — INCOSERV

2.6.1 Objetivos alcançados:

- Classificação das principais empresas por município, ramo de atividade, C.G.C., dados financeiros, etc.
- Identificação do potencial industrial e comercial do Estado.
- Localização das principais indústrias do Paraná.
- Conhecimento da produção paranaense de bens manufaturados.

2.6.2 Investimentos realizados:

— D.I.O.E.	Cr\$ 137.000,00
— E.B.C.T.	Cr\$ 210.000,00
— CELEPAR	Cr\$ 1.810.700,00
TOTAL	Cr\$ 2.157.700,00

2.6.3 Prazos:

- Elaborado e emitido anualmente.

2.6.4 Reflexos econômicos/sociais:

- O Sistema Indústria, Comércio e Serviços do Paraná — INCOSERV — constitui um documento de mais alta relevância, o que assegura uma fonte de consulta para todos os interessados, desde o pequeno empresário até os estudiosos do desempenho econômico do Estado que procuram informações substanciais e atualizadas.

3 PROGRAMA PARANAENSE DE EMPREGOS — PROP AE

Com a finalidade de obter recursos do Ministério do Trabalho para atender à implantação de um sistema de informações sobre o mercado de trabalho, a Secretaria de Indústria e do Comércio desenvolveu estudos para a criação do Programa Paranaense de Empregos — PROP AE.

Aprovado pelo Ministério do Trabalho, o PROP AE integrou-se ao Sistema Nacional de Emprego — SINE, programa já existente naquele Ministério.

3.1 Agências:

Todos os núcleos, agências e postos implantados nos pólos regionais possuem estrutura básica homogênea: setor de seleção e informação; setor de colocação interna e setor de pesquisas externas.

O Sistema possui os seguintes núcleos:

- Núcleo Microrregional de Curitiba:
 - Agência Central de Curitiba
 - Agência de Menores de Curitiba
 - Agência de Campo Largo
- Núcleo Microrregional de Ponta Grossa
- Núcleo Microrregional de Foz do Iguaçu
- Núcleo Microrregional de Maringá
- Núcleo Microrregional de Paranaguá
- Núcleo Microrregional de Londrina
- Núcleo Microrregional de União da Vitória.

3.3 Quadro dos Resultados de Intermediação

Recursos Humanos Atendidos	122.303
Vagas oferecidas pelas Empresas	75.752
Recursos Humanos encaminhados	82.038
Recursos Humanos colocados	50.056

4. COORDENADORIA DA AREA DO TRABALHO — CAT

4.1 Atividades de destaque:

Convênio com o Ministério do Trabalho, através do PIPMO.

Finalidade: Treinamento profissional.

Investimento: Cr\$ 2.297.687,00.

Resultado: 6.000 treinados.

Convênio com o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra.

Finalidade: Equipar a Unidade de Preparação de Mão-de-Obra de Francisco Beltrão.

Investimento: Cr\$ 1.800.000,00.

Resultado: A Unidade está em operacionalização.

Contrato de Comodato entre a C.A.T. — SEIC e o Instituto João XXIII, de Ponta Grossa.

Finalidade: Equipar uma oficina profissionalizante.

Investimento: Cr\$ 204.064,00.

Construção da Unidade de Preparação de Mão-de-Obra em Francisco Beltrão.

Área: 567 m².

Investimento do Estado: Cr\$ 2.029.136,00.

Construção da U.P.M.O. em Maringá.

Área: 764 m².

Investimento do Estado: Cf\$ 2.040.000,00.

Realização da 1.^a Festa do Barreado e 1.^o Festival de Artes e Tradições Populares do Litoral Paranaense.

Finalidade: Desenvolvimento de comunidades.

Investimento: Cr\$ 804.686,00 (Estado e Ministério do Trabalho).

Resultado: Maior entrosamento sócio-cultural do litoral com outras regiões do Estado.

Criação de Cooperativa de Artesanato do Litoral Paranaense.

Finalidade: Agrupar os artesãos do litoral paranaense para melhor organizar a produção e comercialização dos seus produtos bem como contribuir para a preservação do patrimônio cultural.

Minuta de Convênio a ser celebrado entre a SEIC e a Prefeitura de Arapongas, para operacionalização e manutenção de uma U.P.M.O.

Desenvolvimento de gestões junto à TERRACAP (Companhia Imobiliária de Brasília) com o objetivo de representar o Paraná, por seu artesanato tipicamente regional, na Galeria dos Estados, resultando na concessão da Loja n.^o 75 — Jornalista Costa Manso, daquela Galeria, bem como, gestões junto ao Centro de Artesanato de São Paulo para expor produtos da Cooperativa de Artesanato do Litoral Paranaense, naquele centro.

4.2 Treinados pela CAT em 1978:

- Artesanato: 1.043
 - Construção Civil: 3.994
 - Prestação de Serviços: 963
- T o t a l : 6.000

5. EMPRESA PARANAENSE DE TURISMO — PARANATUR

5.1 Administração dos Próprios da Empresa

5.1.1 Hotel Estância Santa Clara

Mantido sob administração direta até 31/08/78.

A partir de 1.º/09/78, foi arrendado à iniciativa particular, por licitação pública.

5.1.2 Hotel Cassino Foz do Iguaçu

Arrendado à iniciativa particular.

Foi executada pintura geral (interna e externa) das instalações.

5.1.3 Terminal Turístico e “Camping” de Matinhos

Administrado diretamente, teve seu início de operações em 30/01/78. Foram executadas obras de paisagismo e arborização.

5.1.4 Parque Estadual de Vila Velha

Administrado diretamente pela Empresa.

5.1.5 Parque Estadual do Monge

Administrado diretamente pela Empresa.

5.2 Fomento ao Turismo

5.2.1 Publicidade e Promoção:

Foi elaborado o Calendário de Eventos e foram confeccionados 40.000 “posters” de Foz do Iguaçu, Curitiba, Vila Velha e Litoral (10.000 de cada). Além disso, foram elaborados 280.000 folhetos em português e 80.000 em inglês, relativos a Foz do Iguaçu, Curitiba, Litoral e Guaira.

Deve-se destacar, também, a elaboração de 24 painéis de estrada e a participação em congressos e feiras.

5.2.2 Recursos Humanos:

Foram realizados cursos de guias e recepcionistas de:

Turismo	67 diplomados
Cursos para pessoal de hotelaria	236 diplomados

5.2.3 Estudos e Pesquisas

Perfil do Turista: Realizado em janeiro e fevereiro (Curitiba, Litoral, Lapa e Santa Clara) e em julho (Vila Velha, Foz do Iguaçu e Guaíra).

5.3 Investimentos — Obras

5.3.1 Parque Estadual de Vila Velha

Implantação da 1.ª fase do Plano Diretor de Vila Velha, atendendo às seguintes áreas:

- Sistema viário (parcialmente concluído)
- Palmeira dos Índios (concluído)
- Furnas (em conclusão)

5.3.2 Terminal Turístico e “Camping” de Guaratuba

Iniciadas e concluídas as obras.

5.3.3 Calçadão de Guaratuba

Iniciadas e concluídas as obras do 1.º trecho de 500 m.

5.3.4 Recuperação da Praia Mansa de Caiobá

Iniciadas e concluídas as obras de enrocamento de proteção e molhe de defesa.

5.4 Investimentos — Projetos

Iniciados e concluídos os seguintes projetos:

- Parque Turístico do Capivara (Primeiro de Maio)
- Parque Estadual do Monge (Lapa)
- Calçadão da Praia de Leste (Paranaguá)
- Postos de Informações dos Aeroportos (Foz do Iguaçu e Curitiba)

Concluídos os estudos preliminares:

- Centro de Cultura e Produtos do Litoral (Paranaguá)
- Visitação Turística do Canteiro de Obras de Itaipu (Foz do Iguaçu)

6. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — CENDI

O Centro de Desenvolvimento Industrial — CENDI — foi criado com o objetivo básico de identificar e promover novas oportunidades industriais e comerciais no Estado, a fim de despertar o interesse de investidores locais, nacionais e estrangeiros para implantação de novas iniciativas setoriais.

Abaixo, as atividades no ano de 1978:

6.1 Empresas com Instalação já Definida no Paraná

— N.º Total	5
— Em fase de definição de investimento	2
— Com investimento definidos	3

Dados consolidados dos investimentos já definidos:

— Investimento	Cr\$	522.500.000
— Faturamento anual	Cr\$	532.000.000
— Impostos anuais gerados	Cr\$	58.000.000
— N.º de novos empregos diretos		360

6.2 Empresas e Projetos em Estágio de Negociação para Implantação no Paraná

— N.º Total	11
— Em fase de definição de investimento	3
— Com investimentos definidos	8

Dados consolidados dos investimentos em estágio de negociação:

— Investimentos	Cr\$	9.900.000.000
— Faturamento anual	Cr\$	10.655.000.000
— Impostos anuais gerados	Cr\$	1.107.000.000
— N.º de novos empregos diretos		2.970

6.3 Número de Contatos Efetuados pelo CENDI

	Transf. Associação	Investim. Diretos	Outras Finalid.	Total
	Tecnologia			
Empresas Paranaenses	25	29	48	131
Empresas de Outros Estados	10	73	25	545
Empresas Estrangeiras	46	17	84	171
Órgãos — Governo Nacional	—	—	174	174
Órgãos — Governo Estrangeiro	—	12	62	74
T o t a l	81	131	393	1.095

7. INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, pela Lei n.º 7.056, de 4/12/78, foi transformado em empresa pública, sob a denominação de Instituto de Tecnologia do Paraná.

Durante o exercício de 1978 e ainda como autarquia, desenvolveu as atividades:

7.1 Atividades Técnicas

— Exames bacteriológicos	3.325
— Exames sorológicos	6.510
— Exames virológicos	514
— Exames micológicos	94
— Exames histopatológicos	348
— Exames e análises de rações	4.266
— Repiques de bacterioteca e micoteca	6.220
— Necrópsias realizadas	519
— Análise de defensivos agrícolas	133
— Análise de produtos químicos e reativos	43
— Análise de sementes	37.986
— Análise de solos	6.783
— Análise de adubos	1.916
— Exames parasitológicos	172
— Granulometria	1.895
— Dosagem de proteína e/ou nitrogênio	1.310
— Outros exames e análises	443
— Consultas atendidas	768
— Análises periciais	25
— Determinação de matéria orgânica e/ou carbono	1.507
— Produtos alimentícios	559
— Produtos industriais	62
— Produtos vegetais	177
— Bebidas	84
— Determinação de ácido ascórbico	56
— Determinação de corantes	36
— Determinação de flúor	73
— Determinação de iodo	24
— Determinação de ácidos graxos	10
— Formulações de pesticidas	1.208
— Determinações de testes físicos nas formulações	569
— Antibiograma	18
— Determinação de ácido benzóico	56
— Preparo de minérios (moagem) p/análise química	58
— PRNT	49
— Ensaio tecnológicos completos	10
— Testes de queima 1.100 — 1.150 oC	3
— NPR	7
— Exames não parasitários	47
T O T A L	77.883

7.2 Produtos Elaborados

Vacina anti-rábica (doses)	4.700.000
Vacina contra peste suína (doses)	85.040
Vacina autógena (doses)	28

Antígeno para brucelose (doses)	96.285
Antígeno para leptospirose (ml)	36.471
Conjuntado para raiva (ml)	6.130
Químicos e reativos (g)	45.500
Químicos e reativos (ml)	87.000
Produção de CCN (tubos)	200
Preparação de soro hiperimune (ml)	150

7.3 Produção de Biotério

Camundongos	Produzidos	1.125.503
	Utilizados	901.174
Ratos	Produzidos	10.217
	Utilizados	2.547
Cobaias	Produzidos	2.129
	Utilizados	844
Coelhos	Produzidos	951
	Utilizados	414
T o t a l	Produzidos	1.138.800
	Utilizados	904.979

7.4 Atividades de Pesquisa, Aperfeiçoamento e Pós-Graduação

Trabalhos publicados	7
Trabalhos a serem publicados	26
Trabalhos em andamento	14
Teses defendidas (Mestrado-Doutorado)	8
Trabalhos apresentados em congressos	9
Participação em simpósios, congressos e seminários	46
Cursos e estágios	8
Cursos realizados pelo I.B.P.T.	9

8. INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ -IPEM

8.1 Aferições de Instrumentos

8.1.1 Massa

Pesos e contrapesos	47.319
Balanças em geral (desde as de precisão até as rodoviárias) ..	2.935
T o t a l	50.254

8.1.2 Comprimento

Metros	7.849
Trenas	11
Taxímetros	6.011
T o t a l	13.871

8.1.3 Volume

Medidas de volume	1.721
Bombas e medidores	6.691
Caminhões tanque	1.233
Caminhões carga sólida	3.188

8.1.4 Outros

Aparelhos automáticos para embalagem de café, manômetros, termômetros, densímetros, etc.	2.292
Total de Aferições	121.946

8.1.5 Fiscalização de Mercadorias Acondicionadas

Produtos fiscalizados	2.018
Unidades fiscalizadas	18.340

Neste período foram homologados 148 AUTOS DE INFRAÇÃO, interditados 402 instrumentos e apreendidos 580.

8.1.6 Arrecadação:

Sobre instrumentos aferidos	Cr\$ 22.844.819,20
Autos de infração	Cr\$ 296.046,30
Outros (certificados, etc.)	Cr\$ 270.292,01
T o t a l	Cr\$ 23.411.157,51

9. MINERAIS DO PARANÁ S/A — MINEROPAR

Constituída em 20/03/78, foi instalada em 19/05/78.

9.1 Objetivos Alcançados:

Reunião de estudos e trabalhos, mediante contactação de técnicos com o Departamento Nacional de Produção Mineral (D.N.P.M.), Instituto de Terras e Cartografia, Divisão de Levantamentos do Exército — Ministério do Exército (Ponta Grossa).

9.2 Desenvolvimento de Projetos

Calcário — reconhecimento e levantamento de superfície de calcário para cimento. Início: julho de 1978; término previsto: março de 1979.

Cobre — reconhecimento de superfície, iniciado em novembro. Paralelamente, está em desenvolvimento uma pesquisa da situação legal de todas as áreas promissoras. Em dezembro, técnicos estagiaram na Companhia Brasileira de Cobre, em Caçapava do Sul, visando o desenvolvimento de um projeto conjunto MINEROPAR — Caraíba Metais.

Chumbo — procedimento de alguns reconhecimentos de campo.

Talco — feito estudo de caráter informativo. Projeto em elaboração para definição da possança das jazidas.

Granitos — em andamento, amostragem e levantamento de superfície de corpos graníticos com possibilidade de exploração, em fase final de execução.

Rochas Alcalinas — trabalho de reconhecimento com amostragem para geoquímica, visando definir possibilidade de aproveitamento, bem como situação legal das mesmas. Trabalho iniciado em setembro de 1978, devido à complexidade geológica e petrográfica; não há data para o término do mesmo.

Carvão — em estudo com várias entidades oficiais e particulares a elaboração de um projeto de integração de dados de todos os trabalhos já executados para se definir as áreas prioritárias favoráveis ao desenvolvimento de uma prospecção efetiva.

Trabalhos iniciais de campo, desenvolvidos nos municípios de:

CERRO AZUL: calcário para cimento, calcário, cobre.

ALMIRANTE TAMANDARÉ: calcário para cimento.

BOCAIÚVA DO SUL: granitos, mármore, cobre.

ADRIANÓPOLIS: calcário para cimento, cobre.

PONTA GROSSA: talco, calcário para cimento.

CASTRO: talco, fluorita, feldspato, calcário para cimento.

JAGUARIAÍVA: fluorita, feldspato.

ANTONINA: chumbo, talco.

MORRETES: chumbo, talco.

RIO BRANCO DO SUL: calcário para cimento, talco.

CAMPO LARGO: calcário para cimento.

PIÊN: reconhecimento de rochas ultrabásicas.

Requerimentos protocolados junto ao D.N.P.M. para obtenção das áreas próprias:

6 requerimentos para calcário

Municípios: Sengés, Cerro Azul, Adrianópolis.

1 requerimento para zinco e chumbo

Município: Adrianópolis.

1 requerimento para chumbo

Município: Adrianópolis.

Mantidos contatos com 4 detentores de áreas em condições regulamentares perante o D.N.P.M., visando a associação de interesses sobre as mesmas.

INTERIOR — TELECOMUNICAÇÕES

1. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1.1. Ampliação dos Serviços Telefônicos de Curitiba

Com a ativação das Centrais de Santa Felicidade e de Campo Largo foram concluídos os trabalhos da II Etapa de Ampliação de Curitiba.

Com esta etapa, a capacidade estabelecida na Capital foi ampliada de 55.550 terminais.

1.2. Investimentos Efetuados

O investimento no exercício de 1978 foi da ordem de Cr\$ 1.394.106.000,00, beneficiando uma população de 48 cidades paranaenses.

1.3. Automatização do Sistema

O aumento da capacidade da Rede de Microondas e ampliação das centrais de trânsito levou a discagem direta a distância a mais 59 sedes municipais, totalizando assim 127 localidades atendidas com esse tipo de serviço.

Ainda com relação ao Sistema Básico Interurbano, em 1978 foram integradas ao sistema mais 60 cidades em DDI, totalizando 80 localidades do Estado em código de área, inscritas no Sistema Nacional de Discagem Direta Internacional.

É de se destacar que de todas as cidades do País atendidas em DDI, 11,5% são paranaenses.

1.4. Canais X Km

Com a ampliação da Rede de Microondas do Estado, o crescimento de canais X Km do Sistema Básico elevou-se de 744.214 canais X Km para um total de 1.658.083 X Km; com isso foram melhoradas sensivelmente as comunicações interurbanas.

1.5. Troncos

No exercício de 1978 foram instalados 4.689 novos troncos interurbanos, elevando o potencial da companhia para 14.209 unidades.

1.6. Ligações Interurbanas

O volume de ligações interurbanas completadas alcançou a marca de 45.912.000, representando 3.826.000 ligações interurbanas por mês.

1.7 Síntese dos Resultados Obtidos

O quadro abaixo resume a expansão dos serviços executados pela TELEPAR.

Discriminação

Cidades integradas no Sistema Estadual de Telecomunicações	
— Municípios	290
— Distritos	124
Obras concluídas, sistemas urbanos e interurbanos, instalações de rede monocal:	
Número de centrais em DDI	80
Número de centrais em DDD	127
Número de centrais em DDO	34
Serviços em IU Manual	26
Número de PS — IU	186
Número de terminais instalados	27.224
Número de terminais existentes acumulados	228.091
Número de troncos existentes acumulados	14.209
Número de canais X Km acumulados	1.658.083
Número de ligações interurbanas completadas	45.912.000
Aparelhos telefônicos a serviço por 100 habitantes	
— Na Capital	17,60
— No Interior	2,07
— No Estado	3,53

INTERIOR — SANEAMENTO BASICO

1. CONSIDERAÇÕES

O Governo do Estado do Paraná, através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, intensificou no ano de 1978 o seu Plano de Ação no campo do abastecimento de água e de coleta e remoção de esgotos sanitários.

Antecipando a meta preconizada pelo PLANASA, que tem como objetivo atender a 80% da população urbana brasileira, a SANEPAR atingiu índices superiores a 85% no Estado do Paraná.

2. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

O Plano Anual de Trabalho de 1978 da SANEPAR assinalou a assinatura de um grande número de contratos para execução de projetos técnicos, im-

plantação de novos sistemas de abastecimento de água, coleta e remoção de esgotos sanitários e ampliação de inúmeros sistemas existentes na Capital e no Interior.

2.1.1. Contrato de Projetos, Obras e Serviços

Durante o exercício de 1978 a SANEPAR celebrou 209 contratos com firmas, no valor de Cr\$ 381.215.000,00.

2.2. Contratos de Financiamento BNH/FAE/PR.

No decorrer de 1978 foram assinados contratos de financiamento com o BNH para execução de obras, no valor de Cr\$ 1.379.867.000,00.

2.3. Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotos Sanitários

2.3.1 Abastecimento de Água

De acordo com as metas estabelecidas pelo PLANASA/PR, durante o exercício de 1978 foram iniciadas 63 obras, com um investimento previsto de Cr\$ 771.681.000,00.

2.3.2 Obras Concluídas de Água

Foram concluídas 25 obras, no valor de Cr\$ 140.117.000,00.

2.3.3 Sistema de Coleta de Esgotos

a) — Obras iniciadas em 1978

Foram iniciadas 7 obras de Coleta e Remoção de Esgotos, com investimento previsto de Cr\$ 160.203.000,00.

b) — Obras concluídas em 1978

Foram concluídas 4, no valor de Cr\$ 91.859.000,00.

3. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTOS DE CURITIBA

Em 1978, foram implantados 500 quilômetros de rede coletora e atendidas 30.000 economias. Foram implantados 75% dos interceptores e coletores-tronco, com diâmetros variáveis entre 400 e 2.000mm.

4. EVOLUÇÃO DAS REDES DE AGUA

O programa de ampliação das redes de abastecimento de água possibilitou implantar 1.794 quilômetros de rede de distribuição de água.

5. LIGAÇÕES DE AGUA E ESGOTO

A SANEPAR realizou 73.174 ligações de água em economias e 18.815 ligações de esgoto.



6. BARRAGEM DE PIRAQUARA

O Governo do Estado, preocupado com a demanda de água na Região Metropolitana de Curitiba e visando garantir o abastecimento nas épocas críticas de estiagens, está construindo a Barragem de Piraquara, com um investimento previsto de Cr\$ 200.000.000,00.

7. ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS

Também consta do Plano Diretor da Região Metropolitana a Estação de Tratamento de Esgoto. Está com o seu andamento acelerado, sendo prevista a conclusão para início de 1979. Seu investimento é de Cr\$ 250.000.000,00.

8. SITUAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE AGUA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

Em dezembro de 1978, o abastecimento de água potável à população urbana do Estado apresentava o seguinte quadro:

— Das 290 sedes municipais, 242 são abastecidas por água potável.

— A SANEPAR atende com rede de água 145 sedes. As demais são atendidas por entidades municipais.

Considerando as cidades sedes municipais e outras cidades, a SANEPAR opera 176, beneficiando com água potável uma população de cerca de 2.350.000 habitantes.

9. EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em Assembléia Geral realizada em 1978 foi aumentado o capital social em Cr\$ 516.828.000,00.

A título de ilustração, o capital da SANEPAR em janeiro de 1975 era de Cr\$ 199.408.000,00; com os aumentos dos demais exercícios, inclusive o de 1978, atingiu o montante de Cr\$ 1.337.120.000,00, que é o capital atual.

INTERIOR — RADIODIFUSAO

1. CONSIDERAÇÕES

A RADIPAR, criada com a finalidade de atender as regiões mais carentes no sistema de difusão do som e da imagem, desenvolveu no exercício de 1978, uma série de atividades, principalmente com a implantação da Rede Estadual de Repetidoras com VHF e Retransmissoras de Sinais de TV em UHF nas regiões sul-sudeste e norte pioneiro, abrangendo 32 municípios.

2. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

2.1. Repetições de TV em UHF e Retransmissão de TV em VHF

2.1.1 — Região Sul-Sudeste

Foram instalados os equipamentos translatores a transmissores e foi colocada em funcionamento a rota sul e sudeste para o Estado, atendendo 19 Municípios, totalizando 325.000 habitantes.

Os municípios beneficiados com a implantação do Sistema foram os seguintes: Lapa, Campo do Tenente, Quitandinha, Rebouças, Irati, S. João do Triunfo, União da Vitória, Mallet, Rio Azul, Bituruna, Cruz Machado, Imbituva, Teixeira Soares, Prudentópolis, Paulo Frontin, Paula Freitas, Porto Vitória, Clevelândia e Palmas.

2.2. Repetição de TV em UHF e Retransmissão de TV em VHF.

2.2.1 — Região Norte Pioneiro

Os trabalhos de implantação da Rede Norte Pioneiro já foram concluídos, compreendendo um sistema de repetição em UHF e retransmissão em VHF de sinais de TV, a partir de Curitiba até Siqueira Campos.

2.2.2 — Municípios Atendidos

Atingindo uma população de 265.000 habitantes, os municípios beneficiados foram: Rio Branco do Sul, Jaguariaíva, Arapoti, Sengés, Wenceslau Braz, S. José da Boa Vista, Joaquim Távora, Quatiguá, Siqueira Campos, Guapirama, Pinhalão, Jaboti, Conselheiro Mayrinck, Salto do Itararé, Tomazina, Santana do Itararé, Bocaiúva do Sul e Cerro Azul.

TRANSPORTES

1. COORDENAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS ESTADUAIS DE TRANSPORTES

Foram concluídos os estudos relativos ao Plano Diretor de Pesagem, com a definição de 12 Postos Fixos e 33 Postos Móveis, que deverão controlar 4.314 km da rede pavimentada, o que equivale a 85% do total de rodovias estaduais pavimentadas, em 15 de março de 1979.

O Estudo de Engenharia visando a Redução de Acidentes nas Rodovias do Paraná desenvolveu-se durante o exercício, tendo sido analisados mais de 9.000 boletins de acidentes ocorridos em 1976 e 1977 e vistoriados cerca de 3.177 km de rodovias pavimentadas, objetivando a proposição de melhorias a curto e médio prazo nos pontos negros ou de conflitos. Complementarmente, foram desenvolvidos cursos de reciclagem para o policiamento rodoviário, foi analisada a legislação federal pertinente e estudada a organização do setor de engenharia correspondente, estando em fase final a elaboração do sistema de processamento e análise de acidentes a ser implantado no DER.

Foi efetuada a Avaliação Econômica de 2.324,6 km de Rodovias Alimentadoras, das quais foram apresentadas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento 1.695,6 km de rodovias em pavimento de baixo custo e 92,3 km de rodovias com revestimento primário, compreendendo trechos distribuídos em todas as regiões do Estado. Esse estudo constitui o segundo grande programa de Rodovias Alimentadoras do Estado submetido ao BID para efeito de financiamento de construção.

Foi desenvolvida a Avaliação Técnico-Econômica do Plano Diretor de Rodovias Vicinais, num total de 1.058,5 km composto por 44 trechos. Esse estudo foi apresentado para análise ao DNER/BNDE/BIRD, que possuem programa de financiamento para construção e revestimento primário de rodovias vicinais com baixo volume de tráfego.

Foi elaborado para o DNER um trabalho de Classificação Funcional do Sistema Rodoviário do Paraná. A classificação consistiu no processo de agrupar as rodovias em sistemas e classes, de acordo, principalmente, com o tipo de tráfego — interestadual, intra-estadual, intermunicipal, local — com o tráfego médio diário, com a velocidade média de operação, com a extensão média das viagens e com a população das cidades interligadas.

Foram desenvolvidos estudos, em colaboração com a Secretaria da Indústria e do Comércio, para a elaboração do Plano Estadual de Comercialização — Planec, que culminaram com a celebração de Convênio Intersecretarial, no qual a SETR participará em 1979 com o desenvolvimento e implantação do Sistema de Rotas de Menor Custo Operacional.

A unidade coordenou e participou da revisão anual do Plano Rodoviário Estadual bem como da elaboração do Mapa Rodoviário para o relatório do período 1975 — 1979.

Como prosseguimento à definição do Plano Hidroviário do Paraná, foram apresentados estudos iniciais à Administração da Hidrovia do Paraná-Portobrás, que, em consequência das gestões desenvolvidas, fez incluir na Rede Hidroviária do Brasil os rios Ivaí e Piquiri e desenvolverá estudos para a Integração Hidroviária — Ferroviária — Paraná. Foi ainda efetuado levantamento completo de dados sobre as bacias de inundação de todas as obras de aproveitamento energético executadas, em execução e em fase de projeto final nos rios Paraná, Paranapanema e Iguaçu.

2. COORDENAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES

2.1 “Prosafras”

O Programa Especial de Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento das Safras (PROSAFRAS), o qual compreende o auxílio que o Estado contempla as Prefeituras Municipais para serviços de revestimento primário e pequenas melhorias, inclusive pontes em rodovias municipais, atingiu em 1978 um atendimento a 187 municípios, tendo sido executados 3.689 km de rodovias, no período. Para este programa o Estado prestou auxílio aos Municípios no montante de Cr\$ 30.510.000,00 no ano de 1978.

2.2 “Prodopar”

O Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná — PRODOPAR irá proporcionar a execução de revestimento primário e melhorias em 470 km de estradas intermunicipais, assim como a construção de 200 m de pontes e abertura de 100 km de acessos.

Considerando-se que os recursos federais foram repassados à Secretaria de Estado dos Transportes na 2.ª quinzena de novembro, os serviços e obras acima citados estarão concluídos no mês de maio de 1979, conforme convênios já autorizados e assinados pelos Senhores Prefeitos Municipais dos Municípios integrantes do Programa, no valor de Cr\$ 10.000.000,00.

Este Programa, iniciado em 1977, proporcionará aos usuários, até maio de 1979, a extensão de 853 km de rodovias intermunicipais revestidas e melhoradas, bem como a execução de 464 metros de pontes e a abertura de 100 km de acessos.

Tivemos no período 77/78 uma aplicação de recursos no montante de Cr\$ 13.300.000,00.

2.3 Minter — Prosafras

Este Programa, iniciado em agosto, executou até 31/12/78, através do Convênio — MINTER — SUDESUL — ESTADO DO PARANÁ — PROGRAMA ESTIAGEM — PROSAFRAS, o revestimento primário e melhorias em 2.803 km de rodovias municipais e intermunicipais e a construção de 137 pontes.

Participa deste Programa o número expressivo de 179 municípios, perfazendo a extensão de 4.229,4 km de rodovias municipais revestidas e melhoradas e a execução de 319 pontes. Para a execução destes serviços e obras, foram destinados recursos federais no valor de Cr\$ 45.952.000,00. Destes recursos foi compromissada a percentagem de 99,5% com a assinatura de 255 convênios, sendo que em 1978, no período de agosto a dezembro, foram concluídos serviços referentes a 115 convênios.

A fiscalização dos serviços dos referidos programas está a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem.

3. DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COMERCIAL

Foi concluído o Plano Diretor de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros, cujo objetivo é a remodelação dos serviços de transporte coletivo, no intuito de aperfeiçoar a estrutura existente para atendimento da crescente demanda, maximizando a produtividade e o rendimento destes serviços, prestados pelas empresas concessionárias, em benefício dos usuários. Em 1978, cerca de 81 milhões de passageiros foram transportados através de 841 linhas pertencentes a 56 empresas do setor. A implantação do modelo preconizado no plano exige, para seu desenvolvimento, sistema de processamento eletrônico de dados, que permitirá também avaliar os resultados visados no referido trabalho.

4. SETOR AEROPORTUARIO

Em 1978, a construção e pavimentação de aeroportos da classe pertencente ao sistema de terceiro nível (alimentador) teve significativa evolução, pois conseguiu concluir a execução dos seguintes aeródromos: — Umuarama, União da Vitória, Campo Mourão, Guarapuava, Jacarezinho, Balsa Nova, além da ampliação do aeroporto de Londrina em mais 500 m, elevando o número de aeroportos pavimentados no Estado de quatorze (existentes em 1977) para vinte.

Foi ainda iniciada a construção dos aeroportos de Paranaguá e Cornélio Procopio, os quais deverão ter sua pavimentação concluída até março de 1979.

5. ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA

5.1 Movimentação de Mercadorias

A movimentação de mercadorias pelo Porto de Paranaguá e Antonina apresentou as seguintes cifras:

Cargas	1977	1978	Variação %
Carga Geral	452.613	336.105	— 26
Granéis Sólidos	5.055.743	3.893.936	— 23
Granéis Líquidos	1.443.392	2.429.137	+ 68
(No Porto de Antonina)	64.290	41.157	— 36
Total da Movimentação	7.016.038	6.700.335	— 4

5.2 Receita Cambial

O comportamento da receita cambial auferida com as exportações pelo Porto em 1978 difere substancialmente da verificada no ano anterior.

Enquanto naquele ano, o café em grão responsabilizou-se por cerca de 43% da receita gerada, neste exercício a sua participação resumiu-se a aproximadamente 11%, percentual esse que bem reflete a atual situação do comércio cafeeiro do Paraná e, especialmente, de Paranaguá.

Os farelos (48%) e óleos vegetais (15%) foram os produtos mais significativos da pauta de exportação em termos de divisas, seguindo-se o café, produtos industrializados, soja e madeira.

Com um decréscimo em torno de um bilhão de dólares da receita cambial, em relação a 1977, o Porto de Paranaguá retratou a difícil situação da economia brasileira em 1978, provocada, em sua essência, pela frustração de sua agricultura, que, além de enfrentar dificuldades inúmeras para sustentação de seus preços no mercado internacional, foi prejudicada com a adversidade climática ocorrida.

6. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

A ação do Departamento de Estradas de Rodagem na consecução de seu programa foi norteada no sentido de alcançar as metas estabelecidas pelo governo para o período 1975/1979.

A agilização do setor de licitações, dando continuidade à implantação da nova estrutura, permitiu ampliar também a produtividade do sistema de contratações, realizando no exercício 59 licitações, que chegaram a um valor global de Cr\$ 3.062.905.000,00.

Estão em fase final de licitação os trabalhos de consultoria — Assistência Técnica ao Programa de Manutenção Rodoviária — com objetivo de aprimoramento da ação administrativa e operacional dos setores de Manutenção Rodoviária, inclusive treinamento do pessoal da área e estudo da delegação dos trechos da rede federal no Paraná ao DER/PR. Os trabalhos serão financiados parcialmente pelo BIRD.

Foi concluído o Plano Diretor de Construção Rodoviária para a Região Sul, elaborado pelo DNER em convênio com o DER, que analisou a viabilidade e a prioridade de pavimentação de 13.700 km de rodovias no Estado do Paraná.

Dando continuidade ao programa de pesquisas de tráfego, foram realizadas neste ano contagens em 128 postos distribuídos ao longo de 13 ro-

dovias federais e 40 estaduais. Foi cumprido um cronograma que terá sua seqüência até o ano de 1980 visando um estudo completo da evolução do tráfego nas principais rodovias do Estado. Foram executadas também 3 pesquisas de origem e destino para atender ao Plano de Comercialização do Estado do Paraná.

A fim de atender à manutenção da Rede Rodoviária, pressionada por crescente demanda de tráfego, deu-se prosseguimento ao Programa de Reequipamento do Departamento de Estradas de Rodagem, com investimento de Cr\$ 33.000.000,00, utilizados na aquisição de 15 caminhões, 50 rolos compactadores, 11 tratores e pás-carregadeiras (pneu) e 145 unidades auxiliares.

A aplicação de recursos na área de projetos e obras foi de 4 milhões e 100 mil cruzeiros, superior em 83% à aplicação feita em 1977.

Na área de estudos e projetos, foram concluídos 831 km de projetos de rodovias e 4.412 m de obras de arte especiais; além disso, há projetos em andamento correspondentes a 1.792 km de rodovias e 180 m de obras de arte especiais, bem como, 1.437 km em fase de licitação.

A Rede Rodoviária Pavimentada de Manutenção a cargo do DER atingiu em 1978 uma extensão de 5.793 km de rodovias devido ao incremento de rodovias pavimentadas concluídas nesse exercício, cuja conservação exige aplicação de equipamento adequado e utilização intensiva de mão-de-obra, prevendo-se a contratação do pessoal necessário na ordem de 350 servidores, o que deverá ser concretizado em 1979.

No programa de implantação básica, melhoramentos e revestimento primário, foram concluídos 223 km de rodovias, além de estarem em andamento 264 km.

O atingimento de níveis críticos de desgaste nos pavimentos das rodovias sob responsabilidade do Estado determinou a necessidade da implementação de um Programa de Recapeamento que proporcionou a melhoria das condições de trafegabilidade em 177 km da malha rodoviária estadual, além de estarem em execução mais 211 km.

Foram totalmente concluídos no exercício 1.802 km de pavimentação, distribuídos em rodovias tronco e alimentadoras, cabendo salientar que ainda se deve adicionar aos mesmos 1.055 km de pavimentação, que deverão ser concluídos até 15/03/79, perfazendo neste período governamental um total de 4.342 km, dos quais 4.167 km de rodovias estaduais e 175 km construídos pelo governo estadual por delegação do DNER, sendo que ainda ficarão em execução 1.294 km do atual Programa Rodoviário Estadual.

6.1 Resumo Geral

Período: 15/03/75 — 15/03/79

Pavimentação	km
Obras concluídas no exercício de 1975	30,16
Obras concluídas no exercício de 1976	576,50
Obras concluídas no exercício de 1977	877,98

Obras concluídas no exercício de 1978:	
— Programa Geral	1.100,86
— Programa BID	701,05
	<hr/>
Subtotal	1.801,91

Obras a concluir entre 1.º/01/79 e 15/03/79:

— Programa Geral	653,34
— Programa BID	402,40
	<hr/>
Subtotal	1.055,74
	<hr/>
TOTAL	4.342,29
	<hr/>

Obras que estarão em execução em 15/03/79:

— Programa Geral	949,63
— Programa BID	343,90
	<hr/>
TOTAL	1.293,53
	<hr/>

6.2 Rodovias pavimentadas concluídas em 1978

— Programa Geral —

Código	Trecho	Extensão (km)
Acesso	BR-277 — Paranaguá	2,80
PR-082	Eng.º Beltrão — Quinta do Sol	15,20
PR-090	Assaí — S. Jerônimo da Serra (+ acessos)	50,98
PR-540	PR-170 — Samambaia — Vitória — Cachoeira	13,70
PR-T-280	BR-153 — Palmas (Incl. Acesso a Palmas)	70,10
PR-317	St.º Inácio — Pt.º Santo Inácio (+ acessos)	15,05
PR-340	Guaraci — Centenário do Sul (+ acessos)	18,78
PR-364	Terra Roxa — Palotina — Assis Chateaubriand	80,16
PR-239	Assis Chateaubriand — Jesuíta — Nova Aurora - BR-369	47,98
PR-412	Praia de Leste — Pontal do Sul	18,80
PR-460	Guarapuava — Rio Bonito	52,20
PR-465	Peabiru — Araruna (Incl. acessos)	15,87
PR-478	Loanda — S. Pedro do Paraná — Porto Rico	25,70
Acesso	A Mirasselva	5,20
PR-487	Terra Roxa do Oeste — BR-272	12,00
Acesso	A Ortigueira	1,60
Acesso	A Colônia Witmarsum	7,20
Acesso	A S. Sebastião da Amoreira	4,70
Acesso	PR-082 — Fênix	2,10

PR-239	Mal. Cândido Rondon — Vila Nova	38,00
Acesso	PR-090 — Sta. Cecília do Pavão	1,10
PR-180	Fc.º Beltrão — Dois Vizinhos — Quedas do Iguaçu — BR-277	149,72
PR-469	Pato Branco — Itapejara do Oeste	34,51
Acesso	A Conselheiro Mairinck	2,30
PR-463	Paranacity — Santo Inácio	41,1
PR-340	Centenário do Sul — Santo Inácio	25,15
PR-180	Nova Aurora — IV Centenário	39,12
PR-218	S. Sebastião da Amoreira — Nova Fátima	29,50
PR-218	Nova Fátima — Rib. do Pinhal (+ acessos)	24,36
PR-439	Rib. do Pinhal-St.º Ant.º Platina (+ acessos)	38,21
Acesso	Alto Paraná — Maristela — Sumaré	4,20
PR-488	Céu Azul — Vera Cruz (+ acessos)	15,36
	Ligação Santa Izabel — Realeza	6,22
	Ampere — Realeza	17,75
Acesso	Acesso à Usina Mourão	6,00
	Acesso à União da Vitória	7,00
	Palmas — Pato Branco	92,72
	Acesso a Nova Santa Rosa	12,00
	BR-369 — Ubitatã	3,74
	Acesso a Paranapoema	5,84
Acesso	Bandeirantes	3,00
Acesso	Sta. Bárbara — Leópolis — Copasa	1,45
PR-461	Lobato — PR-458	6,00
	Acesso Aerop. União da Vitória	3,00
	Acesso Clevelândia	2,00
Acesso	BR-277 — São José dos Pinhais	5,20
PR-421	Contorno Sul de Curitiba — Araucária	6,40
Acesso	Castro — Castrolândia	7,40
Acesso	A Jaboti	5,20
	Ligação BR-116 — BR-476 (Trat. antipó)	3,20
Acesso	São Pedro do Ivaí	0,80
Acesso	A Universidade de Londrina	3,19
	TOTAL	1.100,86

6.3 Rodovias pavimentadas concluídas em 1978

— Programa BID —

Código	Trecho	Extensão (km)
PR-459	Japurá — São Tomé — PR-082	13,86
PR-082	Entroncamento — Fênix — Quinta do Sol	33,0
PR-180	Guaporema — Rondon	12,40
PR-549	Marilena — Nova Londrina	7,60

PR-090	Alvorada do Sul — PR-170	20,12
PR-543	Cafeara — Lupionópolis (+ acessos)	10,80
PR-340	St.º Inácio — Jardim Olinda (+ acessos)	42,74
PR-552	Mandaguacu — Ourizona — São Jorge	28,06
PR-218	Nova Esperança — Atalaia — Flórida	30,50
PR-458	Flórida — Santa Fé — Guaraci (+ acessos)	44,07
PR-281	Sta. Isabel — Salto do Lontra	19,49
PR-281	São João — Chopinzinho — BR-373	43,91
PR-317	Jesuíta — Formosa do Oeste	14,71
PR-435	Ibaiti — Rio do Peixe — Congonhinhas	59,53
PR-442	Uraí — Rancho Alegre	22,40
PR-480	Umuarama — Xambrê	21,10
PR-239	Ubiratã — Campina da Lagoa	18,30
Acesso	Pinhalão — Japira	1,96
PR-T-272	Ibaiti — Tomazina	27,00
PR-422	Tomazina — Wenceslau Braz	22,16
PR-281	São Jorge — São João	27,22
PR-436	Rib. do Pinhal — Bandeirantes	45,13
PR-457	Bom Sucesso — Entroncamento	31,60
PR-T-466	Manoel Ribas — Subestação de Furnas	11,60
PR-443	Rancho Alegre — Mairiporã	12,90
PR-082/480	Tapira — Cidade Gaúcha — Rondon	38,07
PR-549	Dr. Camargo — Ivatuba — Floresta — Itambé	40,82
TOTAL		701,05

6.4 Obras de pavimentação a concluir entre 1.º/01/79 e 15/03/79

— Programa Geral —

Código	Trecho	Extensão (km)
PR-170	Ivaiporã — Subestação de Furnas	27,7
PR-182	Santa Tereza — Cap. Leônidas Marques	32,3
PR-182	Santa Tereza — Cap. Leônidas Marques	35,5
PR-182	Nova Londrina — Itaúna do Sul — Diamante do Norte	23,4
PR-T-163	Rio Capanema — Capanema	26,89
PR-317	Iguaçu — Santa Fé	21,6
PR-T-369	Barbosa Ferraz — Fênix	12,8
PR-460	Pitanga — Rio Bonito	33,7
PR-471	PR-180 — Enéas Marques	9,20
PR-471	Catanduvas — BR-277	12,0
PR-317	Toledo — Assis Chateaubriand	18,5
PR-483	Realeza — Rio Capanema	11,97
PR-317	Toledo — Assis Chateaubriand	20,5
PR-510	Campo Largo — Bateias	12,9
PR-559	S. Carlos do Ivaí — Paraíso do Norte	17,3

Acesso	A Munhoz de Mello	8,25
PR-T-369	Bom Sucesso — Jandaia do Sul	20,10
PR-468	Mamborê — BR-369	6,6
PR-468	Boa Esperança — BR-369	14,0
PR-561	PR-281 — Nova Aliança do Ivaí	15,70
PR-427	Lapa — Campo do Tenente	28,3
PR-556	S. João do Caiuá — Santo Antonio	13,95
PR-464/470	Paranacity — Inajá	19,80
PR-281	Contorno de São João	2,9
Acesso	Pitanga	3,38
PR-082	Cidade Gaúcha — Nova Olímpia	22,00
PR-082	Maria Helena — PR-323	21,00
PR-151	Rio Tibagi — Palmeira	33,70
PR-T-158	PR-281 — Salto Santiago	21,30
PR-317	Maringá — Iguaraçu	32,60
PR-510	Balsa Nova — Itaqui	16,50
PR-476	Paranareal — São João do Caiuá	19,16
PR-218	Planaltina do Paraná — Amaporã	15,50
PR-454	Astorga — Jaguapitã (+ acesso a Içara)	22,34
	TOTAL	653,34

6.5 Obras de Pavimentação a concluir entre 1.º/01/79 e 15/03/79

— Programa BID —

Código	Trecho	Extensão (km)
PR-082	Placa Luar — Entroncamento	31,5
PR-160	Cornélio Procópio — Mairiporã	35,27
PR-170	Bituruna — BR-153 (Lote 1)	20,0
PR-170	Bituruna — BR-153 (Lote 2)	27,5
PR-170	Bituruna — Foz do Areia	36,5
PR-281	Dois Vizinhos — São Jorge	22,55
PR-281	Dois Vizinhos — Salto Lontra	19,58
PR-317	Formosa do Oeste — IV Centenário	31,38
PR-451	Faxinal — Grandes Rios	25,00
PR-453	Rio Bom — Kaloré — BR-369	29,3
PR-453	BR-272 — Rio Bom	23,0
PR-T-466	Pitanga — Manoel Ribas	30,5
PR-487	Altônia — Pérola	29,0
PR-218	Astorga — Iguaraçu	16,22
PR-489	Pérola — Xambrê	25,1
	TOTAL	402,40

6.6 Obras que Estarão em Execução em 15/03/79

— Programa Geral —

Código	Trecho	Extensão (km)
PR-082	Nova Olímpia — Maria Helena	22,4
PR-423	Araucária — Campo Largo	28,4
PR-481	Ampere — St.º Antônio do Sudoeste	40,30
PR-486	Assis Chateaubriand — Alto Piquiri	42,0
PR-486	Alto Piquiri — PR-323	25,3
PR-487	Ivaí — BR-373	30,60
PR-427	Porto Amazonas — BR-277	8,7
PR-479	Tuneiras do Oeste — Tapejara	14,5
PR-559	Mirador — Paraíso do Norte	16,8
PR-441	Reserva — BR-376 (*)	27,85
PR-181	Mangueirinha — BR-373 (*)	25,03
PR-506	Campina Grande do Sul — BR-116	8,28
PR-218	BR-153 — Jundiá do Sul — Rib. do Pinhal (+ acesso a Jundiá do Sul)	31,93
PR-092	Andirá — Barra do Jacaré (+ acesso a Barra do Jacaré)	11,15
PR-218	Joaquim Távora — Guapirama (+ acesso a Guapirama)	12,30
PR-T-487	Ipiranga — BR-373 (*)	22,98
PR-090	Pirai do Sul — Ventania	20,49
PR-090	Pirai do Sul — Ventania	32,48
PR-090	Ventania — Curiúva	35,70
PR-090	Curiúva — São Jerônimo da Serra	26,69
PR-090	Curiúva — São Jerônimo da Serra	29,27
PR-317	Santa Fé — PR-463	36,36
PR-180	Rondon — Cruzeiro do Oeste (+ acesso a Cruzeiro do Oeste)	47,36
PR-090	Ibiporã — Sertanópolis	27,28
PR-T-487	Campo Mourão — Iretama	25,96
PR-T-487	Campo Mourão — Iretama	22,30
BR-153	Contorno de Jacarezinho	4,96
	Avenida Comendador Franco	2,28
PR-460	Iretama — Pitanga (+ acesso Iretama)	66,38
PR-218/419	BR-376 — Tijucas do Sul — Agudos do Sul — Rio Negro (Fragosos) (*)	59,65
PR-510	Balsa Nova — Contenda (*)	19,31
PR-182	Rio Iguaçu — PR-281 (Realeza)	24,64
PR-092	Cerro Azul — Jaguaiaíva (**)	100,00
TOTAL		949,63

(*) — Implantação Básica

(**) — Implantação Básica e Revestimento Primário

6.7 Obras de pavimentação que estarão em execução em 15/03/79

— Programa BID —

Código	Trecho	Extensão (km)
PR-317	Toledo — Santa Helena (Lote 1)	33,5
PR-317	Toledo — Santa Helena (Lote 2)	32,5
PR-445	Bela Vista do Paraíso — Primeiro de Maio	26,0
PR-468	Janiópolis — Boa Esperança	12,0
PR-468	Moreira Salles — BR-272 (Janiópolis)	20,5
PR-471	Salto do Lontra — Nova Prata	17,5
PR-583	Pérola D'Oeste — PR-281	12,1
PR-552	São Jorge do Ivaí — PR-323	21,8
PR-542	Nossa Sra. das Graças — Guaraci	19,8
PR-525	BR-369 — Nova América da Colina	13,5
PR-525	Nova América da Colina — S. Seb. da Amoreira	14,6
PR-512	Wenceslau Braz — Santana do Itararé	33,4
PR-573	Corbélia — Braganey	22,6
ACESSO	Bandeirantes — Águas Yara	9,6
PR-517	Andirá — Itambaracá	19,5
PR-471	Catanduvas — Três Barras	35,0
TOTAL		343,9

6.8 Recapeamento — concluídos até 31/12/78

Código	Trecho	Extensão (km)
BR-476	Curitiba — Araucária	8,0
PR-182	Toledo — Palotina	15,0
PR-151	Rio Tibagi — Pta. Grossa — Piraí do Sul	44,9
PR-412	Contorno Matinhos — Caiobá	4,0
BR-153	Mello Peixoto — St.º Ant.º da Platina	18,0
PR-170	Rolândia — Porecatu	66,0
PR-170	Porecatu — Porto Capim	13,0
PR-082	Eng.º Beltrão — Cianorte	3,0
PR-469	Porto Meira — Foz do Iguaçu	6,0
TOTAL		177,90

6.9 Recapeamento — em andamento

Código	Trecho	Extensão (km)
BR-277	Campo Largo — Sprea	7,0
BR-376	S. Luiz do Purunã — Rio Tibagi	11,0

BR-476	Lapa — São Mateus do Sul	39,0
BR-376	Sprea — Ponta Grossa	4,0
BR-369	Mello Peixoto — Cornélio Procópio	18,0
PR-436	Bandeirantes — Itambaracá	8,0
BR-369	Cornélio Procópio — Rolândia	6,0
PR-340	Guaraci — Centenário do Sul	18,0
PR-340	Jaguapitã — Guaraci	22,0
PR-317	Maringá — Rio Ivaí	32,0
PR-469	Pato Branco — Itapejara do Oeste	32,0
BR-373	Porto St. ^a Maria — Coronel Vivida	14,0
TOTAL		211,0

**6.10 Revestimento primário e melhoramentos
concluídos até 31/12/78**

Código	Trecho	Extensão (km)
PR-090	St. ^a Felicidade — Bateias	21,00
PR-T-487	Manoel Ribas — Rio Ivaí	23,00
PR-456	Palmital — Pitanga	58,00
PR-281	BR-476 — Antônio Olinto	12,00
PR-T-272	Tomazina — Siqueira Campos	22,00
PR-090	Ibiporã — Bela Vista do Paraíso	45,00
PR-239	PR-182 — Bragantina	10,00
ACESSO	Bragantina (M)	1,00
ACESSO	Rondon (M)	1,00
ACESSO	Toledo (M)	1,00
PR-218	Arapongas — Astorga (M)	30,00
TOTAL		224,00

(M) — Melhoramentos

6.11 Revestimento primário — em andamento

Código	Trecho	Extensão (km)
PR-092	Cerro Azul — Jaguariáiva (*)	100,00
PR-090	Bateias — Rio Assungui (**)	20,00
PR-513	BR-376 — Itaiacoca — B. do Ingleses (BID) (**)	43,00
PR-513	Bairro dos Ingleses — PR-090 (BID)	10,00
PR-281	Mallet — Fluviópolis — (BID) (**)	31,00
PR-447	União da Vitória — Cruz Machado (BID) (**)	45,00
PR-539	Marilândia do Sul — Rio Bom	15,00
TOTAL		264,00

(*) — O trecho em referência consta da relação das obras em execução em 15/03/79.

(**) — Obras que estarão concluídas até 15/03/79.

6.12 Prosafras

6.12.1 Situação física: (Estradas)

Quilometragem planejada e autorizada	8.434,00 km
Quilometragem comprometida (Termos Celebrados)	5.997,00 km
Quilometragem executada	3.688,60 km
Quilometragem em execução e a executar	2.308,70 km

6.12.2 Situação financeira:

Recursos autorizados	Cr\$	40.000.000,00
Recursos aplicados	Cr\$	30.510.122,15
SALDO	Cr\$	9.489.877,85

6.12.3 Situação física: (Pontes)

Metragem, conforme Termos Celebrados	1.874,20 m
Metragem executada	1.140,20 m
Metragem em execução e a executar	734,00 m

6.12.4 Despesas:

a) Subprograma "A" (revestimento primário e restauração)

Faturamento	Cr\$	11.470.800,00
Óleo diesel	Cr\$	11.248.624,55
Cimento	Cr\$	4.010.525,08
SOMA	Cr\$	26.729.949,63

b) Subprograma "B" (construções, restaurações pontes e galerias)

Faturamento	Cr\$	1.305.100,00
Cimento	Cr\$	1.243.860,93
Ferro	Cr\$	1.336.211,59
SOMA	Cr\$	3.885.172,52

6.13 Análise geral:

6.13.1 Física:

Municípios integrantes do programa	187
Municípios 1.ª fase	181
Municípios 2.ª fase	6
Distritos Rodoviários participantes	18
Porcentagem de estradas executadas	61,5%
Porcentagem de pontes, galerias e outros, executados	60,8%

6.13.2 Financeira: (Custos unitários)

Revestimento primário	Cr\$	3.000,00 km
Óleo diesel	Cr\$	3,80 l
Cimento	Cr\$	52,15 sc
Ferro	Cr\$	7,18 kg

6.13.3 Financeira: (Custos Globais)

Custo quilômetro autorizado	Cr\$	6.000,00
Custo quilômetro real	Cr\$	7.218,17
Porcentagem dos recursos aplicados em relação aos autorizados		76,2%

7. DEPARTAMENTO AEROPORTUARIO

7.1 Aeroportos executados no exercício de 1978.

7.1.1 Umuarama

- Terraplenagem numa pista de 1.500 x 100 m e mais pátios e acessos, perfazendo a área total de 155.000 m²;
- Pavimentação:
 - Pista com 1.400 x 30 m
 - Acesso ao pátio de estacionamento de aeronaves — 73 x 15 m
 - Pátio de estacionamento de aeronaves — 100 x 50 m
 - Pátio de estacionamento de veículos — 50 x 50 m
 - Acesso rodoviário da PR-323 ao aeroporto — 435 x 10 m
 - Valor do investimento: Cr\$ 5.053.676,85.

7.1.2 União da Vitória

- Terraplenagem numa pista de 1.320 x 102 m e mais pátios e acessos, perfazendo a área total de 140.000 m².
- Pavimentação:
 - Pista com 1.200 x 30 m
 - Acesso ao pátio de estacionamento de aeronaves — 73 x 15 m
 - Pátio de estacionamento de aeronaves — 50 x 100 m
 - Pátio de estacionamento de veículos — 50 x 40 m
 - Acesso rodoviário do bairro São Cristóvão com 400 x 10 m
 - Valor do investimento: Cr\$ 5.500.000,00.

7.1.3 Campo Mourão

- Terraplenagem numa pista de 1.500 x 100 m e mais pátio e acessos, perfazendo a área total de 155.000 m².
- Pavimentação:
 - Pista com 1.400 x 30 m
 - Acesso ao pátio de estacionamento de aeronaves — 73 x 15 m
 - Pátio de estacionamento de aeronaves — 100 x 50 m
 - Acesso rodoviário da BR-158 ao aeroporto com 150 x 8 m
 - Valor do Investimento: Cr\$ 6.000.000,00.

7.1.4 Guarapuava

- Terraplenagem numa pista de 1.620 x 105 m e mais pátio de acessos, perfazendo a área total de 175.000 m².
- Pavimentação:

Pista com 1.500 x 30 m
Acesso ao pátio de estacionamento de aeronaves — 73 x 15 m
Pátio de estacionamento de aeronaves — 100 x 50 m
Pátio de estacionamento de veículos — 200 x 40 m
Acesso rodoviário da BR-373 ao aeroporto com 120 x 8 m
Valor do investimento: Cr\$ 7.521.444,28.

7.1.5 Jacarezinho

- Terraplenagem numa pista de 1.320 x 106 m e mais pátio e acessos, perfazendo a área total de 145.000 m².
- Pavimentação:
 - Pista com 1.200 x 30 m
 - Acesso ao pátio de estacionamento de aeronaves — 73 x 15 m
 - Pátio de estacionamento de aeronaves — 100 x 50 m
 - Pátio de estacionamento de veículos — 50 x 30 m
 - Acesso rodoviário da PR-431 ao aeroporto com 2.000 x 7 m
 - Valor do investimento: Cr\$ 5.500.000,00.

7.1.6 Londrina

- Ampliação em 500 x 45 m constantes de:
 - Terraplenagem, drenagem, pavimentação e balizamento noturno
 - Reforço e nova pavimentação na pista existente — 1.600 x 40 m
 - Reforço e nova pavimentação na pista de rolamento lateral — 2.100 x 18 m
 - Reforço e nova pavimentação no pátio de estacionamento de aeronaves — 300 x 90 m
 - Sinalização horizontal
 - Drenagem
 - Valor do Investimento Estadual: Cr\$ 7.000.000,00.

7.1.7 Balsa Nova

- Pavimentação:
 - Pista de 1.200 x 30 m
 - Pátio de estacionamento de aeronaves — 50 x 50 m
 - Valor do investimento: Cr\$ 3.500.000,00

7.2 Aeroportos executados no período 78 — março/79

7.2.1 Paranaguá

- Terraplenagem numa pista de 1.620 x 105 m e mais pátio e acessos, perfazendo a área total de 175.000 m².
- Pavimentação:
 - Pista com 1.500 x 30 m
 - Acesso ao pátio de estacionamento de aeronaves — 73 x 15 m
 - Pátio de estacionamento de aeronaves — 50 x 110 m
 - Pátio de estacionamento de veículos — 50 x 40 m
 - Acesso ao aeroporto — 100 x 7 m
 - Valor do investimento: Cr\$ 8.718.595,00.

7.2.2 **Cornélio Procópio**

— Pavimentação:

Pista com 1.200 x 30 m

Acesso ao pátio de estacionamento de aeronaves — 73 x 15 m

Pátio de estacionamento de aeronaves — 50 x 100 m

Pátio de estacionamento de veículos — 50 x 30 m

Acesso rodoviário da BR-369 ao aeroporto — 600 x 7 m

Valor do investimento: Cr\$ 7.838.022,26.

III — CAMPO INSTITUCIONAL

ADMINISTRAÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES

No desenvolvimento dos projetos e atividades dos órgãos integrantes da SEAD as prioridades foram voltadas para o aperfeiçoamento cada vez maior do sistema administrativo implantado no Estado e com a diminuição da arrecadação procurou-se diminuir os gastos.

Assim sendo, vale dizer que todos os esforços neste quarto ano da sua existência foram no sentido de se atingirem plenamente as metas estabelecidas para o exercício.

Estas metas estão contidas nos diversos programas de competência desta pasta e referem-se a: construções e reparos, publicação de atos oficiais, transporte oficial, administração patrimonial, processamento de dados, documentação, administração de materiais, centralização de serviços e locação de imóveis.

2. PROGRAMA DE CONSTRUÇÕES E REPAROS

O Programa de Construções e Reparos teve continuidade no que se refere aos seus mecanismos de atuação.

Vale ressaltar que as metas previstas foram amplamente superadas nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, culminando com a conclusão do Edifício das Secretarias e da sede própria do Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem e a ocupação dos mesmos.

Além de outras obras de construções e reparos em diversas áreas do poder público estadual e municipal, foram iniciadas as construções dos Blocos I e II referentes ao programa de adensamento de órgãos públicos no Centro Cívico.

Devido à estiagem sofrida pelo Estado foi assinado convênio com o Ministério do Interior — MINTER para atender programas de construções e reparos.

2.1. Reparos em prédios públicos

	N.º reparos		N.º de Municípios		Valor Cr\$ 1.000,00	
	Sead	Minter	Sead	Minter	Sead	Minter
Secretaria						
Educação	257	226	84	115	23.522	30.969
Saúde	20	23	20	23	1.723	2.702
Segurança	10	19	10	17	889	3.357
Finanças	—	3	—	3	—	226
TOTAL	287	271	—	—	26.134	37.254

2.2 Reparos diretos — EMOPAR

Secretaria	N.º reparos		N.º município		Valor
					Cr\$ 1.000,00
Educação	46	17			8.845
Saúde	08	05			3.238
Segurança	09	05			1.364
Administração	11	01			1.793
Justiça	06	04			664
TOTAL	80	—			15.904

No exercício foram executados 638 reparos, abrangendo um total de 215 municípios.

Estes dados correspondem aos convênios MINTER/SEAD-PREFEITURAS e efetuados diretamente pela EMOPAR.

A EMOPAR executou reparos diretos e obras com recursos das diversas secretarias, sendo que a fiscalização das obras e reparos esteve a seu cargo.

Recursos do Minter	— (Cr\$ 1.000,00)	
— SEAD/MINTER	=	37.254
— EMOPAR/MINTER (reparos)	=	1.100
— EMOPAR/MINTER (obras)	=	26.734

2.3 Obras administradas pela EMOPAR

Secretarias	N.º de obras	Valor	M2
SEFI	108	100.700	25.760
SEAD	04	149.445	23.998
SESB	40	6.891	4.211
SESP	75	35.517	11.490
SEJU	01	5.598	1.295
SEAG	04	36.132	7.184
SEIC	04	50.227	3.890
SANTA CASA	01	9.092	2.934
TOTAL	237	393.602	77.261

3. PROGRAMAS DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO

Dando continuidade às atividades de Serviços de Impressão do Estado e de melhor atendimento aos seus usuários, foram estabelecidas e cumpridas as seguintes metas:

- Centralização dos serviços de impressão da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado.
- Ampliação e modernização parcial das atividades gráficas.
- Aquisição e substituição parcial dos equipamentos inadequados e antieconômicos.
- Execução dos serviços gráficos, atendendo à padronização de impressos.

3.1 Serviços gráficos executados

Secretarias	SOLICITAÇÕES			Total
	Atendidas P/DIOE	Atendidas P/terceiros	Não Atendidas	
GOVERNADORIA	47	02	—	49
SEPL	71	01	—	72
SEFI	54	04	—	58
SERH	53	01	—	54
SEAD	56	01	—	57
SEEC	219	13	—	232
SESB	54	02	—	56
SESP	44	—	—	44
SEJU	12	—	—	12
SEAG	74	—	—	74
SEIN	34	—	—	34
SETR	52	01	—	53
SEIC	48	—	—	48
TOTAL	818	25	—	843

3.2 Serviços gráficos executados

Secretarias	Número de Impressos
— Governadoria	576.414
— Do Planejamento	547.760
— Das Finanças	1.530.272
— De Recursos Humanos	1.017.992
— Da Administração	241.346
— De Educação e Cultura	15.144.902
— De Saúde e Bem-Estar Social	6.394.745
— Da Segurança Pública	856.537

— Da Justiça	53.785
— Da Agricultura	1.957.527
— Do Interior	90.404
— Dos Transportes	687.964
— Da Indústria e Comércio	752.558
T O T A L	29.852.206

4.1 Processos de doações de veículos

Procurou-se no exercício dar continuidade à otimização no uso de veículos oficiais e à gradativa redução no consumo de combustíveis. Para tanto, foram executados:

- Identificação de veículos oficiais
- Controle e fiscalização do uso de veículos oficiais
- Controle e conseqüente redução do consumo de combustíveis e lubrificantes
- Controle e fiscalização dos serviços de reparos e manutenção dos veículos oficiais
- Manutenção e atualização do cadastro da frota de veículos do Serviço Público
- Centralização do abastecimento de veículos da Capital
- Emissão de pareceres sobre aquisição de veículos novos e doações de veículos inservíveis ao uso público
- Liberações para emplacamento de veículos novos junto ao DETRAN
- Remanejamento da frota mediante a substituição de veículos considerados obsoletos e antieconômicos, com mais de cinco anos de uso ou que estejam sofrendo reparos em valores superiores a 30% do valor venal.
- Redução na aquisição de veículos novos

4. PROCESSOS DE DOAÇÕES DE VEÍCULOS

Anos	Prefeituras Municipais	Entidades Assistenciais	Alienados P/DEAM
1975	02	07	39
1976	68	20	205
1977	71	29	271
1978	37	13	96
TOTAL	178	69	611

4.2 Posição da frota de veículos do Estado

Data	Administração		Total
	Direta	Indireta	
31/12/75	1.697	3.036	4.733
31/12/76	1.650	3.322	4.972
31/12/77	1.750	3.422	5.172
31/12/78	1.758	3.750	5.507

Apesar do grande crescimento do Estado nesse período, a frota total é, hoje, apenas 16,4% superior à de 1975, verificando-se que na administração direta o aumento foi de apenas 3,5%.

4.3 Consumo de gasolina "A"

ANO	(1.000 L)				
	1975	1976	1977	1978	Total
ADM					
Direta	4.707	4.774	4.722	4.367	18.570
Indireta	12.443	10.598	9.095	9.693	41.829
Total do Estado	17.150	15.372	13.817	14.060	60.399

Apesar do aumento da frota ter sido de 16,4%, o consumo de gasolina "A" diminuiu em 18% de 1975 a 1978, sendo de apenas 1,75% o aumento ocorrido entre 1977 e 1978.

5. PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

O Programa de Administração Patrimonial sofreu um tratamento especial devido às prioridades estabelecidas para o setor:

Assim sendo, durante o exercício, além da execução de suas atividades normais, desenvolveram-se estudos e projetos visando implantar a curto prazo um sistema de administração patrimonial por processamento eletrônico de dados compatível com as necessidades atuais e futuras, sendo o único do gênero no Brasil.

No desenvolvimento das suas atividades normais foram realizados.

- Manutenção e melhoria dos arquivos de documentos concernentes aos bens patrimoniais e assegurados aqueles em que tal medida seja exigida ou conveniente;
- Continuidade nos serviços de cadastramento, registro, tombamento e controle dos bens patrimoniais;
- Registro e tombamento de processos referentes à aquisição de material permanente e execução de obras a cargo de diversos órgãos estaduais.

5.1 Demonstrativo das atividades de 1978

— Ofícios recebidos — diversos	469
— Ofícios usucapião — recebidos	989
— Ofícios usucapião — respondidos	972
— Certidão expedida (doação)	065
— Informação expedida	137
— Registro imóveis	149
— Expedição laudo de avaliação	010
— Registro bens patrimoniais (contas)	1.122
— Informação projeto-lei	010
— Ofícios expedidos (diversos)	058
— Laudo valor locativo	021
— Termo de transferência imóvel	001
— Elaboração minuta projeto-lei	007
— Declaração de imóveis	015

6. PROGRAMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS

O aumento de usuários dos serviços de Processamento Eletrônico de Dados leva a CELEPAR a reformular e aumentar constantemente a sua capacidade operacional, com a finalidade de dar atendimento às solicitações dos diversos órgãos do Estado.

Foram efetivadas ampliações nos mecanismos de processamento como seguem:

6.1 Equipamento instalado — 1978/nov

Tipo	Q	Modelo	Denominação
3148	01	K00	CPU 1 M.
3145	01	102	CPU 1 M.
3047	02	001	Unidade força
3505	02	B02	Leitora cartões
3803	02	001	Controle fitas
3420	16	007	Unidade fita
3215	01	001	Console
3333	02	011	Controle discos 400 m. cada
3330	04	011	Unidade discos 400 m. cada
2914	01	001	Unidade chaveamento
2821	01	002	Controle impressoras
1403	01	N01	Impressora 1.100 LPM
3811	03	001	Controle impressoras
3211	03	001	Impressoras 2.000 LPM (cada)
3704	01	A01	Controle comunicações
3272	02	002	Controle terminais
3271	04	002	Controle terminais
3275	03	002	Terminais vídeo

3277	22	002	Terminais vídeo
3284	01	003	Impressora remoto
3286	03	002	Impressa remoto
3976	10	003	Modem
OZ-192-BS	06	—	Modem

6.2 Sistemas implantados em 1978

- SEFI — Dívida Ativa Fiscal (nova versão)
- SEPL — Sistema de Informações Estatísticas (nova versão)
— Sistema de Comercialização por Vias Internas (nova versão)
- SERH — Cadastro de Recursos Humanos
— Controle de Laudos Médicos
- SEEC — Sistema Educacional
- SEAG — Terras Tituladas do Estado
— Matrizes Agrícolas — Cadastro do INCRA
- SETR — Orçamento e Contabilidade do DER
- SESP — Cadastro de Identificação Civil
— Multas do DETRAN
- SEIN — Sistema de Fluviometria e Pluviometria (ARH)
— Sistema de Faturamento e Cobrança da SANEPAR (nova versão)
- SEIC — Cadastro do Setor Secundário

PREFEITURAS

- CIATA — Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico — Administrativo dos Municípios.
- Controle de Cobrança do Imposto Imobiliário.

6.3 Capital Social

Fundo de Desenvolvimento Econômico

1978 — 1.106.205 ações Cr\$ 11.062.050,00

Governo do Estado do Paraná

1978 — 2.001.725 ações Cr\$ 20.017.250,00

Outras

1978 — 392.070 ações Cr\$ 3.920.700,00

7. PROGRAMA DE ARQUIVO E MICROFILMAGEM

As ações desenvolvidas pelo Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem visaram dotar a Administração Pública do Estado de uma moderna infra estrutura para prestação dos serviços de cadastramento, arquivamento e conservação de documentos diversos, bem como da microfilmagem de documentos de relevância.

Em outubro foi inaugurada a nova sede, com 2.327 m² de área, sendo esta a primeira construída no Brasil especialmente para tal fim e que contribuirá em muito para o cumprimento de suas finalidades. O imóvel antigo está sendo utilizado como pré-arquivo.

Foram executados:

- Editoração e distribuição do n.º 2/3 do Boletim do Arquivo do Paraná;
- Aquisição de Máquinas e Equipamentos;
- Cadastramento, arquivamento e conservação de documentos diversos, como demonstra o quadro que segue:

7.1 Serviços executados — exercício 1978

Documentos	Total
— Recolhidos	347.129
— Organizados	253.217
— Arquivados	393.054
— Revisados	3.397.729
— Reproduzidos	8.554.128
Expedientes	Total
— Protocolados	1.485
— Atendimentos de partes	2.717
— Informações e juntadas	376

8. PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

O Sistema de Administração de Materiais — SIM, depois que entrou em regime de operação normal veio aumentar a confiabilidade dos serviços do DEAM por parte dos usuários. O bom atendimento refletiu-se em economia para o Estado, uma vez que diminuíram os pequenos almoxarifados mantidos em cada seção dos órgãos públicos, pois o DEAM passou a atender às requisições com maior rapidez.

O DEAM, seguindo às diretrizes do governo quanto à contenção de despesas no exercício de 1978, agiu de modo a atender o que era realmente necessário, dificultando as compras de materiais supérfluos, principalmente aqueles de maior valor (Equipamentos e Instalações e Material Permanente).

Verificou-se que a Administração Pública funcionou normalmente com uma despesa global no DEAM sensivelmente menor que a do exercício de 1977. O índice de atendimento atingiu 73% do total de pedidos protocolados.

8.1 — Despesas realizadas — exercício 1978

Secretarias	Cr\$ 1.000,00			Total
	Material de consumo	Equipamentos e instalações	Material permanente	
GOVERNADORIA	3.630	808	549	4.987
SEPL	558	178	758	1.493
SEFI	5.542	6.525	1.717	13.784
SERH	995	103	1.805	2.903
SEAD	757	149	436	1.342
SEEC	6.261	312	19	6.593
SESB	20.902	—	—	20.902
SESP	31.227	—	—	31.227
SEJU	21.350	1.000	121	22.471
SEAG	1.493	—	397	1.891
SEIN	305	—	222	527
SETR	490	539	100	1.128
SEIC	525	1.748	1.737	4.010
TOTAL	94.035	11.362	7.861	113.258

9. CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS-MEIO E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

A Resolução n.º 18/78, de 06.01.78, regulamentou os procedimentos a serem adotados para centralização de recursos para a prestação de serviço-meio a partir de 1978 e a fim de possibilitar a operacionalização dessa centralização.

O Decreto 4.586, de 10.12.78, estabeleceu que todos os contratos e distratos de locação de imóveis em que seja parte a Administração Direta do Estado devem ser celebrados através da Secretaria de Estado da Administração.

9.1 — Demonstrativo das despesas realizadas — exercício de 1978 (serviços-meio)

Secretarias	Cr\$ 1.00			Total
	Água e Esgoto	Energia Elétrica	Telefonia e Telex	
GOVERNADORIA	377.035	776.455	2.537.667	3.691.157
SEPL	7.680	33.523	255.241	296.444
SEFI	216.000	1.624.952	3.264.434	5.105.386
SERH	22.579	70.392	175.549	268.520
SEAD	62.000	307.125	627.504	996.629
SEEC	6.313.083	17.624.136	5.202.632	29.139.851
SESB	820.862	1.275.142	2.977.230	5.073.234
SESP	1.339.939	4.128.862	8.347.719	13.816.520

SEJU	122.115	1.030.283	538.215	1.690.613
SEAG	89.815	582.184	4.630.006	5.302.005
SEIN	—	70.516	178.097	248.613
SETR	—	55.963	276.134	332.097
SEIC	10.000	7.984	479.468	497.452
TOTAL	9.381.108	27.587.517	29.489.896	66.458.521

9.2 — Demonstrativo dos contratos firmados para locação de imóveis — exercício 1978

Órgão da Administ. direta	Total de contratos	Valor global dos contratos
		Cr\$ 1,00
— SEPL	01	239.992
— SEFI	244	10.018.572
— SERH	02	2.048.364
— SEAD	01	502.248
— SEEC	127	13.502.625
— SESB	47	3.570.769
— SESP	77	5.393.545
— SEJU	03	671.849
— SEAG	28	720.838
— SEIC	01	110.000
TOTAL	531	36.778.802

PLANEJAMENTO

1. COORDENADORIA DE ESTUDOS E PROJETOS — CEP

As principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Estudos e Projetos foram as seguintes:

1.1 Programa Global

- Discussão e acompanhamento do “Diagnóstico Sócio Econômico”, a cargo do IPARDES.
- Discussão e tentativas no campo de formulação de políticas de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná — PDE.

1.2 Programas

1.2.1 Programa de Rodovias Alimentadoras para o Paraná:

— Objetivando a obtenção de recursos para o II Programa de Rodovias Alimentadoras, foi elaborado documento já encaminhado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, obedecendo ao novo roteiro para projetos e solicitando empréstimo no valor de 75 milhões de dólares para um programa de 250 milhões de dólares.

No Programa consta um elenco de 64 trechos de rodovias alimentadoras, num total aproximado de 1.800 Km, para serem selecionados 1.200 Km, de comum acordo com o BID.

As rodovias são localizadas espacialmente por todo o Estado e visam complementar o sistema de vias alimentadoras.

1.2.2 Programa Estiagem

— Objetivando minimizar os efeitos da prolongada estiagem do Estado que ocasionou elevada queda de produção agropecuária e conseqüente desemprego de cerca de 150.000 pessoas, o governo do Estado do Paraná elaborou o Projeto para Abertura de Frente de Trabalho, destinado a absorver a mão-de-obra desocupada.

Assim, foram formulados 9 Subprogramas no valor total de Cr\$ 728.500.000,00 dos quais Cr\$ 450.000.000,00 concedidos pelo Governo Federal.

Os subprogramas foram os seguintes:

- Reparos em Prédios Públicos SESB/EMOPAR;
- Pequenas Obras de Melhorias Urbanas SEPL/FAMEPAR;
- Construção de Prédios de Educação SEEC/FUNDEPAR;
- Construção de Prédios de Saúde SESB/EMOPAR;
- Construção de Outros Prédios Administrativos SESB/EMOPAR;
- Obras de Saneamento Básico SEIN/SANEPAR;
- Obras de Controle de Erosão Urbana SEIN/SUCEPAR;
- Conservação de Rodovias Estaduais SETR/DER;
- Melhoria de Rodovias Vicinais SETR/DER/CPMT.

1.2.3 Programa de Desenvolvimento para as Cidades de Porte Médio

- Plano de Aplicação.
- Programa Complementar — BIRD.

1.2.4 Programa de Rodovias para o Estado do Paraná

Preparados dois documentos:

- Solicitação de prioridade ao Governo Federal para empréstimo junto a instituições financeiras particulares e estrangeiras.
- Solicitação de empréstimo para uma rodovia de ligação da área sul do Estado do Mato Grosso ao Estado do Paraná.

1.2.5 Programa de Apoio às Áreas de Distritos Industriais

- Programa de “Zoneamento Industrial em Áreas Críticas de Poluição”.
- Termo de Referência para Organização de Distritos Industriais.

1.3 Estudos e Projetos

- Processo de Incorporação das Regiões Estagnadas na Dinâmica do Desenvolvimento do Estado do Paraná.
- Termo de Referência: Disparidades Regionais.
- Elaboração do Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano — FNDU — 1978 e 1979.
- Termo de Referência para o Plano de Ação Imediata de São Mateus do Sul.
- Projeto de Combate e Prevenção de Incêndios no Meio Rural.
- Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos da SUDESUL, para o Desenvolvimento Municipal.
- Termo de Referência para o Desenvolvimento da Região Oeste do Paraná.
- Projeto para Organização do Espaço Linear do Eixo Metropolitano, Maringá-Londrina — METRONOR.
- Projetos do Setor Social na Área do PRODELAR.
- Relatório Geral do Governo “Jayme Canet”.

1.4 Acompanhamento de Estudos e Projetos

— Estudo de Alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais para o Setor Florestal do Paraná.

— Seminário de Avaliação do Projeto de Pesquisa Agropecuária (IAPAR) no PRODELAR.

— Seminário de Avaliação das Atividades da SEAG no PRODELAR.

1.5 Gerência de Programas

— Programa de Desenvolvimento da Região Oeste do Paraná — RODOPAR.

2. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPARDES

Os trabalhos publicados e em execução em 1978 são os seguintes:

2.1 Contribuição ao Estudo do Crédito Rural no Paraná

Objetiva estudar a estrutura da oferta e os efeitos de suas normas na distribuição do crédito e na alocação de recursos do setor agrícola paranaense como um todo.

2.2 Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana de Curitiba

Objetiva dimensionar quantitativa e qualitativamente o déficit e a demanda habitacional na Região Metropolitana de Curitiba.

2.3 Trabalhador Rural Volante

Objetivo: Elaboração de pesquisa sobre o Trabalhador Rural Volante (Bóia-Fria) no Estado do Paraná.

2.4 Considerações Iniciais Sobre o Setor Terciário na Economia Paranaense

A primeira etapa faz parte de um projeto maior onde se tenta diagnosticar os setores econômicos. Buscou-se para o setor terciário, diagnosticar padrões de comportamento no que se refere a renda e emprego e sua relação com os demais setores produtivos.

2.5 Subsídios ao Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná, Indústria e Agricultura — Análise Preliminar

Objetivos: AGRICULTURA — Evolução da agricultura paranaense em relação à agricultura nacional.

INDÚSTRIA — Aprofundar as análises feitas na 1.ª fase de estudo, trabalhando com maior número de variáveis e com maior grau de detalhes.

2.6 O Papel do Pequeno Estabelecimento Rural no Paraná

Objetiva avaliar as tendências de participação dos pequenos estabelecimentos na estrutura produtiva do Paraná. Análise dos possíveis limites de sobrevivência deste empreendimento, seja como unidade de produção ou como forma de existência social de um contingente de população.

2.7 Orientação à Expansão Industrial no Eixo Campo Largo-Araucária

Identificar os grupos industriais que se apresentaram com vantagens comparativas à instalação na RMC e dimensionamento médio do Eixo Campo Largo-Araucária; AGUA, ENERGIA, AREA, INVESTIMENTO FIXO, ETC, com estimativa de custo de implantação do distrito.

2.8 Renda Interna do Paraná

Visa fornecer as principais estimativas referentes ao desempenho da economia paranaense de 1970 a 1977.

2.9 Contribuição ao Estudo da Produção de Leite no Estado do Paraná

Objetiva analisar a produção dos estabelecimentos leiteiros do Paraná.

2.10 Subsídio ao Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná

AGRICULTURA — 2.ª FASE

Demonstra a evolução da agricultura paranaense em relação à agricultura nacional.

2.11 Subsídios ao Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O SETOR TERCIÁRIO NA ECONOMIA PARANAENSE — 2.ª FASE

Na 1.ª fase constatou-se que o crescimento do setor terciário paranaense era função da industrialização e da urbanização; nesta fase, procura-se detalhar um pouco mais esses efeitos indutores sobre o setor terciário paranaense.

2.12 Subsídio ao Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná

INDUSTRIA — 2.ª FASE

Objetiva aprofundar as análises feitas na 1.ª fase do estudo, trabalhando com maior número de variáveis e com maior grau de detalhes.

2.13 Outros Trabalhos Publicados

- População Economicamente Ativa — compatibilização intercensitária das normas de atividades.
- Estimativas de População.
- Programa Metal-Mecânico do Paraná.

— Projeção da Renda Interna Brasileira, dos Estados da Região Sul e São Paulo.

— Diagnóstico Agroecológico do Uso Agropecuário Atual.

— Análise de Recursos Naturais do Paraná.

— Análise do Impacto da CODEPAR e BADEP na Economia Paranaense, Através dos Investimentos no Setor Industrial e Setor Público.

— A contribuição da CODEPAR e BADEP para o Funcionamento do Processo de Desenvolvimento na Economia Paranaense.

3. **COORDENADORIA DOS GRUPOS DE PLANEJAMENTO SETORIAL** **— CGPS**

Cabe salientar que as atividades desenvolvidas por esta Coordenadoria se caracterizam por duas fases bem distintas:

I) Atividades de Coordenação e Articulação.

II) Atividades de Manutenção dos Grupos de Planejamento Setorial.

A primeira, refere-se àquelas atividades desenvolvidas pela CGPS no intuito de coordenar e articular entre si as tarefas dos 13 GPS's, bem como, procurar facilitar o seu efetivo desempenho através do inter-relacionamento, troca de experiências e cooperação mútua, a saber:

— Programa de Integração Setorial.

— Avaliação Trimestral dos Planos de Trabalho dos Grupos de Planejamento Setorial.

— Edição Mensal do Boletim Informativo Setorial.

— Diagnóstico de Informações da Secretaria de Planejamento (CGPS/CIT).

— Elaboração mensal do Demonstrativo de Posição Orçamentária da SEPL.

— Elaboração da Proposta Orçamentária da SEPL, para 79 (CGPS/GPS).

— Elaboração do Plano de Ação da SEPL/78 (CGPS/GPS).

— Programa de Treinamento destinado aos GPS's.

Carga Horária de Treinamento em 1978 — 3.035 horas.

— Elaboração e acompanhamento do Programa de Cooperação Técnica — Convênio SAREM/SEPL — 78/79.

— Acompanhamento da articulação funcional dos GPS's.

— Acompanhamento mensal das atividades desenvolvidas pelo GPS's, através de cronogramas de previsão e execução.

No que se refere aos Grupos de Planejamento Setorial, além das atividades mais relevantes e comuns a todos eles, tais como, a elaboração dos Planos de Ação Setorial para 1979, a elaboração das propostas orçamentárias de cada Secretaria, a programação financeira de desembolso, as ações para a consolidação do processo de Modernização Administrativa e a alimentação constante do Sistema de Informações, cumpre destacar:

— Participação na elaboração do Regimento Interno da Casa Militar.

— Elaboração do manual de adiantamentos.

— Sistema de controle de diárias.

— Elaboração do projeto do cadastro patrimonial.

— Elaboração do anteprojeto de padronização de móveis e equipamentos.

— Implantação e implementação do Manual dos GRHS's.

— Acompanhamento e implementação do Regimento Interno da CCCRH.

— Racionalização de rotinas e formulários dos processos de afastamento de servidores (Decreto 3030/77).

— Ação do Setor Público Agrícola.

— Elaboração do PASPAG (Plano Anual do Setor Público Agrícola).

— Pesquisas sobre as instituições do Setor Público Agrícola do PR.

— Atualização do PEEC-76/77 — Retrospectiva da Execução do Plano Estadual de Educação e Cultura.

— Coordenação da elaboração dos projetos constantes do Salário Educação — Quotas Estadual e Federal — 1979.

— Reestruturação orgânica-funcional do Instituto de Educação.

— Projeto de Reestruturação Organizacional da PARANATUR.

— Elaboração do Projeto de execução do Centro de Classificação e Triagem do Manicômio Judiciário.

— Reestruturação da PPC, PCE, MJ, CPA e COOSIPE.

— Acompanhamento da execução do Programa PRODOPAR — Setor Saúde.

— Coordenação da execução do Programa Centros Sociais Urbanos do Paraná.

— Coordenação da execução do Programa de Vigilância Epidemiológica.

— Pesquisa "Imagem da Polícia".

— Descentralização do Instituto de Identificação.

— Controle Estatístico Criminal.

— Preparo da guia para elaboração do 2.º Programa de Rodovias Alimentadoras/BID.

— Implantação das novas estruturas SETR e DER.

— Acompanhamento da elaboração do Plano Diretor de Transporte Coletivo Intermunicipal.

A segunda, reporta-se à manutenção de pessoal técnico, administrativo e estagiários, além de recursos materiais alocados nos GPS's. Dessa atividade decorrem encargos, tais como, despesas com vencimentos, vantagens, contratações, despesas de pronto pagamento, realocação e treinamento.

4. COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS — CIT

A definição dos instrumentos operacionais permitiu à CIT desenvolver as seguintes realizações:

4.1 Diagnóstico de Informações nos GPS's

A área de informações técnicas em todas as Secretarias de Estado é extremamente relevante e de seu perfeito funcionamento depende a qualidade de todo o planejamento destas secretarias. Esta área tem sido, até o momento, de difícil organização, haja visto a escassez de recursos humanos na área e também de metodologias de trabalho validadas em trabalhos práticos. A organização da área de informações nas Secretarias de Estado e mais especificamente nos GPS's, vem de encontro às pretensões da Secretaria de Estado do Planejamento em aprimorar o SI — Sistema de Informações para o Planejamento do Governo do Estado do Paraná.

4.2 Programa de Estágios

Consiste em propiciar estágios de curta duração a técnicos da área de SI, em órgãos ou entidades do setor público ou privado, objetivando a aquisição de conhecimentos técnicos validados.

Esta atividade faz parte do "Programa de Desenvolvimento na Área de Sistema de Informações — PRODASI", que por sua vez está previsto no projeto SIPLA.

Até o momento foram realizados 13 estágios em diversas entidades públicas do país.

4.3 Padronização de Linguagem

Este projeto consiste no desenvolvimento ou definição de metodologias, métodos, procedimentos, técnicas e conceitos, para uso na área de sistemas de informações do Sistema Estadual de Planejamento, de forma a facilitar a integração e comunicação entre os técnicos e sistemas, eliminar duplicidade e racionalizar a aplicação de recursos.

4.4 Sistema de Informações para o Planejamento

Este sistema consiste em dotar o Estado de elementos que permitam uma racionalização do sistema de informações para o planejamento.

A concepção do referido modelo, aliado a premissas geradas pelo próprio trabalho, permitiu a definição de uma linha de conduta para iniciar o processo de interação proposta.

4.5 Sistema de Acompanhamento de Obras

O sistema visa informar mensalmente a situação de todas as obras do Governo do Estado, desde o início do atual governo até as atualmente programadas, abrangendo a administração direta e indireta do Estado. O sistema informa a situação físico-financeira de cada obra.

4.6 Sala da Situação do Estado

Devido ao grande número de informações nas diversas áreas do Estado, procurou-se centralizar aquelas que melhor representem a situação atual do Estado e oferecer à alta administração do governo, informações prioritárias tempestivas de todos os setores do Estado.

4.7 Sistema de Referência de Estudo

Nos três catálogos de referência que foram divulgados, constam estudos referenciados na SEPL, SEIC, SEFI, SEAG, SEEC, SESP, SEIN e respectivas entidades vinculadas.

No quarto catálogo, a ser divulgado por volta de março/79, constarão as referências de estudos da SEAD, SEJU, SESB, SETR, SERH e respectivas en-



tidades vinculadas, além das referências de estudos de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Paranaense.

Os dados referentes a estas Secretarias já foram levantados e encontram-se em fase de revisão e datilografia.

Baseado na experiência dos 3 catálogos iniciais, modificou-se a metodologia da confecção dos catálogos, que serão atualizados semestralmente.

5. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — DEE

O DEE passou a funcionar como órgão de regime especial a partir de 1977, ermitindo com essa implantação um melhor desempenho organizacional.

Os principais projetos desenvolvidos foram os listados a seguir:

5.1 Sistema de Informações Estatísticas — SIE

O Sistema de Informações Estatísticas — SIE — foi desenvolvido com o fim de proporcionar apoio às atividades de planejamento dos organismos governamentais (municipal, estadual e federal) e das instituições privadas, no que se refere à alimentação informacional. A idéia básica do sistema é nortear-se pelo princípio da centralização das informações, constando de sua definição, aquisição, tratamento e disseminação das massas, através do processo de transferência entre seus agentes.

Este sistema gera os seguintes produtos:

Dicionário do Usuário, Relatório por local ou por informação, além de fazer o controle dos terminais de vídeo e impressora.

5.2 Sistema de Comercialização por Vias Internas

Com apuração dos dados sobre as exportações do Estado do Paraná para as demais unidades federadas e exterior.

5.3 Sistema de Informação Para Comercialização

Implantação de um sistema que possibilite instrumentalizar a tomada de decisões na área de comercialização a nível de Governo e empresários. Compõe-se este programa básico da integração de vários subsistemas, sendo que alguns destes já estão operacionalizados:

- Exportação por Vias Internas
Identifica o fluxo das mercadorias produzidas no Estado e exportadas por vias internas.
- Importação por Vias Internas
Identifica o fluxo das mercadorias vindas das demais unidades federadas para o Estado do Paraná por vias internas.
- Comércio Internacional
Importações e exportações realizadas pelo Estado.
- Comércio por Vias Férreas
Processo de comercialização realizado pelo sistema ferroviário do Estado.

- Comércio por Cabotagem
Fluxo de informações por vias marítimas e fluviais, internamente.
Outras informações complementares, necessárias ao Plano Estadual de Comercialização — PLANEC.

5.4 Sistema de Estatísticas Bancárias

Com informações de caráter financeiro através da rede bancária estabelecida no Estado, mais as informações da Caixa Econômica Federal.

5.5 Pesquisa

- Saneamento Básico
Pesquisa em 120 Municípios, para levantamento das condições dos sistemas de água e esgotos existentes nessas localidades; trabalho realizado para a SANEPAR.

5.6 Publicações

- **Anuário Estatístico:** publicação anual com dados multissetoriais a nível de Município.
- **Indicadores Gerenciais:** coletânea de informações mais significativas da área econômica e financeira, mostrando as tendências a curto prazo.
- **Indicadores Financeiros.**
- **Estatísticas Bancárias.**
- **Indicadores Setoriais:** informações sobre o desempenho da administração pública nos vários setores.
- **Censo Escolar da Região Metropolitana de Curitiba:**
Levantamento realizado em 1977, com informação sobre o número de menores escolarizáveis, escolarizandos e escolarizados.

6. CONSELHO SUPERIOR DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS — CSIPD

As principais atividades desenvolvidas em 1978 foram:

6.1 Plano de Informática

Este trabalho ainda se encontra em fase de desenvolvimento em algumas unidades. Porém, 80% das unidades já apresentaram ao Conselho de Informática os seus Planos de Informática.

6.2 Cadastro Geral de Processamento de Dados

O trabalho das coletas iniciais de informações já foi concluído, estando agora na fase de atualização e complementação das informações.

Como resultado deste trabalho, foi elaborado um relatório estatístico sobre os recursos computacionais instalados no Governo do Estado do Paraná.

6.3 Coordenação e Participação em Atividades Desenvolvidas por Entidades Congêneres, Quer de Âmbito Municipal, Estadual ou Federal.

O Conselho conseguiu viabilizar algumas recomendações oriundas dos Seminários de Coordenação em Processamento de Dados; dentre elas, podemos destacar o desenvolvimento dos Planos de Informática das Unidades Executoras para formar o Plano de Informática do Governo do Estado do Paraná.

6.4 Treinamento de Executivos, Administradores, Usuários e Técnicos em Processamento de Dados e Sistemas de Informações.

Este projeto não foi realizado no decorrer do ano de 1978, porém, na 9.ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada no dia 16 de outubro, ficou decidido que estes cursos serão realizados no exercício de 1979.

6.5 Análise de Solicitações Encaminhadas ao Conselho

Apreciação e aprovação de solicitações da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, referente a vários equipamentos da linha IBM e um Sistema — COBRA C-400;

Apreciação e aprovação de solicitações da BANESTADO S/A — Processamento de Dados e Serviços, referentes a vários equipamentos, dentre eles um sistema de microfilmagem "C.O.M." e 10 processadores OLIVETTI A-400;

Apreciação e aprovação de solicitação do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, referente a 2 computadores BURROUGH L-6000;

Aprovação da solicitação da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, para a contratação de serviços de processamento de dados, necessários para a realização dos exames supletivos de 1.º e 2.º graus.

Não autorização à Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA, para a contratação de um sistema IBM.

7. COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO — COP

Buscando a racionalização das escolhas orçamentárias e a simplificação dos procedimentos operacionais, esta coordenadoria realizou as seguintes atividades:

7.1 Formação, Programação e Acompanhamento de Execução Orçamentária

— Elaboração de formulários e instruções para a formulação do Orçamento-Programa Anual para o exercício de 1979, bem como a atualização do OPI-79, mais a elaboração dos formulários para o Módulo II (financeiro);

— Assistência técnica às unidades orçamentárias e análise dos Módulos I e II;

— Levantamento de dados para a montagem de indicadores setoriais de todos os órgãos que farão parte da Proposta Orçamentária/79;

— Montagem da Lei de Orçamento/78 constando de: Orçamentos Próprios, Metodologia de Alterações Orçamentárias, Fundos, Serviços em Regime de Programação Especial, Normas sobre Importações, Locação de Imóveis e Arrendamento, Interpretação das Rubricas Orçamentárias da Receita (estudo) e Despesa, Decreto de Programação Financeira, Metodologia sobre excesso de Arrecadação das Unidades da Administração Indireta, Normas de Elaboração da Proposta Orçamentária para 1979, já impresso pelo Departamento de Imprensa Oficial e distribuído para diversas entidades;

— Montagem do Projeto de Lei Orçamentária para 1979;

— Ajustamentos na Padronização e Interpretação das Rubricas Orçamentárias da Despesa em virtude da Portaria n.º 38 de 05.07.78 da SEPLAN, já publicados no D.O. n.º 442, de 07/12/78;

— Montagem dos Orçamentos Próprios para a execução em 1979 das Unidades da Administração Indireta e Órgãos de Regime Especial;

— Levantamento de dados para inclusão no Balanço Geral do Estado — 1978, por Projeto/Atividade, das realizações físicas de todas as Unidades de Administração Direta e Indireta, atendendo a solicitação do Tribunal de Contas;

— Elaboração de 123 boletins de alterações orçamentárias e atualização de QDD's, os quais são enviados à CELEPAR, totalizando 1.170 alterações da Administração Direta e Indireta.

7.2 Acompanhamento Físico-Financeiro

— Acompanhamento da movimentação mensal do quadro de pessoal da Administração Indireta (40 órgãos);

— Elaboração da Metodologia do Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos/Atividades por Processamento Manual e teste-piloto;

— Elaboração da metodologia referente à estrutura de custos do Poder Executivo Estadual.

— Elaboração da Estrutura de Custos referente ao exercício de 1977.

7.3 Atividades Especiais

— Orçamento de Recursos Humanos-Metodologia — estudo preliminar;

— Conclusão do trabalho “Manual de Fontes de Financiamento para o Setor Público” e distribuição para os Estados e todos os Municípios Paranaenses.

— Elaboração do trabalho referente à pesquisa da Receita e Despesa dos Municípios do Paraná.

— Participação na elaboração dos formulários para obtenção de indicadores de realizações das Atividades e Projetos Orçamentários, para montagem de documento que integrará o Balanço Geral do Estado.

7.4 Análises Técnicas

— Análise e emissão de pareceres sobre programas de trabalho e prestação de contas dos Fundos Especiais, processos de alterações orçamentárias

que exijam análise detalhada, entre outros assuntos, totalizando 673 pareceres.

— Desenvolvimento de metodologia padrão para comprovação de Excesso de Arrecadação para fins de compensação em processos de alteração orçamentária, incluindo Instrução Normativa.

— Elaboração da nova metodologia para apresentação dos programas de trabalho dos Fundos Especiais, incluindo Resolução Conjunta SEPL/SEFI.

— Participação na comissão SEFI/SEPL/SESP para analisar e relatar o comportamento da receita do FUNRESPOL.

8. COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA — CMA

As principais atividades desta Coordenadoria foram:

8.1. Metodologia de Modernização Administrativa

Este projeto foi concluído.

8.2 Regionalização Administrativa

Foram concluídos os estudos das partes Institucional e Administrativa.

8.3 Indicadores de Modernização Administrativa

O projeto foi concluído, sendo que seus resultados serão publicados em 1979. Acha-se disponível em edição mimeografada.

8.4 Memória Técnica da Implantação da Lei 6636/74.

A pesquisa foi concluída e o projeto atualmente encontra-se em fase de elaboração.

8.5 Projeto IAM: Regulamento e Diagnóstico de Pessoal

Foram concluídos os trabalhos referentes a este projeto, sendo os mesmos oficialmente encaminhados ao Diretor do IAM.

8.6 Regulamento da Polícia Civil

Este projeto foi concluído, aprovado e já foram realizados seminários de orientação dos delegados da Capital e Sudoeste.

8.7 Participação em Comissões

Participação do Chefe da CMA na comissão de julgamento para contratação de consultoria para o CENDI.

Participação do Chefe da CMA na comissão para acompanhamento dos trabalhos de consultoria para o IBPT (maio em diante).

Participação na Comissão de Modernização Administrativa SEPL-CMA, Projeto SETR/DER.

8.8 Outros Trabalhos Realizados

- Cadastro de Trabalhos da SEPL
- Catálogo de Recursos Humanos
- Consolidação da Legislação Org. Básica — Poder Executivo do Paraná.
- Estruturação da MINEROPAR.
- Manual de Instrução aos GAS's
- Implantação do Regimento Interno da CRE
- Atualização do Cadastro Organizacional do Estado do Paraná.
- Metro Apex
- Regimento Interno do Departamento Estadual de Estatística — DEE.

8.9 Implantação dos Regimentos da SETR e do DER

A Comissão de Modernização Administrativa, responsável pela implantação dos regulamentos da SETR e DER, concluiu a estruturação e regimentação de unidades da SETR e de parte das unidades do DER, faltando apenas as Diretorias Administrativa e Financeira, sendo que o regimento da Diretoria de Construção encontra-se em fase de elaboração.

9. PROGRAMA PARANAENSE DE TREINAMENTO DE EXECUTIVOS — PPTE.

Os principais projetos realizados pelo PPTE foram:

9.1 Setor Primário

Foram treinados em diversos cursos 1.725 pessoas, a maioria delas constituída de proprietários rurais de pequeno e médio porte.

A ênfase principal do treinamento recaiu na gerência e administração da empresa rural, habilitando proprietários a melhor avaliar o complexo administrativo que sua empresa representa.

9.2 Setor Indústria e Comércio

Foram treinados 1.006 profissionais das áreas técnicas e gerenciais de empresas paranaenses, num esforço que contou com a participação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, no Interior, e da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Católica do Paraná, em Curitiba.

9.3 Setor Público

Foram treinadas 132 pessoas, nas áreas de Recursos Humanos, Planejamento Governamental, Modernização Administrativa, entre outras.

O PPTE organizou e geriu tais cursos em íntima cooperação com entidades da administração direta, tais como, as Secretarias de Estado dos Recursos Humanos, da Administração, das Finanças, contando com o respaldo técnico da Secretaria de Planejamento.

9.4 Outras Atividades

O PPTE procurou dar especial atenção ao empresário do "hinterland" paranaense, atingindo 114 municípios, nos quais foram realizados eventos diversos, tais como: cursos, seminários, palestras e reuniões.

Quadro I — Treinamento executado em 78

Setor de Treinamento	Cursos	Carga Horária	N.º de Participantes
Setor Primário	42	908	1.725
Setor Ind. e Comércio	28	1.046	1.006
Setor público	6	785	132
TOTAL	76	2.739	2.863

9.5 Recursos

O PPTE aplicou recursos da ordem de Cr\$ 17.058.500,00 (dezessete milhões, cinquenta e oito mil e quinhentos cruzeiros) durante o período de 1978, dos quais 83% foram captados junto ao Governo Federal e Outras Fontes, possibilitando ao Estado do Paraná, um significativo carreamento de recursos externos, a fundo perdido.

Quadro II — Demonstrativo de recursos aplicados

Fonte de Recursos	Em Cr\$ 1.000,00	
	Valor	Percentual
Governo Federal	9.784	57,4
Governo Estadual	4.657	27,3
Outras Fontes	2.617	15,3
TOTAL	17.058	100%

10. COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA — COMEC

10.1 Planos e Projetos Concluídos

10.1.1. Planos

- Plano de Expansão Industrial do Eixo Campo Largo/Araucária.
- Projeto de Reconhecimento dos Recursos Naturais Renováveis e Zonamento Agropecuário.
- Mapeamento Geomorfológico, de Vegetação e Hidrografia da Região (1.ª etapa).

- Levantamento do Acervo Histórico-Cultural da Região e Planejamento visando sua Preservação.
- Termo de Referência para Execução do Plano Metropolitano de Transportes Coletivos.
- Plano Diretor de Estruturação Urbana para os Municípios de Campo Largo, Araucária, São José dos Pinhais (acompanhamento), Piraquara, Quatro Barras, Colombo, Campina Grande do Sul, acompanhado das respectivas leis e regulamentações de Uso do Solo.
- Plano de Vitalização dos Centros Urbanos dos Municípios da Região Metropolitana, visando a fixação do homem em suas áreas de origem.
- Zoneamento do Centro Industrial de Araucária — CIAR.
- Plano de Utilização Urbanística da Flora Natural e Cultivada.
- Plano de Equipamentação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

10.1.2 Projetos

- Estudos Preliminares das Barragens dos rios Iraí e Piraquara.
- Projeto Urbanístico, Museológico, de Arquitetura e de Restauração para o Parque Histórico do Mate, em Rondinha — Campo Largo.
- Projeto de Vitalização dos Centros Urbanos, Casas de Cultura, Praças, Mobiliários Urbanos, "Play-ground", Calçamento e Paisagismo para os Municípios de Balsa Nova, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Bocaiúva do Sul, Colombo e Almirante Tamandaré.
- Projeto do Parque Iguazu — trecho São José dos Pinhais.

10.2 Em Andamento

- Museu do Mate
- Plano de Estruturação Urbana de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul e Mandirituba.
- Plano de Urbanização Progressiva
- Projeto Final de Engenharia de aproximadamente 200 km de Rede Viária Regional.
- Projeto Parque Regional do Iguazu — trecho Araucária — Ilha Fluvial.
- Projeto de Praça para Prefeitura de Almirante Tamandaré.
- Obras de:
- Pavimentação nos Municípios de Araucária, Balsa Nova, Mandirituba, Rio Branco do Sul.
- Sistema de Abastecimento de Água nos Municípios de Araucária, Balsa Nova, Contenda, Mandirituba, Piraquara e Rio Branco do Sul.
- Unidades de Esportes nos Municípios de Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo e Quatro Barras.
- Unidade Escolar nos Municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais.

- Unidade Sanitária nos Municípios de Contenda e Quatro Barras.
- Delegacia de Polícia no Município de Araucária.
- Eletrificação nos Municípios de Colombo e São José dos Pinhais.
- Canalização de Rios no Município de Campo Largo.
- Vitalização nos Municípios de Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Mandirituba, Piraquara e Quatro Barras.

10.3 Outras Atividades

- Orientação e pareceres a empresários, prefeituras, INCRA, IBDF, ITC, etc., tendo em vista a adequação do solo metropolitano (Processos analisados: 900).
- Montagem dos editais de licitação, orientação de campo, assistência técnica e fiscalização de obras em todos os Municípios, exceto Curitiba, tendo em vista a execução dos convênios firmados, os quais totalizaram Cr\$ 70.664.000,00.
- Articulações com o INCRA, IBDF, CORREGEDORIA, ARH, ITC, PREFEITURAS, PETROBRAS visando compatibilizar os interesses inter-setoriais.

10.4 Assistência Técnica Municipal

- Reorganização Administrativa para todos os Municípios da Região, exceto Curitiba.
- Revisão e Atualização da Legislação Municipal Básica para todos os Municípios da Região, exceto Curitiba.
- Projetos de Unidades de Esportes e/ou Praças Públicas para os Municípios de Bocaiúva do Sul, Piraquara, Campo Largo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Contenda, Mandirituba, Balsa Nova, Colombo e Almirante Tamandaré, além dos Projetos de Vitalização Urbana.
- Projeto de Implantação de Unidade Escolar em Campina Grande do Sul e Quatro Barras.
- Projeto de Canalização de Rios
- Projeto de Unidade Sanitária para Contenda.
- Projeto de Centro Social Urbano para Piraquara.
- Projetos de Paisagismo de Vias Urbanas.
- Projetos de Pavimentação e/ou Galerias de Águas Pluviais para os Municípios de Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Contenda, Quatro Barras e Piraquara.
- Projeto de Barragem para Piraquara.
- Projetos de vinte e uma residências — para as Prefeituras Municipais da Região (exceto Curitiba).

11. FUNDAÇÃO ASSISTENCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ — FAMEPAR

As principais atividades desenvolvidas foram:

11.1 Assistência Técnica

No transcorrer do ano de 1978, o programa de assistência técnica foi expandido de forma significativa, voltado não somente para uma atuação centralizada, mas também descentralizada tanto a nível local como regional. Utilizando-se desta metodologia, foram efetuados nos campos da Administração Municipal: Contabilidade, Orçamento, Administração, Direito, Tributos, Cadastro Fiscal e Planejamento, 8.354 atendimentos, sendo que 4.907 verbais, 1.184 escritos, 321 prestações de serviço e 1.942 diversos. Ressalta-se aqui, o número de prestações de serviço, que se caracteriza pela execução de planos, programas e projetos, de uso exclusivo de um município ou Região. Das 321 prestações de serviços, 41 foram referentes à elaboração de projetos arquitetônicos e de engenharia, 28 de cunho contábil/orçamentário, 123 jurídicas, 50 cadastro técnico e 79 na área de reorganização administrativa, através de prospecção administrativa, projetos de reforma administrativa e manuais de serviços.

Como atendimentos diversos foram classificados aqueles provenientes do processo de articulação, representados pela agilização dos serviços de encaminhamento de solicitações municipais frente aos diversos órgãos governamentais e privados.

11.2 Treinamento

Na área de treinamento de servidores públicos municipais foram executados 49 eventos, sendo que destes, 11 foram realizados em convênio com a SUDESUL, resultando no aperfeiçoamento de 1.187 servidores municipais.

Cursos/Encontros/Seminários realizados em 1978	N.º de Eventos
Curso de Contabilidade Pública	04
Curso de Administração de Pessoal	02
Curso de Administração Orçamentária	02
Curso de Administração Tributária	02
Curso de Administração de Tributos Imobiliários	01
Encontro Técnico de Integração Regional	01
Encontro Técnico sobre Administração Pública	14
Curso de Auxiliar Técnico de Agrimensor	01
Curso de Adm. do Imposto Sobre Serviços	01
Encontro Técnico Sobre Ad. Financeira Região Metropolit. ...	01
Encontro Técnico sobre o Artigo 13 da Lei 4.320	01
Reuniões Técnicas sobre eleição de Delegados e Suplentes do Colégio Eleitoral	19
TOTAL DE EVENTOS	49

11.3 Publicações

O sistema de informações técnicas da fundação, utilizando-se de cinco instrumentos básicos, reeditou, editou e distribuiu gratuitamente 91 documentos sendo 4 boletins dos municípios com tiragem trimestral, 12 boletins informativos com tiragem mensal, 25 modelos de manuais, decretos, leis e modelos de legislação básica, e 50 circulares com principais publicações editadas em 1978. Destas publicações, destacam-se:

- Lei Orgânica dos Municípios.
- Manual de Processamento de Concurso.
- Modelo de Código Tributário.
- Dados e Informações Úteis.
- Organização Administrativa de Prefeituras.
- Lei 4.320
- Roteiro para Elaboração do Orçamento-Programa a Nível Municipal.
- Lei de Cargos em Comissão
- Normas Básicas para Pessoal Admitido sob Regime CLT.
- Manual Prático de Cadastro Imobiliário Urbano.
- Modelo de Lei de Loteamento.
- Calendário das Obrigações Municipais.
- Modelo de Quadro de Pessoal.
- Regimento Interno de Câmaras.

11.4 Coordenação de Programas Especiais

11.4.1 Projeto CIATA

Foram atendidos, através de assistência técnica "in loco", 28 municípios que já se encontravam em fase de manutenção do sistema. Nos 22 municípios em fase de implantação, foi procedido o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

11.4.2 FNDU/78

Tal atividade envolveu, basicamente, a análise de projetos, fiscalização e avaliação de obras nos setores de transportes urbanos, habitação e urbanismo, saúde e saneamento.

Composição Segundo a Função, Tipo e Quantidade de Projetos e Valores Alocados

Função	Projeto	Quantidade	Valor Cr\$
TRANSPORTES URBANOS	Pavimentação	21	12.500.000,00
	Meio-Fio	01	250.000,00
	Rodoviária	02	1.500.000,00
	Iluminação Pública	05	1.550.000,00
	Não definidos	59	17.934.000,00
SUBTOTAL	_____	88	33.734.000,00

SAÚDE E SANEAMENTO	Galerias	02	600.000,00
	Adutora	01	300.000,00
	Hospital	01	300.000,00
	Não definidos	18	4.330.200,00
SUBTOTAL		22	5.530.200,00
HABITAÇÃO E URBANISMO	Praça	02	600.000,00
	Pavimentação	03	950.000,00
	Iluminação	01	119.800,00
	Não definidos	11	3.250.000,00
SUBTOTAL		17	4.919.800,00
T O T A L		127	44.184.000,00

11.4.3 Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná — PRODOPAR

A presente coordenação atuou na orientação e para elaboração dos planos e projetos, fiscalização e avaliação da execução análise de prestações de contas.

Função	Projeto	N.º de Projetos	Valor Cr\$
TRANSPORTES URBANOS	Pavimentação	06	2.406.263,50
		06	2.406.263,50
SUBTOTAL			
SAÚDE E SANEAMENTO	Galerias de águas pluviais	04	950.000,00
		01	500.000,00
	Abastecimento d'água	01	500.000,00
SUBTOTAL		05	1.450.000,00
HABITAÇÃO E URBANISMO	Centro Esportivo	02	2.000.000,00
	Praça Pública	09	3.220.836,50
	Area de Lazer	01	450.000,00
	Iluminação Pública	01	166.200,00
	Fábrica de Tubos	01	156.700,00
	Sinalização	01	150.000,00
SUBTOTAL		15	6.143.736,50
T O T A L		26	10.000.000,00

11.4.4 Programa de Frentes de Trabalho no Estado do Paraná — Pequenas Obras de Melhoria Urbana

Função	Projeto	N.º	Valor Cr\$
SAÚDE	Hospitais e Postos de Saúde	14	6.458.786,00
SUBTOTAL		14	6.458.786,00
SANEAMENTO	Galerias de águas pluviais	08	1.215.000,00
	Redes de água	03	690.000,00
	Reservatórios e acessórios	03	410.000,00
	Poços Artesianos	05	650.000,00
SUBTOTAL		19	2.965.000,00
HABITAÇÃO E URBANISMO	Prédios Públicos	09	1.037.500,00
	Escolas	12	919.500,00
	Terminais de Transportes	02	400.000,00
SUBTOTAL		23	2.357.000,00
	Praças Públicas	13	1.906.498,00
	Meio-Fio	17	2.999.116,00
	Pavimentação	12	3.070.000,00
	Praça de Esporte	06	1.010.000,00
	Iluminação Pública	04	743.600,00
SUBTOTAL		52	9.729.214,00
	A definir		29.577.000,00
T O T A L			51.087.000,00

12 CAPTAÇÃO DE RECURSOS — CONVÊNIOS REALIZADOS EM 1978

Órgão/Projeto	Conveniente	Valor Cr\$
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO		1.292.014.000,00
— Convênio: Programa Estiagem	MINTER/SUDESUL	150.000.000,00
— Aditivo ao Convênio da Estiagem	MINTER/SUDESUL	150.000.000,00
— Aditivo ao Convênio da Estiagem	MINTER/SUDESUL	150.000.000,00
— Convênio de Cooperação Financeira (1.º Termo Aditivo)	SEPLAN/PR	35.600.000,00

— Convênio de Cooperação Financeira (2.º Termo Aditivo)	SEPLAN/PR	200.000.000,00
— Programa de Desenvolvimento para Cidades de Porte Médio	SEPLAN/MTCNPU/EBPTU	504.914.000,00
— Transporte Escolar SEPLAN/FAMEPAR	SUDESUL	35.000.000,00
— Convênio FNDU	MT/SEPLAN/PR CNPU/EBPTU	55.000.000,00
— Estudo sub-regional na área de influência de ITAIPU	SUDESUL	5.500.000,00
— Convênio de Cooperação Técnica SAREM/SEPL	SEPLAN/SAREM	4.000.000,00
— Convênio de Cooperação Técnica (METRONOR)	SUDESUL	1.000.000,00
— Convênio de Cooperação Técnica	SUDESUL	500.000,00
— Convênio de Cooperação Técnica-Financeira	PETROBRAS/UPF	500.000,00
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATISTICA — DEE		1.309.708,00
— Intercâmbio de Informações	SUDESUL	400.000,00
— Plano Estadual de Comercialização	MIC/SEIC	800.000,00
— Levantamento: Saneamento Básico	SANEPAR	109.708,00
FUNDAÇÃO ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ — FAMEPAR		200.720,00
— Programa de Treinamento no Âmbito da Administração Municipal — Realizados 11 Cursos	SUDESUL	200.720,00
FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL - IPARDES		7.075.763,00
— Contribuição ao Estudo do Crédito Rural no Paraná	CODESUL	300.000,00
— Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana de Curitiba	BNH	1.557.867,00
— Trabalhador Rural Volante	MIN. TRABALHO	3.019.324,00
— Papel Social do Pequeno Estabelecimento Rural do Paraná	CODESUL	300.000,00
— Contribuição ao Estudo da Produção de Leite no Estado do Paraná	CODESUL	400.000,00
— Metal Mecânica	SUDESUL	1.498.572,00

SEGURANÇA PÚBLICA

1. POLICIA CIVIL

1.1. Divisão Policial do Interior — Estatística de Delitos Penais.

Subdivisão	N.º de Ocorrências
1.ª Subdivisão Policial	2.576
2.ª Subdivisão Policial	1.742
3.ª Subdivisão Policial	1.168
4.ª Subdivisão Policial	2.090
5.ª Subdivisão Policial	3.659
6.ª Subdivisão Policial	5.890
7.ª Subdivisão Policial	4.258
8.ª Subdivisão Policial	3.733
9.ª Subdivisão Policial	10.044
10.ª Subdivisão Policial	11.628
11.ª Subdivisão Policial	3.957
12.ª Subdivisão Policial	3.469
13.ª Subdivisão Policial	7.119
14.ª Subdivisão Policial	4.452
15.ª Subdivisão Policial	10.051
16.ª Subdivisão Policial	4.599
17.ª Subdivisão Policial	4.239
18.ª Subdivisão Policial	2.983

1.2. Instituto de Polícia Técnica

Realizou 26.217 exames. Os que apresentaram maior frequência foram: Dosagem alcoólica (7.025), toxicológico (5.021), lesões corporais (4.064), necropsia (1.188) e conjunção carnal (963).

1.3. Instituto de Identificação

Expediu 222.631 cédulas de identidade, 50.130 atestados e 5.335 atestados para visto de saída.

Destaque especial deve ser dado à implantação de sistema de processamento de dados no fornecimento de cédulas de identidade e de atestados.

bem como, ao início da microfilmagem da documentação existente no Instituto de Identificação.

1.4. Instituto de Polícia Técnica

Desempenhou as atividades:

Especificação dos Trabalhos	Curitiba	Londrina	Paranaguá
Locais atendidos	2.814	1.028	147
Exames grafotécnicos	347	57	—
Exames em armas e munições	333	24	—
Exames de veículos	1.964	660	25
Exames diversos	169	27	—
Laudos expedidos	2.445	447	126
Negativos	10.022	3.250	—
Fotografias			
Ampliações	19.129	4.758	—
Desenho técnico	3.160	98	46
Expediente	8.343	975	282

1.5. Delegacia de Acidentes de Trânsito

Atendeu às ocorrências:

Tipos de Acidente	Total
Atropelamento c/ ferimento	2.411
Atropelamento c/ morte	164
Colisão c/ ferimento	1.811
Colisão com morte	76
Colisão c/ objeto c/ ferimento	236
Colisão c/ objeto c/ morte	08
Trombada/capotagem c/ ferimento	226
Trombada/ capotagem c/ morte	13
Queda de(em) veículo c/ ferimento	210
Quedra de(em) veículo c/ morte	07
Queda de(em) veículo c/ morte	14
T O T A L	5.176

1.6. Delegacia Especializada de Furtos de Veículos

Recebeu, em 1978, 1.388 queixas de furtos de veículos.
Desse total, 1.156 veículos foram recuperados.

1.7. Delegacia de Proteção ao Menor

Das 507 queixas recebidas envolvendo menores (desaparecimento, vandalismo, agressão, abandono, invasão de domicílio, ameaça de morte, furto simples e outras), 284 foram solucionadas.

Dos 11.294 menores apreendidos, 5.160 foram encaminhados ao Juizado e 566 à Escola "Queiroz Filho".

1.8. Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública

Atividades:

Inquéritos Instaurados	87
Inquéritos Relatados	73
Inquéritos Prom. Cumpridas	62
Cartas Precatórias Expedidas	52
Sindicâncias Instauradas	22
Sindicâncias Concluídas	06
Inquérito p/ Perícia — I.P.T.	24
Certidões Expedidas	13

T o t a l 339

1.9. Escola de Polícia

Cursos Realizados	Matricula- dos	Tur- mas	Conclu- tes
Formação de Vigilante	997	28	768
Preparatório aos Exames Supletivos	17	01	04
Atualização p/ Servidores da Polícia que Pres- tarão Concurso Público	48	01	40
Atualização em Tiro Policial para Peritos ...	36	01	24
Atualização Para o Concurso Público de De- legado de Polícia	26	01	24
Atualização p/o Concurso Público de Perito Policial e Escrivão de Polícia	53	01	53
Atualização Para o Concurso Público de Peri- to Criminal	52	01	38
Atualização de Criminalística	80	01	68
Atualização Para Vigilante	27	01	23
Aperfeiçoamento de Tiro Policial	17	01	12
Aperfeiçoamento de Operação Policial	61	02	22

2. POLÍCIA MILITAR

2.1. Distribuição do Efetivo pelas Funções Comando de Policiamento da Capital (CPC) e Comando do Policiamento do Interior (CPI)

Função / Atividade	CPC	CPI	Total
Policiamento Ostensivo Comum	627	2012	2639
Policiamento Trânsito Urbano	417	491	908
Policiamento Trânsito Rodoviário	—	538	538
Policiamento de Guarda (*)	198	403	601
Policiamento Florestal e de Mananciais	—	151	151

Policiamento Portuário	—	68	68
Polícia de Choque	50	100	150
Atividades de Informações	69	63	132
Outras Atividades Policiais e Militares	469	519	988
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Soma Atividade-Fim	1830	4345	6175
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Soma Atividade-Meio	143	939	1082
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Indispensáveis	436	365	801
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Soma dos Efetivos	2409	5649	8058
	<hr/>	<hr/>	<hr/>

(*) CPI inclui Guardas nas Delegacias de Polícia.

2.2. Atividades do Corpo de Bombeiros

Incêndios	2944
Prevenções	149
Vistoria Preventiva	13219
Buscas e Salvamento	490
Proteção de Animais Nocivos	189

2.3. Matrículas em Cursos e Estágios no Ano de 1978

Formação	1575
Aperfeiçoamento	23
Especialização	68
Estágios	88
	<hr/>
T o t a l	1754
	<hr/>

3. DETRAN

3.1. Conselho Deliberativo de Acidentes

Reuniões realizadas em 1978	401
Julgamentos	7.829
Cartas de Habilitação apreendidas	953
Cartas de Habilitação cassadas	236

3.2. Exames de Habilitação (Curitiba)

Tipo	Aprovados	Reprovados	Total
Profissional	4.702	2.591	7.293
Amador	8.106	1.789	9.895
Motociclista	992	343	1.335
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	13.800	4.723	18.523
	<hr/>	<hr/>	<hr/>

3.3. Cartas de Habilitação Expedidas

Tipo	Capital	Interior	Total
Profissional	4.706	57.769	62.475
Amador	8.108	27.456	35.564
Motociclista	1.436	4.651	6.087
2.ª Via	8.097	19.119	27.216
Total	<u>22.347</u>	<u>108.995</u>	<u>131.342</u>

3.4. Acidentes de Trânsito na Capital

Com ferimentos	1.788
Sem ferimentos	3.703
Com morte	134
Atropelamentos	1.206

3.5. Acidentes de Trânsito no Interior

Sem ferimentos	4.681
Com ferimentos	1.675
Com morte	319

4. FUNDOS ESPECIAIS — FUNRESTRAN E FUNRESPOL

4.1. Receita

Em 1978, o FUNRESTRAN arrecadou Cr\$ 100.782.267,80 e o FUNRESPOL, Cr\$ 50.304.800,59. Graças a esses fundos, muitas obras puderam ser realizadas pela SESP, bem como, diversos equipamentos e materiais permanentes foram adquiridos.

4.2. Aquisições

Da receita arrecadada, Cr\$ 5.707.109,44 foram utilizados na aquisição de diversos equipamentos. Dentre esses, cumpre destacar 116 veículos para a Polícia Civil e 40 automóveis e 17 motocicletas para a Polícia Militar.

Na aquisição de materiais permanentes foram dispendidos Cr\$ 5.247.824,85.

4.3. Obras

4.3.1. Obras Concluídas em 1978, Mediante Convênio com Prefeituras

Com uma despesa de Cr\$ 3.654.660,93 (Estado), foram concluídas, mediante convênio com as prefeituras, obras nos seguintes municípios: Assis Chateaubriand, Bom Sucesso, Cianorte, Flórida, Foz do Iguaçu, Guairaçá, Guapirama, Icaraíma, Iretama, Marilena, Mariluz, Marmeleiro, Nova América da Colina, São João do Ivaí e São Jorge do Oeste.

4.3.2. Obras a Serem Concluídas até 15/03/79, Mediante Convênio com Prefeituras:

Com um investimento de Cr\$ 1.788.000,00 (Estado), serão concluídas, até 15 de março de 1979, obras nos seguintes municípios: Céu Azul, Conselheiro Mairinck, Guaporema, Mandaguaçu, Mariópolis, Itaguagé, Jandaia do Sul, Mirador, São Miguel do Iguaçu e Moreira Sales.

4.3.3. Obras a Serem Concluídas até 15/03/79, Mediante Convênio com a SUDESUL/MINTER

Com um investimento de Cr\$ 14.891.245,00 (Estado), serão construídas delegacias de polícia, num total de 7.380,88 m², nos seguintes municípios: Alto Piquiri, Ampère, Antonio Olinto, Atalaia, Barbosa Ferraz, Barra do Jacaré, Boa Esperança, Califórnia, Cambira, Campina da Lagoa, Campina Grande do Sul, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Cidade Gaúcha, Curiúva, Doutor Camargo, Enéas Marques, Florai, Floresta, Florestópolis, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Grandes Rios, Guaraci, Inajá, Iporã, Itambé, Ivaí, Ivatuba, Janiópolis, Jardim Alegre, Jussara, Leopólis, Lobato, Mamborê, Manoel Ribas, Nova Aliança do Ivaí, Nova Fátima, Nova Santa Rosa, Paraíso do Norte, Paranapoema, Pérola, Pérola do Oeste, Piên, Planaltina do Paraná, Planalto, Presidente Castelo Branco, Quinta do Sól, Quitandinha, Roncador, Salgado Filho, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Inês, Santana do Itararé, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São João, São Tomé, Sapopema, Tamarana, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Tuneiras do Oeste e Uniflor.

4.3.4. Obras Concluídas em 1978, Exclusivamente com Recursos dos Fundos

Campo Mourão (Ciretran e Subdivisão Policial), Pato Branco (Ciretran e Subdivisão Policial), Umuarama (Ciretran e Subdivisão Policial), Araongas (melhorias na Delegacia), Assaí (Ciretran), Cascavel (6.º BPM), Paranaíba (8.º BPM), Ponta Grossa (1.º BPM) e Curitiba (Distritos Policiais do Cajuru, de Santa Felicidade, da Vila Hauer, da Cidade Industrial; Bloco D do Detran; reparos na cobertura do prédio da SESP).

O montante das obras foi de Cr\$ 36.498.595,00.

INTERIOR — PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E CONTROLE DO MEIO-AMBIENTE

1. CONSIDERAÇÕES:

Principalmente em função da implantação de centenas de indústrias, a Administração de Recursos Hídricos, atual "SUREHMA", voltada à política de preservação de recursos naturais e de controle da poluição do meio-ambiente, desenvolveu um grande esforço para manter a qualidade de vida da população paranaense.

2. INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIOS

No desenvolvimento de suas atividades e principalmente em função do convênio firmado com a ITAIPU-BINACIONAL, surgiu a necessidade da regionalização da autarquia e, em conseqüência, foi construído o Laboratório Regional de Toledo e melhor equipado o Laboratório de Londrina.

3. SEDIMENTOMETRIA

Visando o controle do assoreamento de rios, principalmente da Bacia do Prata e através do conhecimento do transporte de sólidos em suspensão por corpos d'água, em toneladas por ano, a SUREHMA, no desenvolvimento dos trabalhos, alcançou marcas significativas, conforme demonstrativo abaixo:

— Postos sedimentométricos instalados	8
— Análise de sólidos em suspensão	6.500
— Medições de vazão	8.030

4. AGUAS SUBTERRANEAS

Visando a implantação de sistema de abastecimento de água potável a pequenas cidades, desenvolveu um Programa de Perfuração de Poços Tubulares Profundos.

Efetou a locação de 52 e proporcionou assistência técnica na perfuração de 62 poços tubulares profundos.

Neste setor merece destaque o Poço Pioneiro de Botucatu, ainda em construção, no município de Londrina, com previsão de vazão de 400 m³/hora.

5. POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

- Foram cadastradas e fiscalizadas 160 indústrias.
- Analisados e aprovados 60 projetos de despejos industriais.
- Efetuadas 2.400 análises de agentes poluidores do ar.

6. PLUVIOMETRIA E FLUVIOMETRIA

Para fornecimento de dados de quantificação de volume de precipitações e descargas fluviais como subsídio para elaboração de projetos de barragens, saneamento e agricultura, foram realizadas 562.506 observações pluviométricas e foram implantadas 44 estações fluviométricas, num total de 97.920 observações.

7. QUALIDADE DE AGUAS DE SUPERFÍCIE

As pesquisas realizadas para análise da qualidade da água e a identificação de fontes de poluição de origem industrial possibilitaram à SUREHMA alcançar os seguintes números:

— Convênios celebrados:	17
— Análises Físico-Químicas	75.230
— Cromatográficas:	4.640
— Bactereológicas:	47.422

7.1. Amostragem Industrial

— Projetos aprovados de despejos industriais

— Esgotos Sanitários:	39
— Industriais:	60
— Aprovação de Loteamentos:	36

8. ABASTECIMENTO DE AGUA DA REGIAO METROPOLITANA

A SUREHMA, no decorrer de 1978, estabeleceu, dentro do Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Curitiba, as prioridades das obras em conjunto com a COMEC, a qual está efetuando os estudos para a construção da Barragem no Rio Iraí, e uma segunda no Rio Piraquara.

Com relação a essas duas barragens, já foram efetuados os estudos de viabilidade econômica e definidas as respectivas localizações.

9. CONVÊNIOS E CONTRATOS

Procurando aumentar a auto-suficiência financeira, a SUREHMA firmou 17 contratos de prestação de serviços, num total de Cr\$ 45.642.871,47.

No ano de 1978, a receita do órgão atingiu o valor de Cr\$ 69.172.000,00.

10. SÍNTESE DOS RECURSOS OBTIDOS

O demonstrativo abaixo apresenta uma síntese do que foi realizado pela SUREHMA em 1978:

DISCRIMINAÇÃO

Sedimentometria

— Postos instalados:	8
— Análises de sólidos em suspensão efetuadas	6.500
— Medição de vazão:	8.030

Águas Subterrâneas

— Poços locados:	52
— Poços concluídos:	62
— Poços em perfuração:	12

Poluição Atmosférica

— Cadastramento e fiscalização de indústrias:	160
— Análises de agentes poluidores do ar	2.400

Pluviometria

— Postos existentes:	748
— Número de observações:	562.506
— Pluviógrafos existentes:	20
— Número de observações:	600

Fluviometria

— Postos instalados:	44
— Número de observações:	97.920

Parâmetros e qualidades de águas de superfície

— Convênios celebrados:	19
— Análises físico-químicas:	75.230
— Análises bacteriológicas:	47.422
— Análises hidrobiológicas:	1.200
— Análises cromatográficas:	4.640

Amostragem Industrial

— Projetos Aprovados	
— Despejos industriais:	60
— Esgotos sanitários:	39
— Aprovação de loteamentos:	36

INTERIOR — CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO

1. CONSIDERAÇÕES

O programa de Controle da Erosão do Solo Urbano nas cidades do noroeste paranaense, no decorrer do ano de 1978, teve sua ação intensificada, reduzindo com isso o problema da erosão urbana na região atingida.

Para o desenvolvimento do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná foram previstos Cr\$ 1,7 bilhões para o quadriênio 75/79, com previsão de atendimento, conforme "Exposição de Motivos" que deu origem ao programa, a cerca de 90 cidades da região atingidas pelo fenômeno.

2. PROJETOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

A SUCEPAR firmou com empresas de consultoria contratos para execução de projetos técnicos de engenharia, perfazendo um total de Cr\$ 22.617.000,00.

3. CONVÊNIOS CELEBRADOS

No exercício, os convênios firmados com as Prefeituras Municipais, relativamente à execução de obras de prevenção e combate à erosão urbana totalizaram 116, com um valor global de Cr\$ 175.610.000,00.

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

No exercício de 1978 foram aplicados Cr\$ 193.902.000,00 em obras de prevenção e controle de erosão urbana.

5. SERVIÇOS MECANIZADOS

Com equipamentos próprios, através de administração direta, a SUCEPAR realizou serviços num montante de Cr\$ 1.115.557,00.

6. PRODUÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

Como apoio às obras de drenagem, os Núcleos Industriais da SUCEPAR situados nas cidades de Paranavaí, Cruzeiro do Oeste e Arapongas produziram 63.204 tubos de concreto, num montante de Cr\$ 18.059.397,00.

7. GALERIAS DE DRENAGEM

Na implantação das redes de águas pluviais, foram executados 122.683 metros lineares de galerias, com um investimento de Cr\$ 94.937.000,00.

8. PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA

Necessárias à proteção das galerias de águas pluviais e conservação dos leitos das ruas, a SUCEPAR executou 540.518 m² de pavimentação asfáltica, na importância de Cr\$ 70.078.000,00.

9. OBRAS DE EXTREMIDADE

Para a proteção de vales receptores, ligando as redes de drenagem a emissários de grande porte, foram construídos dissipadores de energia e barragens de concreto armado, em número de 10, tendo sido aplicada nessas obras a importância de Cr\$ 19.730.000,00.

10. RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Discriminação

Fontes de Recursos	
Prefeitura Municipal	10.691.000,00
Estado/SEIN	115.502.000,00
MINTER/DNOS	90.326.000,00
Convênios Celebrados	
SUCEPAR	
Quantidade	116
Valor Cr\$	175.610.000,00
Contratos p/elaboração de projetos técnicos	
Valor	22.617.000,00
Galerias de águas pluviais	
Quantidade	122.683m
Valor Cr\$	94.937.000,00
Pavimentação	
Quantidade	540.518m2
Valor	70.078.000,00
Obras de extremidade	
Quantidade	10 Unid
Valor	19.730.000,00
Serviços mecanizados	
Valor	1.115.557,00
Produção de Tubos	
Quantidade	63.204 Unid
Valor	18.059.397,00

CASA CIVIL

1. DO CHEFE DA CASA CIVIL

O Chefe da Casa Civil recebeu em audiência, durante o ano de 1978, 2.646 pessoas, bem como, elaborou a agenda de despachos do Governador.

Além de assessorar o Governador do Estado em assuntos políticos, legislativos, jurídicos e administrativos, acompanhou-o em suas viagens ao Interior do Estado.

Supervisionou a concessão de Subvenções Sociais, num total de 1.508 informações preliminares e 1.418 informações de concessão, que importaram em Cr\$ 42.784.480 35 de auxílios concedidos.

2. DIRETOR GERAL/ASSESSOR PARA CONTROLE DE RESULTADOS

Desempenharam as atividades:

Triagem e encaminhamento dos 10.224 processos que deram entrada na Casa Civil;

preparo das minutas dos 559 ofícios do Governador e 2.310 ofícios do Chefe da Casa Civil;

preparo dos processos para despacho do Chefe da Casa Civil;

supervisão sobre a atuação dos Grupos Setoriais;

controle e execução do orçamento da Casa Civil;

manutenção de arquivo de correspondência confidencial do Governador;

supervisão de publicações emanadas da Casa Civil para o Diário Oficial.

Destas, destacaram-se:

Decretos lavrados 1.624

Resoluções lavradas 89

Despachos do Governador 1.314

Despachos do Chefe da Casa Civil 95

controle de funcionários à disposição de outros órgãos;

organização do esquema relativo ao acompanhamento dos resultados das eleições de 15/11.

3. SUBCHEFIAS DA CASA CIVIL

3.1. Assuntos Técnicos:

Além de orientar e supervisionar as Divisões Técnicas, o Subchefe de Assuntos Técnicos examinou, informou e emitiu parecer em 314 processos.



Destes, os que apresentaram maior freqüência foram: aquisição de veículos (62), doação de veículos (58), atribuição de valor de Indenização de Representação (26), aquisição de material e/ou equipamento estrangeiro (30) e emissão de ordem de adiantamento (19).

Pela Divisão Técnico-Jurídica foram examinados 1.051 processos. Os que apresentaram maior freqüência foram: convênios (185), autorização para funcionamento de escolas (176), reorganização de estabelecimentos de ensino (138), contrato de empreitada/DER (101) e declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação (50).

Pela Divisão Técnico-Administrativa foram examinados 350 processos. Os que apresentaram maior freqüência foram: readaptação de servidor (95), demissão de servidor (81), processo administrativo (26) e aposentadoria (17).

Pela Divisão Técnico-Legislativa passaram os seguintes expedientes:

— Projetos de Lei sancionados	81
— Projetos de Lei vetados integralmente	15
— Projetos de Lei vetados parcialmente	3
— Projetos de Lei restituídos à Assembléia	2
— Pareceres sobre a constitucionalidade de Projetos de Lei . .	118
— Consultas formuladas	34
— Mensagens à Assembléia Legislativa	160
— Ofícios governamentais à Assembléia Legislativa	223
TOTAL	636

3.2. Cerimonial e Relações Públicas

Organizou, coordenou e controlou as seguintes atividades:

3.2.1. Visitas

Visitaram o Paraná, em 1978, 109 autoridades, além de várias comitivas, representações e missões econômicas. Dentre os visitantes, cumpre destacar: Presidente da República, Vice-Presidente da República, Presidente eleito — Gen. João Baptista Figueiredo, Príncipe Herdeiro do Japão, Embaixadores (República Dominicana, República Federal da Alemanha, Suíça, Israel, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Dinamarca, Áustria, Costa do Marfim e França), Ministros de Estado (Educação e Cultura, Previdência Social, Fazenda, Agricultura, Interior, Comunicações e Planejamento), Governadores (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), Sua Beatitude Elias IV — Patriarca da Antioquia e todo o Oriente, Vice-Ministro das Relações Exteriores da Polônia, Vice-Diretor do Departamento de Negócios Estrangeiros da Polônia, Vice-Governador de Hyogo (Japão), e Estagiários (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Superior de Guerra e Curso Superior de Guerra Naval).

3.2.2. **Corpo Consular**

A Subchefia continuou com os trabalhos de intercâmbio com o Corpo Consular, fornecendo Carteiras de Identificação Consular, mantendo contatos com órgãos e empresas estaduais para atendimento aos cônsules.

3.2.3. **Recepções**

Almoços (101), jantares (34) e coquetéis (8).

3.2.4. **Cadastramento de autoridades:**

Foram enviadas à CELEPAR fichas de alteração, exclusão e inclusão objetivando a atualização do Livro de Autoridades e emissão das Listas de Aniversariantes do mês.

3.2.5. **Acompanhamento de Autoridades Estrangeiras:**

Durante as visitas oficiais e contatos de grupos estrangeiros com o Governador do Estado, foi dada colaboração, pelo Cerimonial, nos seguintes idiomas: inglês, francês e espanhol. Além disso, diversos documentos foram traduzidos ou versados.

3.3. **Comunicação Social**

3.1.1. **Imprensa, Rádio e Televisão:**

Boletins de Notícias emitidos	294
Notícias constantes dos referidos boletins	2.433
Total de laudas relativas aos boletins	3.483
Preparação de "scripts" para noticiário de TV	654

3.3.2. **Campanhas Realizadas**

Durante 1978, foram realizadas as seguintes campanhas publicitárias:

- Paraná em Marcha
- Segurança Pública
- Desidratação
- Mil Dias
- Inauguração do Prédio das Secretarias
- Três Anos de Governo
- Apoio ao Pequeno Agricultor
- Eu Conheço esse Amigo
- Evite as Queimadas
- Dia das Mães
- Educação e Cultura
- Obras Mil

3.3.3. **Cobertura Jornalística das Viagens do Governador**

A Subchefia, através de equipes de fotógrafos, redatores e cinegrafistas, efetuou a cobertura jornalística de todas as viagens do Governador ao Interior do Estado e dos principais atos da administração estadual.

Além disso, o Subchefe da Casa Civil acompanhou o Governador na maioria das viagens realizadas, bem como, assessorou-o em várias entrevistas, palestras e conferências.

3.3.4. Rádio Estadual do Paraná:

Continuou cumprindo suas finalidades educativas e culturais, transmitindo diariamente programas especiais de músicas clássicas e outras, além de noticiários.

3.4. Assuntos Especiais

Desempenhou as atividades:

Assessorou o Chefe da Casa Civil em assuntos políticos;

prestou atendimento a Deputados e Prefeitos;

estabeleceu contatos preliminares, elaborou Programas de Viagem do Governador a 356 localidades do Paraná (incluindo as que foram visitadas mais de uma vez) e destacou assessores para ultimarem detalhes nas localidades a serem visitadas. Cumpre destacar que as viagens do Senhor Governador totalizaram 87 dias;

estabeleceu contatos com Secretários de Estado, sobre assuntos políticos;

participou do esquema relativo ao acompanhamento dos resultados das eleições de 15/11;

organizou o esquema relativo à Convenção Estadual da ARENA, onde foram homologados os candidatos a Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

supervisionou as atividades dos Escritórios de Representação do Paraná.

CASA MILITAR

1. CONSIDERAÇÕES

A Casa Militar, unidade de assessoramento e apoio direto ao Chefe do Poder Executivo, em cumprimento às disposições legais que definem o campo de sua atuação, no decorrer do ano de 1978, procedeu a segurança física e pessoal do Governador e coordenou e superintendeu a de seus familiares e a do Palácio do Governo e das residências oficiais, estabeleceu o entrosamento no que diz respeito a assuntos militares e de segurança, com órgãos em geral, entidades e pessoas, realizando a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar e a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares.

Encarregou-se ainda da realização do transporte aéreo e terrestre do Governador; da recepção, triagem e estudo dos expedientes militares encaminhados ao Chefe do Governo; do recebimento e movimentação das verbas destinadas ao atendimento de suas despesas e das despesas do Governador, fora da Capital do Estado, e da recepção e acompanhamento de altas autoridades em visita ao Estado.

2. DIVISÃO DE SEGURANÇA

A Divisão de Segurança realizou a segurança pessoal do Governador, acompanhando-o em todos os seus deslocamentos, na Capital e no Interior do Estado.

Para o desempenho de suas missões a Divisão de Segurança realizou:

2.1 Na Capital

a) Acompanhamentos:

— Quantidade: 1.046

— Horas : 2.912

— Quilometragem percorrida: 15.185 km

b) Radiocomunicação: 3.810 horas

2.2 No Interior

a) Acompanhamentos:

- Quantidade: 323
- Horas : 3.763
- Quilometragem percorrida: 80.342 km

3. COMPANHIA DE GUARDA INDEPENDENTE

A segurança do Palácio Iguçu e residências do Governador e de seus familiares foi realizada por efetivos da Companhia de Guarda Independente, da PMPR, sob coordenação e superintendência da Casa Militar.

A realização desse serviço alcançou 140.160 homens/horas.

4. DIVISÃO DE TRANSPORTES RODOVIARIOS

Durante o ano de 1978, a DTR operou em média 51 veículos por mês, dispendendo um volume de 212.427 litros de gasolina e 751 litros de óleo.

5. OFICIAIS A DISPOSIÇÃO

Os Oficiais Ajudantes-de-Ordens da Casa Militar atenderam 14 altas autoridades que visitaram oficialmente o Estado, sendo estas: Príncipe herdeiro do Japão, Embaixadores, Ministros de Estado e Governadores, tendo permanecido à disposição dos mesmos durante suas permanências no Paraná.

Diariamente um Oficial Ajudante-de-Ordens e praças permaneceram na Casa Militar no horário que medeia o primeiro e segundo expedientes.

6. DIVISÃO DE TRANSPORTES AÉREOS

Atende com suas aeronaves ao transporte aéreo do Governador e de outras autoridades do Estado.

Realizou durante o ano de 1978, 564 missões de vôo, num total de 614 horas e 30 minutos, transportando 1.060 passageiros.

A Divisão encontra-se em constante estado de sobreaviso, estando sempre pronta a atender imediatamente à necessidade de qualquer deslocamento do Governador.

7. VIAGENS DO GOVERNADOR

— De automóveis	11.165 km
— Em aeronaves comerciais	91h 45 m
— Em aeronaves do Estado	130h 53 m
— De helicóptero	80h 58 m
— Em aeronaves da FAB	2h 30 m
— Em aeronaves particulares	11h 5 m
— Táxis aéreos	3h 40 m
— Número total de deslocamentos	572

8. OUTRAS MISSÕES

Por ocasião das visitas do Presidente da República ao Estado, realizadas em 20 e 21 de junho, 21 de setembro e 19 e 20 de outubro, respectivamente às cidades de Maringá, Rolândia, Curitiba e Foz do Iguaçu, cooperou a Casa Militar, inclusive com apoio de veículos, com os trabalhos preparatórios dessas visitas desenvolvidos pelos escalões precursores da comitiva presidencial.

Quando da visita oficial do Príncipe Herdeiro do Japão, verificada em 20 e 21 de junho às cidades de Londrina, Rolândia e Maringá, a Casa Militar cooperou com apoio de veículos, inclusive nos trabalhos preparatórios do escalão precursor.

Realizou ainda a Casa Militar o planejamento, a coordenação e a execução da segurança pessoal do Presidente da República, quando de sua permanência no Palácio Iguaçu e, igualmente, a de seu transporte e de sua comitiva, tanto em suas visitas à Capital como ao Interior do Estado.

Quando da visita do Vice-Presidente da República a Curitiba, em 28 de março, a Casa Militar realizou o planejamento, a coordenação e a execução de seu transporte e de sua comitiva.

A Casa Militar desenvolveu a coordenação no tocante a recepções, audiências e transportes das comitivas do EMFA, ESG e EC/EM, por ocasião de suas viagens de estudos ao Estado do Paraná.

Na execução dessas missões, contou sempre a Casa Militar com ampla cooperação de organismos estaduais e federais, como: Casa Civil, Polícia Militar, DETO, DOPS e DPF.



ÍNDICE

	Página
I — CAMPO SOCIAL	
Educação e Cultura	03
Justiça	35
Recursos Humanos	45
Saúde e Bem-Estar Social	59
Habitação Popular	77
II — CAMPO ECONÔMICO	
Agricultura	81
Finanças	99
Indústria e Comércio	107
Telecomunicações, Saneamento e Radiodifusão	121
Transportes	127
III — CAMPO INSTITUCIONAL	
Administração	145
Planejamento	155
Segurança Pública	177
Recursos Hídricos e Erosão Urbana	183
Casa Civil	189
Casa Militar	193